

BAHIA

TERRA DE TODOS NÓS



**PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA
COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO
E TRANSPARÊNCIA**

PROMOVER A GESTÃO PÚBLICA COM DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

INTRODUÇÃO

A diretriz estratégica “Promover a Gestão Pública com Democracia, Participação e Transparência”, incorporada ao Plano Plurianual 2008-2011, realça o compromisso do Governo do Estado com o aprofundamento do processo democrático – inclusive com a promoção de uma gestão mais em sintonia com os interesses da sociedade – com a participação social nos processos decisórios e com a transparência, elemento fundamental nas modernas práticas administrativas.

Um dos destaques nessa diretriz é o trabalho do Serviço de Atendimento ao Cidadão – SAC. Em 2010, mais de 9,5 milhões de atendimentos foram realizados nos 30 postos da rede localizados em Salvador e no interior, incluindo atendimentos nos 13 Pontos Cidadão em municípios do interior e nas unidades do SAC Móvel.

A recomposição do quadro de pessoal, principalmente nas áreas prioritárias, vem ocorrendo desde 2007. Nos últimos quatro anos foram incorporados 16,3 mil servidores efetivos, sendo que 15,9 mil contemplam áreas como Educação, Saúde e Segurança Pública.

A instituição com maior recomposição foi a Polícia Militar, com a contratação de mais 6,8 mil servidores que estão reforçando o policiamento nas ruas. Mais 4,4 mil servidores foram incorporados à área de educação e também foi

realizado concurso público para contratar 3,2 mil professores que serão alocados em escolas de todos os municípios baianos.

Depois das dificuldades enfrentadas pela crise econômica de 2009, a Bahia viveu sob um cenário mais favorável em 2010, com a elevação da arrecadação tributária, que resultou da expansão da atividade econômica. O Estado cumpriu todos os limites estabelecidos pela LRF, atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal e assegurando o equilíbrio orçamentário.

Depois da iniciativa pioneira do Plano Plurianual Participativo, a Bahia viveu em 2010 um novo momento de estreitamento da relação entre o Estado e a Sociedade, com a realização dos Diálogos Territoriais nos 26 Territórios de Identidade, reunindo cerca de 2,6 mil pessoas entre abril e junho.

Numa iniciativa inédita, o Governo do Estado promoveu plenárias em 26 municípios prestando contas das realizações governamentais em parceria com o Conselho de Acompanhamento do PPA – Cappa e com a Coordenação Estadual dos Territórios – CET, contribuindo para o fortalecimento da política territorial na Bahia.

O processo de validação do quadro de pessoal é imprescindível para a adequada aplicação de recursos públicos, visando combater o desperdício. Em 2010 foram econo-

mizados R\$ 28,2 milhões em ações de validação do quadro, cadastramento e operações correicionais.

Também no âmbito das compras públicas há economia de recursos: a intensificação do uso do pregão eletrônico permitiu economizar R\$ 47 milhões em 2010. Ressalte-se o avanço nessa modalidade de aquisição, que em 2006 representava somente 5% das compras do Estado e, em 2010, alcançou o patamar de 83%.

Informações mais detalhadas sobre as realizações na diretriz estratégica “Promover a Gestão Pública com Democracia, Participação e Transparência” em 2010 podem ser conferidas nas páginas seguintes.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO

A Rede SAC de atendimento apresentava, no início de 2007, problemas como o custo elevado e a prestação de serviços que não atendiam adequadamente às demandas da sociedade.

Para ampliar a capacidade de atendimento com redução de custos, o Governo do Estado, através da SAEB, iniciou uma reestruturação da rede firmando parcerias na implantação de novas unidades com a iniciativa privada e com prefeituras, promovendo transparência

na seleção e gestão de pessoal e efetivando a revisão de contratos.

O modelo de parceria também foi adotado para os Pontos Cidadão, que usam a tecnologia SAC, voltado principalmente às localidades com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

ATENDIMENTOS PRESTADOS PELA REDE SAC

A Rede SAC dispõe atualmente de 11 Postos em Salvador, 19 Postos e 13 Pontos Cidadão no interior, além de duas unidades do SAC Móvel, que registraram cerca de 9,9 milhões de atendimentos ao longo de 2010. A Tabela 1 apresenta o detalhamento dos atendimentos realizados.

TABELA 1		ATENDIMENTOS REDE SAC Bahia, 2010	
DISCRIMINAÇÃO		2010	
Posto Capital		5.235.291	
Posto Interior		4.392.072	
SAC Móvel		158.028	
Ponto Cidadão		70.397	
TOTAL		9.855.788	

Fonte: SAEB

Alternativa de atendimento itinerante voltada basicamente à população do interior, o SAC Móvel realizou, em 2010, cerca de 158 mil atendimentos em 176 municípios, esteve presente em diversos bairros



Atendimento a População - Posto SAC



Atendimento a População - SAC Móvel

de Salvador e participou de eventos promovidos por entidades sociais.

Desde a implantação da primeira unidade do Ponto Cidadão em 2008, já foram realizados mais de 108 mil atendimentos, dos quais 70.397, em 2010, nas 13 unidades em funcionamento, conforme apresentado na Tabela 2.



Inauguração do Ponto Cidadão em Tancredo Neves

NOVAS UNIDADES DE ATENDIMENTO

Posto SAC

Em 2010, foram implantadas as unidades de atendimento do Shopping Paralela, em Salvador, e das cidades de Brumado e Irecê, no interior do Estado; além disso, o SAC Barra passou por obras de adequação das instalações para implantação do Sistema Atende; a unidade de Vitória da Conquista foi completamente reformada e encontra-se em andamento a reforma do SAC Boca do Rio.

SAC Paralela – A unidade é resultante da parceria do Governo do Estado com o Shopping Paralela, que investiu cerca de R\$ 1,4 milhão na implantação do Posto. O atendimento exclusivo por hora marcada é um dos diferenciais do SAC Paralela, que introduziu nova sistemática de atendimento na Rede, ao inserir o agendamento de horário, que pode ser confirmado via telefone celular e correio eletrônico. Com o novo posto, o serviço na capital é reforçado em mais de 56 mil atendimentos por mês.

TABELA 2 ATENDIMENTOS NOS PONTOS CIDADÃO Bahia, 2010		
TERRITÓRIO	MUNICÍPIO	ATENDIMENTO
Litoral Sul	Coaraci	3.939
Baixo Sul	Presidente Tancredo Neves	4.658
	Camamu	2.121
Sertão do São Francisco	Curaçá	1.351
Vale do Jiquiriçá	Maracás	3.678
Piemonte do Paraguaçu	Itaberaba	4.783
Agreste de Alagoinhas	Inhambupe	4.753
	Olindina	1.164
Sisal	Serrinha	11.332
Recôncavo	Cruz das Almas	24.299
Chapada Diamantina	Mucugê	2.774
Irecê	Central	5.106
Bacia do Rio Corrente	Santa Maria da Vitória	439
TOTAL		70.397

Fonte: SAEB

SAC Brumado – Com investimentos de R\$ 350 mil, o novo Posto é uma parceria entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Brumado, que está arcando com parte dos custos de operação. A unidade funciona no Shopping Ápio, com capacidade de realizar em torno de 13 mil atendimentos por mês à população na região.

SAC Irecê – Localizado em Irecê, o Posto é o trigésimo a ser implantado no Estado, oferecendo à população da região 260 serviços prestados por 11 órgãos públicos.

SAC Vitória da Conquista – Foi totalmente recuperado, o que permitiu aumentar a capacidade em 40%, equivalente a cerca de 43 mil atendimentos/mês, com emissão de dez tipos diferentes de documentos e contando com os serviços de 11 órgãos públicos.

Ponto Cidadão

Mais sete Pontos Cidadão – unidade compacta de atendimento da Rede SAC – foram implantados, totalizando até o mês de dezembro 13 unidades, que realizaram cerca de 70 mil atendimentos, em 2010. A Tabela 3 apresenta os Pontos que entraram em funcionamento no ano.

TABELA 3

PONTO CIDADÃO IMPLANTADO Bahia, 2010

MUNICÍPIO	IDH	POPULAÇÃO
Camamu	0,624	34.258
Serrinha	0,658	75.544
Itaberaba	0,638	62.774
Curaçá	0,626	31.747
Maracás	0,609	35.019
Olindina	0,593	25.711
Santa Maria da Vitória	0,669	40.316

Fonte: SAEB

IMPLANTAÇÃO DO SIIDA NA REDE SAC

O Sistema de Identidade por Impressões Digitais Automatizadas – Siida é a nova tecnologia que começa a ser adotada em todo o país para emissão de Carteira de Identidade. Pelo sistema, a comparação datiloscópica passa a ser feita através do acesso ao cadastro

criminal do Sistema de Identificação Automática de Impressões Digitais – Afis Nacional, que funciona no Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal.

O Sistema moderniza os procedimentos com a implementação de novas tecnologias, imprimindo maior segurança ao processo de identificação civil. A sua implantação inicial foi no SAC de Lauro de Freitas, em 2009. A partir de 2010, o Siida passou a funcionar em toda a Rede, exceto nas unidades do SAC Móvel e no SAC Comércio, em Salvador, com implantação prevista para o primeiro semestre de 2011.

AÇÕES ESPECIAIS

Em parceria com entidades que buscam assegurar o exercício da cidadania, o SAC participou, em 2010, de diversos eventos, emitindo, documentos e orientações ao cidadão, como também desenvolveu diretamente um conjunto de iniciativas de caráter sazonal voltadas a um público específico, tais como: Operação Carnaval, Mutirão da Cidadania Indígena, Ação Global, Rota da Independência, entre outras, nas quais foram prestados cerca de 18 mil atendimentos.

MELHORIAS NA MOBILIDADE DO CIDADÃO

Com o prosseguimento do Plano de Renovação de Frota do Sistema de Transporte Rodoviário Intermu-



Ações Especiais Atendem a População do Estado



Foto: Ascom/SAEB



Ações Especiais Atendem a População do Estado



nicipal de Passageiros, criado pelo Governo Estadual, por intermédio da Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia – Agerba, os usuários contam, atualmente, com 1.143 novos ônibus, dos quais, 214 foram incorporados em 2010, representando o maior investimento já realizado nesse sistema em toda a história da Bahia. A idade média da frota, que era de 13 anos, foi reduzida para 4,5 anos, alcançando a meta de redução fixada pelo Programa.

ADVOCACIA DO ESTADO

Adotando a diretriz estratégica do Plano Plurianual 2008-2011 – “Promoção da Gestão Pública com Democracia, Participação e Transparência”, a Procuradoria Geral do Estado – PGE estabeleceu três objetivos principais: (1) redução do tempo de duração

dos processos na área da Consultoria; (2) incremento da recuperação do crédito tributário no âmbito da Procuradoria Fiscal, e (3) redução da litigiosidade em face do Poder Público no que diz respeito ao trabalho da Procuradoria Judicial.

Para tanto, além de medidas de emergência, houve uma profunda reforma estrutural que envolveu a implantação de um novo modelo de organização e gestão.

A PGE elaborou o Programa de Modernização da Gestão da Procuradoria Geral do Estado, cujo projeto básico contempla a contratação de consultoria para a elaboração do planejamento estratégico, a aquisição de sistema de Informática, a digitalização e a microfilmagem de documentos, a capacitação dos Recursos Humanos, o reaparelhamento das Instalações e a reforma do Imóvel destinado à sede da Procuradoria. Nesse sentido, o Governo do Estado

captou recursos junto ao BNDES, no âmbito do Programa de Modernização da Gestão das Administrações Estaduais cuja operação de crédito encontra-se em vias de formalização.

Paralelamente, tem se buscado promover a abertura dos concursos públicos para provimento dos cargos vagos de Procurador do Estado, e para o recrutamento de candidatos aos novos cargos de Agente de Procuradoria (nível médio) e Assistente de Procuradoria (nível superior). Uma das metas é a conclusão das promoções na carreira de Procurador do Estado.

Com a transformação da estrutura orgânica, a instalação de Núcleos Setoriais e a implantação de uma nova dinâmica na tramitação dos processos já se pode perceber avanços na instituição, o que se reflete sobretudo na redução no tempo de resposta às demandas (ação estratégica I). A uniformização da orientação jurídica e a interlocução com as Secretarias, que são duas outras ações estratégicas empreendidas pela PGE, têm contribuído para diminuir o fluxo de processos oriundos da Administração.

Para o incremento da recuperação do crédito tributário, a Procuradoria Fiscal foi amplamente reformada, com a criação de oito Núcleos Temáticos, garantindo uma atuação mais efetiva nas execuções, tendo em conta a natureza e a expressão das obrigações não pagas.

DESEMPENHO DO ÓRGÃO EM 2010 – PLANO INSTITUCIONAL

I – Instalação do Núcleo de Assessoria Jurídica da PGE junto ao Tribunal de Justiça – cujas atribuições se solidificaram ao longo deste exercício, com melhoria da integração entre o Poder Executivo e o Tribunal de Justiça.

II – Implantação do “Projeto Diálogos” – Com resultados positivos especialmente na área de Previdência e Saúde, consiste na manutenção de um sistema de comunicação

permanente entre os órgãos da PGE e a Administração Pública através da realização de reuniões e seminários periódicos para a difusão do conhecimento jurídico em matéria administrativa.

III – Reforma da Procuradoria Geral do Estado – O novo modelo de organização da PGE estimula e proporciona a atuação pró-ativa e propositiva da PGE diante da administração pública dos três Poderes do Estado.

IV – Elaboração do Projeto Básico de Modernização da Procuradoria Geral do Estado – PGE – Elaborou um Projeto Básico de Modernização da Gestão para assegurar os recursos materiais e humanos necessários ao desenvolvimento de suas atividades nos próximos exercícios.

V – Elaboração do anteprojeto que dispõe sobre o Processo Administrativo – Para suprir uma lacuna da Administração Pública Estadual, que se ressentia da falta de instrumento normativo próprio para disciplinar a apuração de ilícitos funcionais, inclusive os praticados no âmbito das licitações e contratos e, também, para orientar os procedimentos relacionados com a cobrança de créditos não tributários.

VI – Melhoria da Gestão de Processos. Agilização da Demanda – A partir da consultoria e da capacitação de recursos humanos prestadas pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Gerencial – INDG, sob o patrocínio do Movimento Brasil Competitivo, a PGE conseguiu avançar significativamente na racionalização e agilização das rotinas adotadas para recepção, tramitação e expedição dos processos. Essa iniciativa resultou numa redução da ordem de 30% no tempo de resposta às demandas da Administração.

ÁREA JUDICIAL – PROCURADORIA JUDICIAL

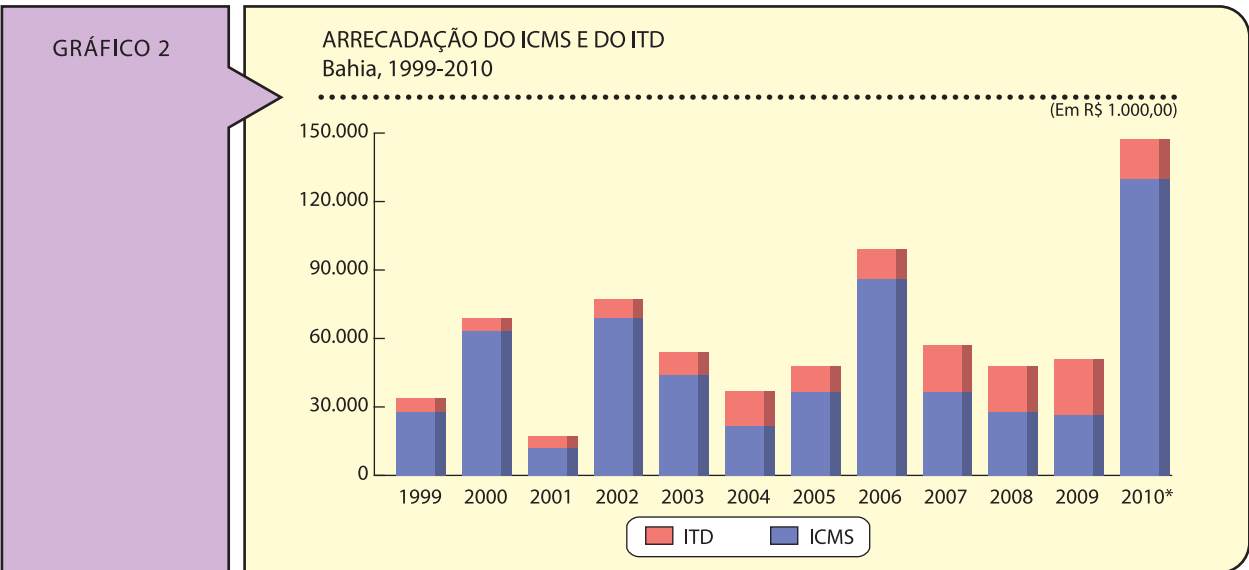
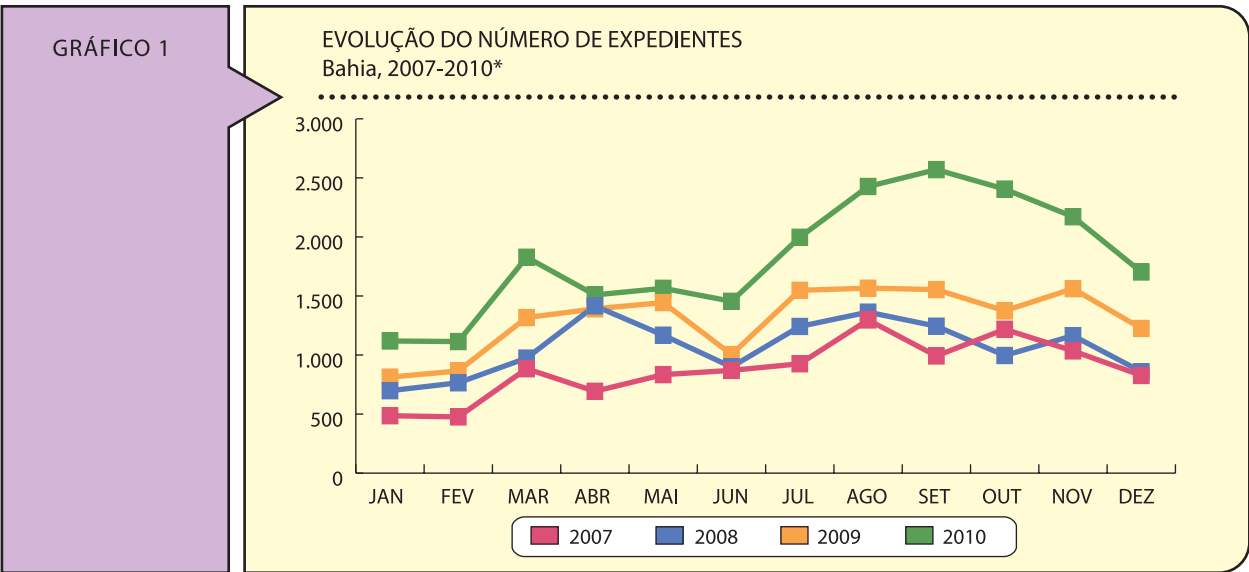
A demanda da área judicial corresponde às ações ajuizadas pelo Estado, em face de terceiros, e contra o Estado, por servidores públicos, empresas prestadoras de servi-

ços, empreiteiras de obras e por outras pessoas físicas e jurídicas. Cabendo à PGE a defesa dos interesses do Estado da Bahia nesses processos, o Órgão se defronta, hoje, com o grave problema do aumento da litigiosidade no âmbito do Poder Público.

O Gráfico 1 demonstra que, enquanto em 2007 a Procuradoria Judicial recebeu e processou 10.538 ações, em 2010, processou aproximadamente 20 mil novas demandas, um incremento de 100% no período.

RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO – PROCURADORIA FISCAL

Trata-se das ações relativas à recuperação dos créditos tributários da Fazenda Pública Estadual, cuja demanda evolui de acordo com o maior ou menor índice de inadimplência. O Gráfico 2 demonstra os valores arrecadados do ICMS e ITD no período 1999 a 2010.



Em 2010, a Procuradoria Fiscal conseguiu recuperar, no exercício (até setembro), o montante de R\$ 129,7 milhões a título de ICMS, que, comparado com o resultado obtido em 2009, representa um incremento de quase 200%. Já no que se refere ao Imposto de Transmissão por Doação – ITD, a arrecadação pela Procuradoria Fiscal atingiu, no exercício, o patamar de R\$ 17,8 milhões, apresentando evolução expressiva em comparação com o valor recolhido aos cofres públicos no ano de 2009.

Quanto à recuperação do crédito tributário pela via administrativa, a Procuradoria Fiscal desenvolveu uma série de ações estratégicas, destacando-se as seguintes:

- Implantação do auto-atendimento no parcelamento de débitos fiscais;
- Elaboração de projeto para a implantação do sistema de protesto de Certidões de Dívida Ativa – CDA;
- Averbação premonitória de débitos nos registros de veículos junto ao Detran;
- Celebração de convênio com o Infoseg para utilização da base de dados cadastrais da Receita Federal;

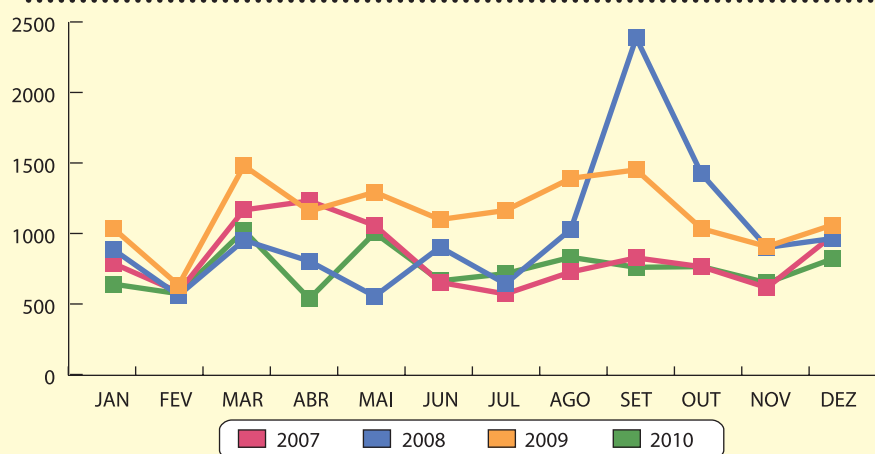
- Implantação do Núcleo de Inteligência da PGE/Profis como instrumento facilitador das ações relativas à recuperação do crédito tributário;
- Celebração de convênio com a Prefeitura de Vitória da Conquista para acesso ao banco de dados cadastrais do Município;
- Elaboração de projeto destinado à disciplina da alienação por iniciativa particular;
- Implantação do Call Center PGE/Profis para contato direto com devedores;
- Elaboração de minuta de Anteprojeto de Lei de Arrolamento de Bens com vistas à identificação e monitoramento do patrimônio dos devedores;
- Implantação do Leilão Eletrônico, com o objetivo de imprimir celeridade às alienações judiciais de bens penhorados nas execuções fiscais;

O Gráfico 3 mostra o desempenho da Procuradoria Fiscal na cobrança extrajudicial dos créditos tributários.

Ainda como resultado do desempenho da Procuradoria Fiscal vale ressaltar a solução de antiga pendência judicial na ordem de R\$ 30 milhões, que resultou no pagamento, ao Estado da Bahia, de uma área de terras

GRÁFICO 3

EVOLUÇÃO DA COBRANÇA EXTRAJUDICIAL DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS
Bahia, 2007-2010*



Fonte: Profis – Procuradoria Fiscal

(*) Dados de novembro e dezembro são projetados

de aproximadamente 300 mil m², em São Tomé de Paripe, que veio a ser destinada a programas habitacionais vinculados ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR.

ATUAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – CONTROLE TÉCNICO

Uma das funções institucionais da PGE é fazer o acompanhamento das atividades jurídicas realizadas nas autarquias e nas fundações públicas, a cargo da Procuradoria de Controle Técnico – PCT

A PCT vem prestando consultoria jurídica às autarquias e fundações do Governo do Estado, orientando sobre os procedimentos e o padrão necessários na elaboração de documentos com legislação própria. O Gráfico 4 mostra a demanda das entidades descentralizadas atendidas pela PCT.

NA ÁREA DA CONSULTORIA – PROCURADORIA ADMINISTRATIVA

Graças ao novo sistema de distribuição interna entre Núcleos Temáticos, que leva em conta a especialização da maté-

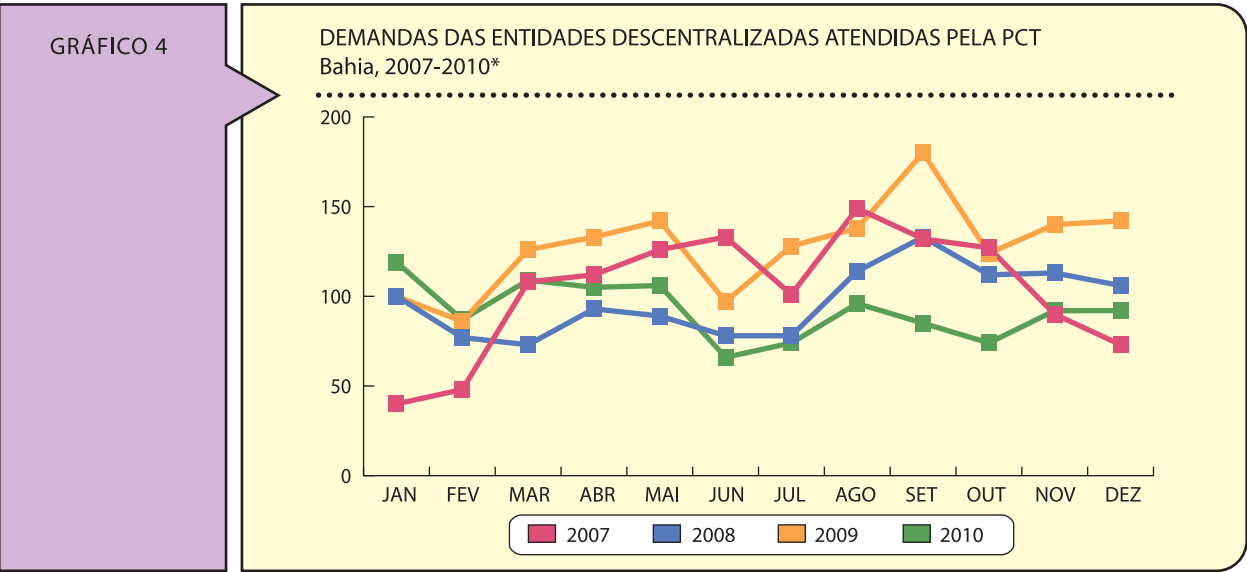
ria; à instalação dos Núcleos Setoriais nas Secretarias; à eliminação de instâncias revisoras; à uniformização da orientação jurídica; à interlocução permanente com as Secretarias; e à padronização de editais e outros atos administrativos, a Procuradoria Geral do Estado conseguiu finalmente reverter a tendência de crescimento da demanda na área da Consultoria, reduzindo em cerca de 40% o tempo utilizado para o atendimento das demandas. Ao contrário do que vem ocorrendo na Área Judicial, que sofre com o aumento vertiginoso da litigiosidade, a Procuradoria Administrativa apresenta um quadro bastante favorável em relação aos anos anteriores, o que tem refletido diretamente na redução do tempo de atendimento às demandas que lhe são dirigidas.

Os Gráficos 5 e 6 mostram a evolução da demanda na Área de Consultoria.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO ESTADO DA BAHIA

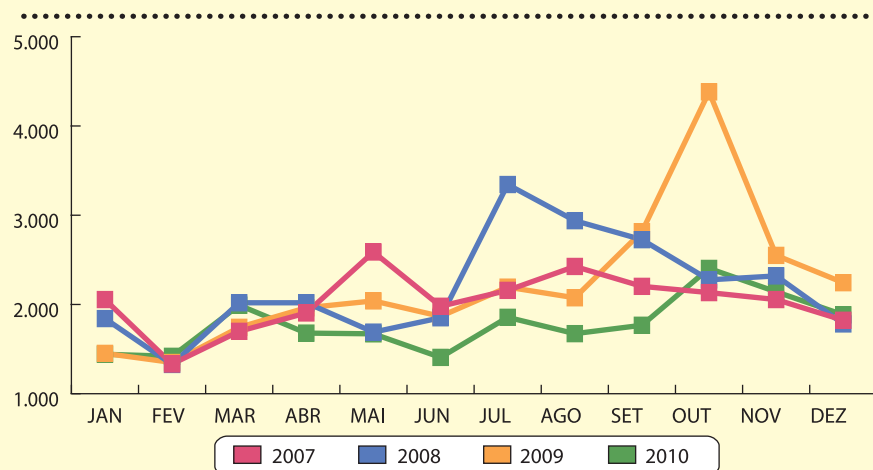
PROMOÇÃO DE ESTUDOS E DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A Superintendência de Planejamento Estratégico – SPE, vinculada à Secretaria do Planejamento – SEPLAN,



Fonte: PCT
(*) Dados de novembro e dezembro são projetados

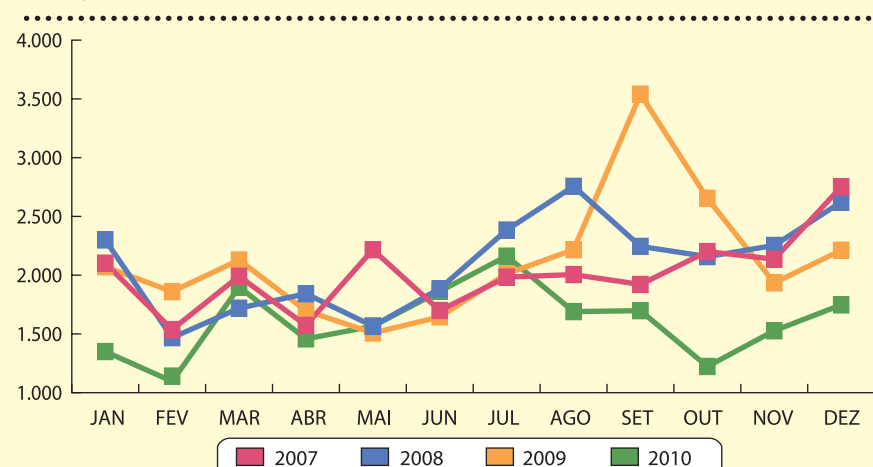
GRÁFICO 5

EVOLUÇÃO DA CONSULTORIA – ENTRADAS
Bahia, 2007-2010*

Fonte: Procuradoria Administrativa

(*) Dados de novembro e dezembro são projetados

GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DA CONSULTORIA – SAÍDAS
Bahia, 2007-2010*

Fonte: Procuradoria Administrativa

(*) Dados de novembro e dezembro são projetados

volta-se para elaboração de estudos e promoção de eventos que possam subsidiar a formulação de políticas e programas estratégicos ao desenvolvimento do Estado. Cabe destacar, em 2010, as seguintes ações implementadas:

- Coordenação do Grupo de Trabalho e elaboração do Plano de Desenvolvimento Bahia 2023, que estabelecerá a estratégia de desenvolvimento e as diretrizes de longo prazo para o Estado da Bahia, constituindo-se em uma contribuição fundamental para a formulação dos três próximos

Planos Plurianuais. Para tanto, foram realizados nove Seminários “Pensar a Bahia” e dez oficinas de trabalho envolvendo gestores públicos de todas as Secretarias de governo e representantes da sociedade civil.

- Elaboração do estudo “Monitoramento da Metas do Milênio na Bahia: 2006-2007”, contendo um conjunto de indicadores socioeconômicos do Estado, da Região Nordeste e do Brasil, para fornecer elementos às políticas públicas estaduais, para que as Metas sejam alcançadas até 2015.

- Elaboração do Termo de Referência visando à contratação de consultoria técnica para a realização de estudos prospectivos para as cadeias/setores de biocombustíveis e construção civil da Bahia e elaboração de mapa de competências da cadeia da construção civil, cujos resultados irão subsidiar a elaboração de programas específicos para o Plano Plurianual 2012-2015.
- Realização da pesquisa “Cidades Universitárias e Educação Tecnológica: estratégia de desenvolvimento local para a Bahia”. Esse estudo se iniciou após a constatação de que apenas pequena parcela da população baiana consegue ingressar no ensino de nível superior e alunos de baixa renda têm poucas oportunidades de ingressar e concluir os estudos, além do que vagas e cursos estão concentrados na Região Metropolitana de Salvador. A pesquisa apresenta elementos para a formulação de uma política pública de desenvolvimento local, com o objetivo de fomentar o surgimento de cidades universitárias, bem como difundir a educação superior e tecnológica pelo interior do Estado.
- Participação na elaboração do “Portfólio de Indicadores dos Macroobjetivos do Portal SIGA/PPA”, o novo Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento do Plano Plurianual do Estado, uma ferramenta que proporciona maior transparência na aplicação dos recursos públicos. Esses indicadores permitem aos gestores públicos monitorar e avaliar o alcance dos resultados das políticas públicas e, quando necessário, adotar medidas de correção de rumo buscando a eficácia dos programas e das ações públicas.
- Realização do estudo “Aumento da taxa de homicídios dolosos na Bahia entre 1999 e 2009: uma análise das suas possíveis explicações”, que trata, entre outros temas, da expansão do tráfico de crack no Estado. Esse estudo reflete a preocupação de todo o Brasil com a segurança pública, que passou a ocupar posição de destaque nas agendas governamentais.
- Início das atividades do Observatório dos Indicadores Sociais da Bahia, que tem o objetivo de ampliar o conhecimento da realidade social do Estado, utilizando informações sociodemográficas organizadas tematicamente, de forma a possibilitar a continuidade da produção e sistematização de relevantes estatísticas sociais relevantes.
- Elaboração de Termo de Referência com o objetivo de contratar consultoria técnica especializada para a realização do “Estudo Prospectivo da Matriz Energética da Bahia 2010-2040: subsídios para a formulação de políticas públicas de longo prazo”. Desenvolvido em articulação com a Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA, a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, a Secretaria de Meio Ambiente – SEMA e a Secretaria da Fazenda – SEFAZ, esse trabalho terá papel fundamental na construção da proposta da Política Energética para o Estado da Bahia.
- Desenvolvimento da primeira etapa do estudo “Política de atração de investimentos industriais do Estado da Bahia: Uma análise da efetivação de investimentos industriais no período 2005-2008”, em parceria com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e a SICM. Com esse estudo, objetiva-se avaliar a efetivação dos investimentos incentivados pelo Governo e previstos para a Bahia. Em 2010, foram realizadas as atividades de elaboração do escopo e da metodologia do trabalho, montagem e sistematização da base de dados.
- Elaboração do Termo de Referência para contratação de consultoria técnica especializada para realização de estudo sobre “Tecnologia Industrial Bá-

sica – TIB na Bahia”, que objetiva contribuir para o aumento da competitividade estadual no mercado nacional e mundial. Os resultados serão utilizados na construção de uma estratégia voltada para promover a reestruturação e ampliação dos serviços tecnológicos em metrologia, normalização, regulamentação técnica e avaliação de conformidade, bem como empreender outras ações de suporte à área de P&D e à engenharia básica, para que sejam alcançados impactos positivos na indústria e no setor de serviços.

- Apoio à constituição dos Consórcios Públicos, localizados nos Territórios Vale do Jiquiriçá, Portal do Sertão e Sisal, cuja ação foi desenvolvida em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR.
- Contratação, através de processo licitatório, de serviços especializados, visando a elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado – PDS e do Zoneamento Econômico Ecológico – ZEE, que definem, para os próximos dez anos, um conjunto de ações voltadas para promover o crescimento econômico aliado à preservação do meio ambiente e à elevação da qualidade de vida da população. A execução do trabalho está sob a coordenação da SEPLAN e da SEMA, com a participação da sociedade.
- Elaboração do Termo de Referência para contratação de consultoria técnica objetivando a realização de estudo sobre o “Ambiente de Negócios do Estado da Bahia”, com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas que promovam o aumento da competitividade dos empreendimentos instalados no Estado.
- Elaboração e lançamento do “Programa Global sobre Empregos Verdes”, que constitui um dos eixos da Agenda Bahia do Trabalho Decente, em consonância com a Agenda Hemisférica e a Agenda Nacional do Trabalho Decente. A SEPLAN vem realizando esforços no sentido de que a promoção dos empre-

gos verdes seja um elemento central na estratégia de desenvolvimento sustentável do Estado.

Em parceria com a Universidade do Estado da Bahia – Uneb, foi elaborada a pesquisa “Estudos e Proposições para o Desenvolvimento de Sistemas de Economia Solidária no Território de Identidade Vale do Jiquiriçá”, com o objetivo de mapear os empreendimentos de economia solidária nesse Território; identificar as potencialidades, desafios e gargalos desses empreendimentos; e propor ações e mecanismos que estruturam um sistema de economia solidária de âmbito territorial. Para a execução do estudo, foram realizadas pesquisas empíricas nos 21 municípios desse Território de Identidade.

IMPLEMENTAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011

O Governo da Bahia vem promovendo, desde 2007, inovações no âmbito do planejamento e da gestão governamental, focadas no fortalecimento da democracia participativa e na construção de um novo modelo de desenvolvimento.

Na perspectiva da consolidação desse novo modelo de desenvolvimento, a SEPLAN, através da Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA, vem implementando o modelo de gestão do PPA 2008-2011, conduzidos por quatro dimensões – a de pessoas, a sociológica, a tecnológica e a de processos.

No que se refere à dimensão de **Pessoas**, cabe ressaltar os Diálogos Territoriais promovidos pelo Governo do Estado, através do Conselho de Acompanhamento do PPA 2008-2011 – Cappa, entre abril e junho de 2010. Tendo como finalidade subsidiar e aconselhar o Governo do Estado quanto à execução do PPA 2008-2011, o Cappa foi criado pelo Decreto nº 11.123 de 30 de junho de 2008.

Os Diálogos Territoriais foram realizados nos 26 Territórios de Identidade do Estado e envolveram avaliações coletivas sobre a execução do PPA, que contaram com a participação de prefeitos, secretários municipais, representantes da sociedade civil, movimentos sociais, ONG, sindicatos e os conselheiros do Cappa, além de representantes de órgãos do Estado nos municípios.

Nessas avaliações do PPA, foram detalhadas as demandas prioritárias da sociedade para cada Território de Identidade, originárias das plenárias territoriais ocorridas em 2007, durante a elaboração do PPA Participativo. Nessa oportunidade, foi realizado um comparativo entre essas demandas e as realizações governamentais em cada um dos Territórios, o que possibilitou uma discussão quanto à implementação do PPA a partir das especificidades locais.

Outra contribuição dos Diálogos Territoriais realizados em 2010 foi a consolidação e divulgação do Cappa em cada Território de Identidade. Houve também uma avaliação do planejamento governamental, na busca do aprimoramento na prestação de serviços públicos de interesse de cada Território de Identidade.

Levando em conta a segunda dimensão do Modelo de Gestão do Plano Plurianual 2008-2011, a **Sociológica**, foi feito o acompanhamento, ao longo do exercício de 2010, de todos os programas do PPA, tomando como referência os indicadores definidos na elaboração do Plano. As análises desses indicadores estão disponibilizadas nos diversos Relatórios de Gestão produzidos pela SGA.

Na terceira dimensão do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, a **Tecnológica**, cabe destacar a disseminação junto às Secretarias Estaduais do Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento do PPA – SIGA PPA, ferramenta que tem como objetivo vincular o planejamento operativo ao estratégico, promovendo a gestão do PPA de maneira integrada e articulada em toda a administração estadual.

Essa inovação tecnológica implementada em 2010 vem possibilitando o acesso às informações gerenciais do PPA

em ambiente web, permitindo a criação de relatórios com a utilização da ferramenta Business Intelligence – BI, gerando informações de forma segmentada, além da visualização territorializada e municipalizada das ações do PPA a partir dos Territórios de Identidade.

As análises associadas aos indicadores de recursos, processos, produtos, resultados e impactos passaram a ser facilitadas através do SIGA PPA, contribuindo para aprimorar o monitoramento e a avaliação do planejamento.

A quarta dimensão do Modelo de Gestão do PPA, a de **Processos**, teve na produção dos diversos Relatórios de Gestão a materialização das análises referidas nas dimensões anteriores, notadamente o Relatório Anual de Governo e o Relatório Anual da Avaliação Parcial da Execução do PPA 2008-2011.

O Relatório Anual de Governo é um documento que apresenta as principais realizações governamentais de todas as Secretarias Estaduais, incluindo as autarquias, fundações e empresas vinculadas. Essas realizações são organizadas pelas diretrizes estratégicas que nortearam a construção dos programas do PPA 2008-2011, contribuindo para a preservação da memória da administração pública estadual e para o aprimoramento do processo de avaliação do planejamento governamental.

A explicitação do Modelo de Gestão do PPA 2008-2011, através das quatro dimensões comentadas nos parágrafos anteriores, com os seus instrumentos específicos e respectivas descrições está apresentada no Quadro 1.

QUADRO 1	
DIMENSÕES E INSTRUMENTOS DO MODELO DE GESTÃO DO PPA 2008-2011 Bahia, 2010	
DIMENSÃO/INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
PESSOAS	
Conselho de Acompanhamento do PPA	Instância de discussão pública que debate os temas indicados nas plenárias territoriais e contribui para o acompanhamento do PPA, aconselhando e sugerindo prioridades e ajustes nas ações.

Continua

Continuação

DIMENSÃO/INSTRUMENTO	DESCRIÇÃO
PESSOAS	
Rede de Agentes de Planejamento das Setoriais e Seccionais	Fórum composto por servidores públicos estaduais, voltado para a interlocução dos assuntos associados à gestão do planejamento governamental.
Comitês de Gerenciamento de Programa	Instrumento de gestão para a implementação, monitoramento, avaliação e retroalimentação de programas, tomando como referência a transversalidade, o agrupamento de programas e a efetividade das ações.
SOCIOLÓGICA	
Indicadores	Medida quantitativa que funciona como um “termômetro” do progresso de uma política, programa ou ação. Serão trabalhados indicadores de recursos, processos, produtos, resultados e impactos.
Pesquisas de Opinião e Grupo Focal	Instrumentos para a coleta e tratamento de informações associadas ao grau de satisfação de usuários de bens e serviços públicos. Será aplicada com beneficiários de programas e projetos específicos.
TECNOLÓGICA	
Siplan e Sicof	O Siplan é o sistema informatizado que possibilita a construção, os ajustes e o acompanhamento do PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA;
	O Sicof é o sistema informatizado que automatiza o processo da execução orçamentária da receita e da despesa pública.
SIGA PPA	Tem como objetivo vincular o planejamento operativo ao estratégico, promovendo a gestão (monitoramento e avaliação) do PPA de forma articulada às atividades das setoriais.
PROCESSOS	
Monitoramento e Avaliação – M&A	Decorre do exame referente à execução de uma determinada ação, programa ou política governamental e do seu mérito, antes, durante ou após a sua implementação.
Relatórios de Gestão	Documentos de natureza qualitativa e quantitativa que contribuem para o monitoramento e avaliação dos programas constantes do PPA.
Revisão do PPA	Processo de adequação do plano às mudanças internas e externas da conjuntura política, social e econômica, por meio da alteração, exclusão ou inclusão de Programas, via Projeto de Lei e resultante dos processos de monitoramento e avaliação do PPA.
Encontro Baiano de Gestão Pública	Evento anual voltado para a discussão dos desafios e oportunidades da Gestão Estratégica do PPA 2008-2011.

Fonte: SEPLAN/SGA

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A SEPLAN, através da Superintendência de Orçamento Público – SPO, é o órgão central do Sistema Estadual de Planejamento – SEP, sendo responsável pela coordenação geral de todos os processos de planejamento, pro-

gramação e orçamento, bem como pela fixação das diretrizes e normas a serem adotadas pelos órgãos setoriais e seccionais participantes.

O fiel cumprimento dos prazos legais aos quais esses processos estão vinculados requer que os órgãos e enti-

dades, integrantes do Sistema Estadual de Planejamento, se mantenham em constante alinhamento e articulação. Com esse propósito, a Superintendência de Orçamento Público promoveu, entre março e julho de 2010, várias reuniões de Articulação Sistêmica de Planejamento e Orçamento, com ampla participação dos órgãos setoriais e seccionais.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à SPO a responsabilidade pela elaboração do Cronograma de Execução Mensal de Desembolso (concretizado pelo Decreto Financeiro nº 06, de 19.01.2010), que apresenta a programação mensal para a execução orçamentária e financeira do Poder Executivo no exercício de 2010.

Também coube à SPO a elaboração do Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO, importante instrumento de planejamento realizado conforme metodologia definida no Manual de Orçamento Público – MOP e dentro do cronograma previsto, atendendo ao prazo constitucional obrigatório.

No Projeto Lei de Diretrizes Orçamentárias 2011, foram introduzidas inovações com o objetivo de modernizar a gestão orçamentária, entre as quais cabe destacar as seguintes: o conteúdo normativo mais didático e organizado com a prévia definição dos conceitos utilizados; anexo de prioridades mais objetivo e estruturado a partir dos programas, segregados pelos diversos poderes; revisão do elenco de prioridades para a alocação de recursos; maiores exigências de informações e controles sobre o aumento de gastos com pessoal e encargos sociais e, também, quanto à destinação de recursos ao setor privado.

Outra ação desempenhada no âmbito orçamentário diz respeito ao Projeto da Lei Orçamentária do Estado – PLOA, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2011, compondo-se dos Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimento das empresas estatais independentes, conforme previsto nas Constituições Federal e Estadual. Na Lei nº 12041 de 29.12.2010 estão detalhados os programas e ações a serem executados no exercício financeiro de 2011, destacando-se as ações prio-

ritárias do Governo, visando à consecução das diretrizes, objetivos e metas constantes do Plano Plurianual 2008-2011 e observados os princípios e normas constitucionais e legais pertinentes.

A Proposta Orçamentária 2011 foi elaborada considerando um cenário otimista de expansão das economias brasileira e baiana, resultante da recuperação gradual da economia mundial, evidenciada pelo desempenho apurado na primeira metade de 2010, com aplicação prevista de recursos da ordem de R\$ 26,2 bilhões, representando um incremento de 12,8% em relação ao exercício anterior.

Para que possa atender com eficiência, eficácia e efetividade às demandas da sociedade, a dinâmica atual da administração pública impõe a flexibilização da programação e do orçamento inicialmente estabelecidos no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária do Estado – LOA, por meio de procedimentos sistematizados de modificação programática e orçamentária, segundo a complexidade e impacto da alteração. Tais modificações têm respaldo constitucional, expresso no §8º, do artigo 165 da Constituição Federal/88, e na LOA, que autorizam ao Poder Executivo abrir créditos suplementares dentro de determinados limites.

Foram analisadas e aprovadas 7.418 propostas de modificação programáticas e orçamentárias, das quais 2.129 formalizadas por Decreto Financeiro, em 2010.

A Superintendência de Orçamento Público é responsável também pela gestão do Sistema Informatizado de Planejamento – Siplan, para especificação e homologação das manutenções necessárias à evolução sistêmica e a correção de problemas que eventualmente se apresentem, bem como para a análise e encaminhamento do cadastramento dos usuários e respectivos direitos de acesso ao sistema.

As principais atividades do Siplan, em 2010, foram as melhorias implantadas nos módulos de “Modificação Orçamentária”, “Relatórios Gerenciais” e “Receita”. Com relação ao cadastro de usuários, foi realizada uma ampla revisão

de toda a base de informações, bem como a padronização do procedimento de solicitação de alterações e novos acessos ao sistema.

Outra ação é a atualização anual do Manual do Orçamento Público, principal instrumento normativo destinado aos participantes dos processos da competência do Sistema Estadual de Planejamento, disponibilizado para consulta no site da SEPLAN. Na edição de 2010, que aponta para a execução orçamentária do exercício seguinte, foram realizadas atualizações em diversos conteúdos normativos e tabelas, para incorporação das inovações de procedimento e de ordem legal, implantadas, no ano anterior, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Siplan.

Inserido no Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal – Pnage, o projeto de Redesenho do Sistema Estadual de Planejamento – SEP/Sepege, tem como objetivo o redesenho do atual SEP para a incorporação da perspectiva da gestão estratégica, o que justifica sua nova denominação: Sistema Estadual de Planejamento e Gestão Estratégico – Sepege.

Em 2010 ocorreram avanços significativos no projeto de redesenho do SEP, com a realização de oficinas que contaram com a participação de grupos formados por dirigentes e técnicos estaduais, onde foram discutidos e definidos o propósito do novo Sistema e as suas implicações práticas, além da estrutura básica de funcionamento, do sistema identificando atores e respectivos papéis. Avançou-se também na contratação da consultoria prevista para apoiar o desenvolvimento do projeto, que já passou pelo primeiro crivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, entidade financiadora do programa no nível nacional, estando em fase de licitação.

Destaque para o Projeto Fiplan, que tem como objetivo a implantação do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Estado da Bahia, que funcionará com uma arquitetura tecnológica mais moderna, alinhada aos padrões atualmente praticados no Estado, e dará suporte às funções vitais desempenhadas

pela SEPLAN e pela SEFAZ, hoje atendidas pelos sistemas Siplan e Sicof, que serão posteriormente substituídos.

O Projeto conta com a intensa participação da SPO, que alocou, para o trabalho, profissionais do seu quadro técnico. No decorrer do ano de 2010 foram concluídas as fases de transferência de tecnologia e iniciadas as análises e definições das necessidades de adequação, tanto dos processos existentes na Bahia, quanto das funcionalidades originalmente concebidas em Mato Grosso.

Para o aprimoramento da gestão orçamentária, foi promovido o curso de Extensão Universitária em Políticas Públicas e Orçamentárias, contratado junto à Universidade do Estado da Bahia – Uneb, com uma carga horária de 252 horas. O curso, iniciado em março de 2010 e concluído em novembro, representa uma iniciativa importante para a melhoria da qualificação dos seus servidores.

INFORMAÇÃO A SERVIÇO DA SOCIEDADE

O Governo do Estado, através da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, órgão vinculado à SEPLAN, produz, de forma sistemática, informações sobre a realidade socioeconômica e ambiental da Bahia. Atualmente, a SEI se constitui no principal provedor de dados do Estado, atendendo demandas provenientes do Governo, dos municípios e da sociedade civil.

A desatualização da cartografia existente no Estado, incompatível com o necessário apoio à implantação de projetos estruturantes e a gestão do território, impondo a necessidade de uma cartografia básica atualizada e em escala adequada, era uma das principais preocupações da SEI, compartilhada com a comunidade técnica, as instituições públicas, a iniciativa privada e os pesquisadores.

Em um consenso estabelecido entre os órgãos que compõem a Comissão Estadual de Cartografia – Cekar, delineou-se a estratégia de atualização da Base Cartográfica Sistemática do Estado, nas escalas de 1:25.000 nas regiões Oeste, Litoral e Extremo Sul; 1:50.000 no Semiárido e 1:10.000 na RMS e Recôncavo. O imageamento através do

sensor Rapideye, com imagens de satélites, com resolução de cinco metros, já cobre 75% do Estado. Já o levantamento aerofotogramétrico foi executado em 62%, com resolução de 80cm e elaboração dos seguintes produtos: modelo digital de superfície com precisão de 1,8 metros, ortofotos e curvas de nível.

A complexidade e o grande volume de dados geoespaciais sob responsabilidade da SEI impôs também a busca de recursos tecnológicos para armazenamento e utilização dos mesmos. Para tanto, está em andamento uma licitação com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Bird, através do Premar, para contratação de empresa especializada para transformar o acervo de dados geoespaciais da instituição em banco de dados geográficos, aumentando assim a eficiência na sua utilização e disseminação. Uma solução de datacenter também está em fase de licitação, em acordo com a Prodeb.

Ainda com a preocupação de ampliar a disseminação e o compartilhamento de dados espaciais no Estado, foi lançado um edital para contratação da elaboração da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia – IDE/BA. O projeto se destina à construção de um ambiente tecnológico que permita esse compartilhamento, evitando-se replicação ou redundância. A idéia é facilitar o acesso *on line* aos dados espaciais disponíveis em diversas instituições governamentais a todos os tipos de usuários – governamentais, empresas, organizações não governamentais,

meio acadêmico e o público em geral. Isso será possível com a criação de um Geoportal destinado a prover consulta e visualização a dados e informações geoespaciais, através da Internet. Os recursos são também do Bird, através do Premar, e a licitação está em andamento.

Outra importante ação foi à criação de um Sistema de Informações Geográficas – Azimute, para auxiliar na análise de informações sobre a população e os estabelecimentos de educação e saúde do Estado, para contribuir na formulação de políticas públicas voltadas para a melhoria dos serviços nessas áreas. O sistema consiste na representação dos estabelecimentos de educação e saúde, por meio de pontos geocodificados, sobre uma base georreferenciada do território baiano.

Cumprir destacar, ainda, que após a extinção do Centro Internacional de Negócios da Bahia – Promo Bahia, a SEI incorporou a coordenação da análise dos resultados do comércio exterior do Estado, produzindo boletins mensais e uma base de dados estatísticos sobre o desempenho das exportações e importações baianas. Isso reforçou a análise da conjuntura econômica que é realizada mensalmente pela SEI, que inclui análises das principais variáveis econômicas do Estado, bem como dos indicadores antecedentes e coincidentes para o PIB e o ICMS.

Em 2010, a SEI realizou diversos estudos, pesquisas e projetos, que estão especificados no Quadro 2.

QUADRO 2 ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS Bahia, 2010	
ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS	DESCRIÇÃO
Projeto do Produto Interno Bruto – PIB trimestral da Bahia	Cálculo do PIB do terceiro trimestre de 2010 e a primeira prévia do desempenho setorial da economia baiana. Com a realização do curso de econometria de séries temporais, também foi possível realizar o cálculo do PIB trimestral dessazonalizado. Para tanto, construiu-se a retropolação do PIB trimestral até o ano de 1996 para, a partir daí, iniciar o processo de dessazonalização
Cálculo do PIB Regional (anual)	Atividade executada em parceria com o IBGE que possibilitará divulgar o PIB consolidado para o ano de 2008
Finanças Públicas	Construção e divulgação quadrimestral de informações relativas às finanças do estado da Bahia.

Continua

Continuação

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS	DESCRIÇÃO
Projeto Primeira Exportação em Parceria com o MDIC	A SEI passou a fazer parte do comitê gestor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, recebendo treinamentos e participando de discussões para ampliar e diversificar o comércio internacional das unidades da Federação
Observatório da Equidade da Bahia	Objetiva apontar para a sociedade o status e o enfrentamento da questão da desigualdade, visando direcionar políticas públicas e ações sociais. É um projeto demandado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado e o papel da SEI tem sido de orientar a concepção do projeto e operacionalizar os indicadores
Indicador de Confiança do Empresariado Baiano – Iceb	Objetiva delinear as expectativas do empresariado nos próximos 12 meses. Os resultados obtidos a partir de pesquisa com as principais federações e associações empresariais do Estado são divulgados desde março de 2010
Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na Bahia	O projeto tem por objetivo principal a elaboração de indicadores e relatórios de acompanhamento do cumprimento dos ODM no Estado da Bahia. Desenvolvido em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, através da rede Ipea-Anipes, está em fase de elaboração do relatório final, estando os principais indicadores disponibilizados no site da SEI
Estatística dos Municípios Baianos	Objetiva retratar a evolução socioeconômica dos municípios baianos e em 2010 foram lançados nove números, cada um contemplando municípios de determinado Território de Identidade. As estatísticas que a compõe encontram-se no Banco de Dados da SEI
Modelo de previsão mensal da movimentação econômica, crédito e inflação de Salvador	Visa prever, com reduzida margem de erro, o Índice de Movimentação Econômica – Imec, o crédito e o Índice de Preço ao Consumidor da cidade de Salvador
Análise dos principais indicadores sociais baianos disponibilizados pela PNAD do IBGE	Analisar os avanços que o Estado da Bahia obteve nos principais indicadores relacionados com o mercado de trabalho, educação e condições de moradia, entre os anos de 2008 e 2009, apresentados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2009
“Dinâmica Urbana dos Estados” – SEI/Ipea/Anipes	Pesquisa realizada sob a coordenação do Ipea, como consequência da rede Ipea/Anipes e com a participação de mais dez instituições estaduais. Resultaram dessa pesquisa, em relação à Bahia, os relatórios: Relatório I – Revisão de Literatura dos Estudos Urbanos Regionais Recentes e o Relatório II – Referenciais para a análise da dinâmica urbana do Estado da Bahia: 1998-2008
Mapa do Emprego Formal da Bahia em 2009	O estudo procura retratar algumas características do mercado de trabalho formal baiano no ano de 2008, apresentando os principais resultados dos empregos formais e rendimentos para a totalidade dos empregos celetistas e estatutários existentes na Bahia, privilegiando os aspectos geográficos e setoriais. Utiliza informações disponibilizadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE por meio da Relação Anual de Informações Sociais – Rais
Censo 2010	Reestruturação das tabelas dos censos disponíveis no site da SEI para atender às demandas do Censo 2010 com o objetivo de torná-las comparáveis com os novos dados (Resultados da Amostra, Resultados do Universo). A metodologia referente às Regiões econômicas foi revisada e atualizada para Territórios de Identidade

Continua

Continuação

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS	DESCRIÇÃO
Construção de Banco de Dados a partir dos principais indicadores sociais baianos disponibilizados pela Pnad do IBGE	Objetivou elaborar material específico contendo os dados da série história da Pnad: 1999, 2001 a 2009, com abrangência geográfica: Brasil, Nordeste e Bahia. Estes dados mostram os avanços que o Estado da Bahia teve nos principais indicadores relacionados à demografia, mercado de trabalho, educação e condições de moradia
Análise das informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged	Analisar dados e informações do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, objetivando produzir os documentos: Síntese de Indicadores e Boletim do Caged
Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged/MTE – Boletim Especial Construção Civil	Estudo temático sobre a Construção Civil com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged/MTE, destacando assuntos relevantes no âmbito do emprego com carteira assinada
Boletim Rais	Análise dos principais indicadores de mercado de trabalho para Bahia disponibilizados pela Rais em 2009
Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da pesquisa Índice de Preço ao Consumidor – IPC	Levantamento contínuo e mensal de uma cesta composta de 375 produtos e serviços, determinada através de Pesquisa de Orçamentos Familiares, que tem como principal objetivo calcular o índice de inflação das famílias soteropolitanas com rendimento mensal de 1 a 40 salários mínimos
Pesquisa de campo e divulgação mensal dos resultados da pesquisa de Emprego e Desemprego – PED	A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador – PED/RMS produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. A PED coleta informações mensalmente em 2.500 domicílios da Região Metropolitana de Salvador, resultando na aplicação de cerca de 9 mil questionários/mês
Modernização da PED	Atualização do Plano Amostral da Pesquisa de Emprego e Desemprego/Compatibilização Cnae/Implementação de novo programa de acompanhamento de campo. Consiste na substituição dos setores censitários do Censo de 1991, que a pesquisa utiliza atualmente, para os setores do censo de 2000, além na mudança no sistema de sorteio dos domicílios
Pesquisa de campo sobre emprego doméstico na RMS	Pesquisa domiciliar, através de questionário complementar ao questionário básico da PED, cujo objetivo é subsidiar as ações da Agenda Bahia do Trabalho Decente. Essa pesquisa investigou o emprego doméstico no âmbito do perfil da família empregadora
Análise dos resultados do comércio varejista, Indústria de Transformação e levantamento Sistemático da Produção Agrícola	Atividade realizada mensalmente, em parceria com o IBGE, tem por objetivo produzir indicadores que permitam acompanhar o desempenho do Comércio Varejista da Indústria de Transformação e a da Produção Agrícola do Estado da Bahia.
Estudo sobre Estratégias Logísticas para o Desenvolvimento da Macrorregião de Salvador – Feira de Santana	Visa compor as bases de um programa de desenvolvimento urbano e regional para a Macrorregião de Salvador – Feira de Santana baseado em aspectos logísticos e de transportes, de forma a subsidiar políticas públicas voltadas à agregação de valor à produção local ou regional e ao fluxo de mercadorias com destino ao Nordeste. Encontra-se na fase inicial da execução da primeira etapa

Continua

Continuação

ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS REALIZADOS	DESCRIÇÃO
Estudo sobre os fluxos econômicos e sua base logística na Macrorregião de Salvador – Feira de Santana	Trata-se da segunda etapa (bloco 3 e 4) do Estudo sobre Estratégias Logísticas para o Desenvolvimento da Macrorregião de Salvador – Feira de Santana. Busca entender e antever o processo de urbanização, concentração regional e uso do solo, promovendo estratégias de distribuição espacial das atividades econômicas e logísticas no espaço regional. Encontra-se na fase inicial do processo licitatório
Estudo sobre Estratégias de Atração de Investimentos em Logística na Bahia: Inserção no desenvolvimento nacional e internacional	Trata-se de verificar as possibilidades da Bahia tornar-se um centro regional de logística, capaz de articular diferentes regiões do país como polo de importações e exportações para algumas regiões do Brasil, notadamente o Centro-Oeste brasileiro e a região Nordeste. Encontra-se em fase de contratação do consultor para elaboração do Termo de Referência
Estudo de viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental de um equipamento logístico em Vitória da Conquista	Estudo para a implantação de um equipamento logístico que permita a agregação de valor aos fluxos de cargas que já passam pela região ou aqueles que possam ser atraídos a partir desses investimentos. Estágio atual: Entrega da primeira etapa ou Plano de trabalho e desenvolvimento da segunda etapa – “Caracterização dos Fluxos de Comércio”
Relações entre as transferências diretas de renda e o desenvolvimento socioeconômico nos municípios do Estado da Bahia	Estuda as relações entre as transferências diretas de renda e o desenvolvimento econômico dos municípios do Estado da Bahia, mensurando a importância econômica do Programa Bolsa Família – PBF nos municípios do Estado, relativamente a alguns indicadores, tais como o produto municipal, a receita própria e as Transferências Constitucionais obrigatórias
Análise do Planejamento dos Governos da Bahia no período 2000-2011	Estudo que objetiva analisar os planejamentos governamentais do Estado da Bahia, enfatizando o caráter desenvolvimentista das estratégias e ações, suas prioridades e propostas vis a vis os recursos executados nos diversos programas no período 2000-2011
Estudo sobre a dinâmica econômica e espacial recente da Metrópole Baiana	Objetiva discutir e entender como o processo de globalização vem redefinindo a estrutura produtiva e o mercado de trabalho da metrópole baiana, bem como a influência dessas alterações no seu território
Grandes projetos e a pobreza no Nordeste do Brasil	Analisa as repercussões dos grandes projetos do Governo Federal sobre as manchas de pobreza, os seus acréscimos e reduções, assim como os seus deslocamentos sob a forma no espaço territorial dos estados nordestinos e, por consequência, espaço no Nordeste, refletindo-se sobre o desenvolvimento desta Região do Brasil. Visa oferecer subsídios para a formulação de novas políticas públicas e ajustes nas ações que estão sendo realizadas
Limites Municipais	Elaboração dos mapas municipais dos 417 municípios baianos, atendendo às demandas relativas aos limites municipais. Foram entregues ao IBGE os limites dos 417 municípios do Estado da Bahia, para serem utilizados no Censo 2010

Fonte: Seplan/SEI

O Gráfico 7 mostra os principais estudos e pesquisas realizadas pela SEI, publicados em seus diversos canais de comunicação. Esse trabalho é intenso e envolve vários setores da autarquia, que dão forma e padrão a cada publicação. Até o final de 2010 foram produzidas 88 publicações, sendo 44 impressas e 44 virtuais, todas disponíveis para *download* no site da SEI, www.sei.ba.gov.br.

PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DO COMBATE À POBREZA

Em 2010, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza – Funcep, com destaque para a promoção do Curso de Políticas Públicas e Combate à Pobreza, realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea e do Curso de Indicadores Sociais, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ambos voltados para qualificar os membros do Comitê Executivo de Políticas Públicas de Inclusão Social, importantes atores da política de combate à pobreza do Estado.

Ainda na linha do fortalecimento desse Comitê, foram realizados encontros dos seus membros para discutir e sugerir ações para o orçamento de 2011, bem como o Plano Estratégico – Operacional de Combate à Pobreza no Estado da Bahia.

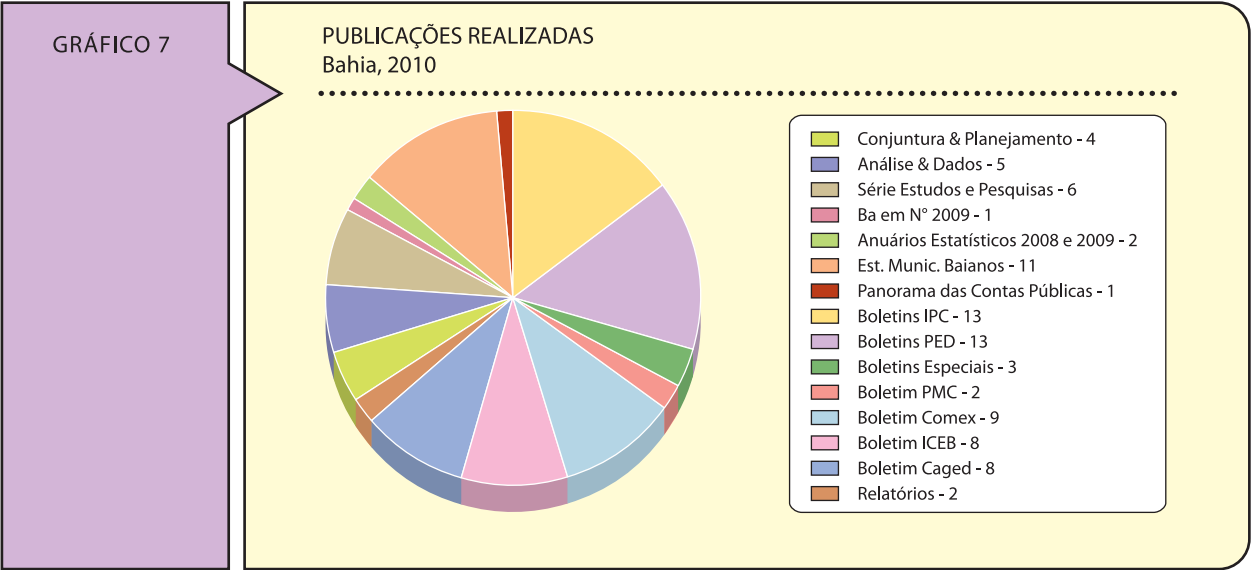
Destaque também para a realização o VIII Módulo do Ciclo Pensar Bahia 2023, organizado pela SEPLAN, com o tema “Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza”. Na oportunidade, o Governo do Estado e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea assinaram Termo de Cooperação Técnica, com o objetivo de desenvolver produtos que possam contribuir diretamente no diagnóstico e promoção de políticas para o combate à pobreza na Bahia.

MONITORAMENTO DAS AÇÕES PRIORITÁRIAS DO GOVERNO E DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC NA BAHIA

Em 2010, a Coordenação de Articulação e Monitoramento – Coam, da Casa Civil, fomentou o Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo, a Articulação e Monitoramento das Ações do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC na Bahia e a elaboração do Balanço das Ações do Governo do Estado.

Em relação ao Monitoramento das Ações Prioritárias de Governo, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- **Sistema de Monitoramento de Ações Prioritárias e-Car** – foram promovidas ações para atualizar o Sistema e otimizar a emissão de relatórios e o acesso dos usuários, ajustando o conteúdo do sistema,



melhorando a qualidade das informações fornecidas pelas Secretarias e órgãos estaduais;

- Realização dos Ciclos de Monitoramento das Ações Prioritárias;
- Implantação, em parceria com a Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA/SEPLAN, do Sistema de Realizações Governamentais por Município – RGM, que proporciona acompanhamento de ações e programas, de forma regionalizada, permitindo a extração de relatórios com recortes municipais ou por Territórios de Identidade;
- Acompanhamento da Ação Prioritária de Construção e Reforma de Unidades Escolares, através de reuniões semanais entre os órgãos responsáveis, buscando monitorar o alcance das metas pactuadas e a solução dos possíveis entraves.

O Monitoramento do PAC na Bahia (obras de execução do Governo do Estado) ocorre através de Salas de Situação agrupadas em cinco áreas de atuação: Infraestrutura, Recursos Hídricos, Saneamento, Habitação e a Fundação Nacional de Saúde – Funasa. Esse trabalho tem o objetivo de garantir o cumprimento do cronograma de execução das obras através de processo de monitoramento e articulação.

A Coam promoveu e participou, em 2010, de diversas reuniões com outros órgãos e autarquias nas esferas municipal, estadual e federal, visando solucionar os entraves em diversas áreas, como questões fundiárias, licenciamento ambiental, cronogramas orçamentários e licitações, entre outras. Foram realizadas reuniões do Comitê Gestor do PAC – Cgpac e das Salas de Situação. Essa articulação foi feita em apoio a outros órgãos e setores de governo, como a Secretaria do Meio Ambiente – SEMA, Companhia de Engenharia Rural da Bahia – Cerb, Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia – SEDUR, Empresa Baiana de Águas e Saneamento – Embasa e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – Conder

Em relação aos investimentos do PAC 2, a Casa Civil coordenou o processo de discussão interna, com definição de pleitos a serem apresentados ao Governo Federal nos respectivos eixos: Comunidade Cidadã, Cidade Melhor e Água e Luz para Todos.

No que diz respeito ao processo de elaboração do Balanço das Ações do Governo do Estado, merecem destaque as seguintes ações:

- Elaboração conjunta com a SEPLAN da metodologia de construção, além da realização de reunião com a participação de todas as Secretarias, a fim de alinhar as informações necessárias para confecção do Relatório Anual de Governo 2010 e do Balanço de quatro anos de governo;
- Construção dos documentos: Balanços Resumidos de 42 e 48 meses e do Balanço das Ações de Governo 2007-2010.

ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

A Casa Civil, através da Coordenação de Acompanhamento de Políticas Governamentais – Coapg, promoveu, em 2010, o monitoramento das ações de relevância das diversas Secretarias, dando maior ênfase às ações prioritárias de governo. A responsabilidade dessa Coordenação é auxiliar as Secretarias na gestão estratégica e operacional das ações, acompanhando sua execução através do monitoramento periódico ou, quando necessário, de monitoramento constante. Uma das funções do monitoramento é identificar e buscar soluções para os entraves, sejam eles de ordem financeira, orçamentária, administrativa, operacional, física ou institucional, buscando estratégias para solucioná-los.

A Coapg cumpre também o papel de auxiliar as Secretarias na interlocução com as diversas instituições públicas, quer sejam federais, estaduais ou municipais, suas empresas e autarquias, visando acelerar o en-

tendimento entre as partes para tornar as ações mais eficientes. A Coordenação auxilia também na interlocução entre as Secretarias e as instituições financeiras, tais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste – BNB e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A Coapg cumpre, ainda, o papel de

mediador de conflitos entre as Secretarias de Estado, assim como entre estas e os Órgãos Federais ou a iniciativa privada, visando sempre dar celeridade às ações do Governo.

O Quadro 3 mostra as ações da Coordenação em 2010.

QUADRO 3		AÇÕES MONITORADAS POR SECRETARIA Bahia, 2010	
SECRETARIA		AÇÃO MONITORADA	
Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI		CDA – Regularização Fundiária	
		Adab – Descentralização de Abate	
		Bahiapisca – Construção de Terminais Pesqueiros, quatro Barcos Profrota Pesqueiro, Licenciamento Terminais Pesqueiros de Salvador e Ilhéus, Produção de Alevinos e Peixamento	
		Suaf-Uniater, Ater, Sertão Produtivo, Biocombustíveis, Garantia Safra, Distribuição de Sementes, Apicultura, Mandiocultura, Pac Cacau, Selo Agricultura Familiar, Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar	
Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação – SECTI		Construção do Parque Tecnológico de Salvador	
		Programa Progredir/Sisal – desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sisaleira	
		Convênio SECTI/MDA – Máquinas Desfibradoras	
		Programa de utilização da fibra do sisal pela Ford	
Secretaria da Saúde – SESAB		Hospital do Subúrbio/Salvador – construção	
		Hospital da Criança/Feira de Santana – construção	
		Medicamento em Casa – expansão da oferta de serviços de medicamentos	
		Internação domiciliar – expandir a oferta de leitos hospitalares	
		Samu/192 – Expandir a oferta de serviços de emergência	
Secretaria da Cultura – SECULT		Recuperação sustentável do Centro Antigo de Salvador	
		Carnaval – promover a articulação de todas as Secretarias envolvidas (SSP, SEDES, SETRE, SESAB, SERIN, Agecom, SETUR) centralizando informações para facilitar decisões do governador acerca de realizações e investimentos	
Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos – SJCDH		Implantação de Núcleos de Direitos Humanos	
		Construção de Unidades Prisionais	
		Pronasci	
		Território de Paz	

Continua

Continuação

SECRETARIA	AÇÃO MONITORADA
Secretaria do Turismo – SETUR	Requalificação da Feira de São Joaquim
	Conclusão da 1ª etapa da Orla de Salvador
	Interiorização do São João da Bahia
Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE	Construção e Reforma de Equipamentos Esportivos
	Articulação com a PGE visando dar celeridade às análises de processos para cursos de qualificação
Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA	Programa de Restauração e Manutenção de Rodovias
	Pavimentação da estrada Ipirá – Pintadas
	Ampliação do Aeroporto de Salvador
	Definição da poligonal da área do Aeroporto de Vitória da Conquista
	Monitoramento de editais do EIA/RIMA pela Infraero para o novo Aeroporto de Ilhéus
	Fiol – monitoramento dos editais de apoio para construção da Ferrovia e estratégias de desenvolvimento com as Secretarias envolvidas
Secretaria Extraordinária da Indústria Naval e Portuária – SEINP	Processo de modernização e dinamização da atividade portuária na Capital para redução de custos operacionais
	Monitoramento da obra de dragagem entre o Porto de Salvador e o Porto de Aratu
	Porto Sul – acompanhamento do plano diretor e articulação técnica sobre o Porto Sul com os diversos órgãos do Governo
	Estaleiro Naval Maragogipe – articulação da Casa Civil com os demais órgão estaduais para obtenção da licença de localização
Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR	Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social
	Casa da Gente
	Minha Casa, Minha Vida
	PAC Saneamento e Urbanização
	PAC Copa 2014
Secretaria da Administração – SAEB	Compromisso Bahia
	Mesas de Negociação Permanente
	Política de Recursos Humanos e Valorização do Servidor
	Ponto Cidadão
	Você Cidadão
Secretaria de Meio Ambiente – SEMA	Unidades de Conservação
	Seia – Sistema Estadual de Informações Ambientais da Bahia
	Cerb – Sistemas Simplificados, Cisternas e Aquífero de Tucano
	Ingá – Projeto Aguadas e Combate à Desertificação

Continua

Continuação

SECRETARIA	AÇÃO MONITORADA
Secretaria da Educação – SEC	Trilha
	Topa
	Educação Profissional
Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES	Bahia Acolhe
	Programa Peti
	Programa Comunidades Tradicionais
	Programa de Segurança Alimentar
	Acompanhamento da implantação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA – Alimentos no Estado
	Programa Jovens Baianos
Secretaria da Segurança Pública – SSP	Acompanhamento da Mancha Criminal no Estado
	Modernização do Sistema de Segurança Pública
	Reformas e Construções de Unidades vinculadas ao Sistema Policial
	Implementação de operações com a finalidade de reduzir os índices de criminalidade
	Articulação com a Polícia Civil para Assegurar Vaga no Sistema Prisional

Fonte: Casa Civil/Coapg

GESTÃO FINANCEIRA

EQUILÍBRIO E TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO FISCAL

Equilibrar as contas públicas gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando à melhoria na qualidade do gasto público do Estado, é um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, e dentro deste contexto, o resultado apresentado, referente a 2010, demonstra que o Estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo todos os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

O Portal Transparência Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento *on line* das ações governamentais e da aplicação dos recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Respon-

sabilidade Fiscal – LRF, incluindo os gastos com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal www.sefaz.ba.gov.br e nos sites das secretarias, demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios/convenientes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e ONG).

Receitas Públicas

As receitas realizadas em 2010, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 24,9 bilhões, alcançando 92,8% da previsão anual. Comparando os resultados apurados com o mesmo período do ano de 2009, observa-se um crescimento nominal na ordem de 16%. A Tabela 4 apresenta o balanço orçamentário da receita no período 2007-2010.

TABELA 4

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA
Bahia, 2007-2010

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA 2010 (Em R\$ 1.000,00)	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)				REALIZAÇÃO % 2010	VAR. % 2010/2009
		2010	2009	2008	2007		
Receitas Correntes	24.510.873	23.533.327	19.959.312	19.317.522	17.014.744	96,01	17,91
Receita Tributária	12.897.085	12.876.989	10.840.388	10.886.568	9.458.074	99,84	18,79
ICMS	11.343.203	11.153.957	9.352.063	9.558.039	8.361.537	98,33	19,27
Outras Tributárias	1.553.882	1.723.032	1.488.325	1.328.529	1.096.537	110,89	15,77
Receita de Contribuições	1.263.039	1.384.474	1.226.913	1.027.654	900.815	109,61	12,84
Receita Patrimonial	341.600	476.768	219.558	246.955	617.935	139,57	117,15
Receita Agropecuária	1.830	203	236	30	36	11,10	(13,82)
Receita Industrial	124	29	9	0	–	23,11	202,81
Receita de Serviços	165.022	95.317	90.485	65.345	57.601	57,76	5,34
Transferências Correntes	9.260.898	8.818.200	7.787.363	7.284.669	6.032.274	95,22	13,24
FPE	4.862.553	4.583.478	4.252.534	4.220.382	3.638.385	94,26	7,78
Outras Transferências	4.398.346	4.234.723	3.534.829	3.064.287	2.393.889	96,28	19,80
Outras Receitas Correntes	1.581.123	1.000.025	750.448	677.747	479.068	63,25	33,26
Conta Retificadora	(2.546.896)	(2.673.558)	(2.317.838)	(2.173.385)	(1.653.222)	104,97	15,35
Receitas Intraorçamentárias Correntes	1.547.047	1.554.881	1.361.750	1.301.939	1.122.162	100,51	14,18
Receitas de Capital	2.270.272	1.325.860	1.472.569	333.084	264.581	58,40	(9,96)
Operações de Crédito	942.358	652.242	987.706	133.329	160.416	69,21	(33,96)
Operações de Crédito Internas	723.855	472.332	206.506	82.726	94.237	65,25	128,73
Operações de Crédito Externas	218.503	179.910	781.200	50.603	66.179	82,34	(76,97)
Alienação de Bens	7.440	12.663	4.352	12.388	2.643	170,21	191,00
Amortização de Empréstimos	92.305	75.726	62.935	67.849	2.850	82,04	20,32
Transferências de Capital	807.490	585.211	417.577	118.777	98.672	72,47	40,14
Outras Receitas de Capital	420.678	18	0	742	–	0,00	94.865,45
TOTAL	26.781.144	24.859.188	21.431.881	19.650.606	17.279.325	92,82	15,99

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Receitas Correntes

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Foram arrecadadas nesta categoria R\$ 23,5 bilhões, representando uma realização de 96% das receitas correntes previstas no ano de 2010 e

um crescimento nominal de 17,9% em relação ao mesmo período de 2009.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 54,7% destas e totalizaram R\$ 12,9 bilhões em 2010, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação

de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal – ICMS representou 47,4% do total das receitas correntes. No Gráfico 8 estão representadas as Receitas Correntes do Estado em 2010.

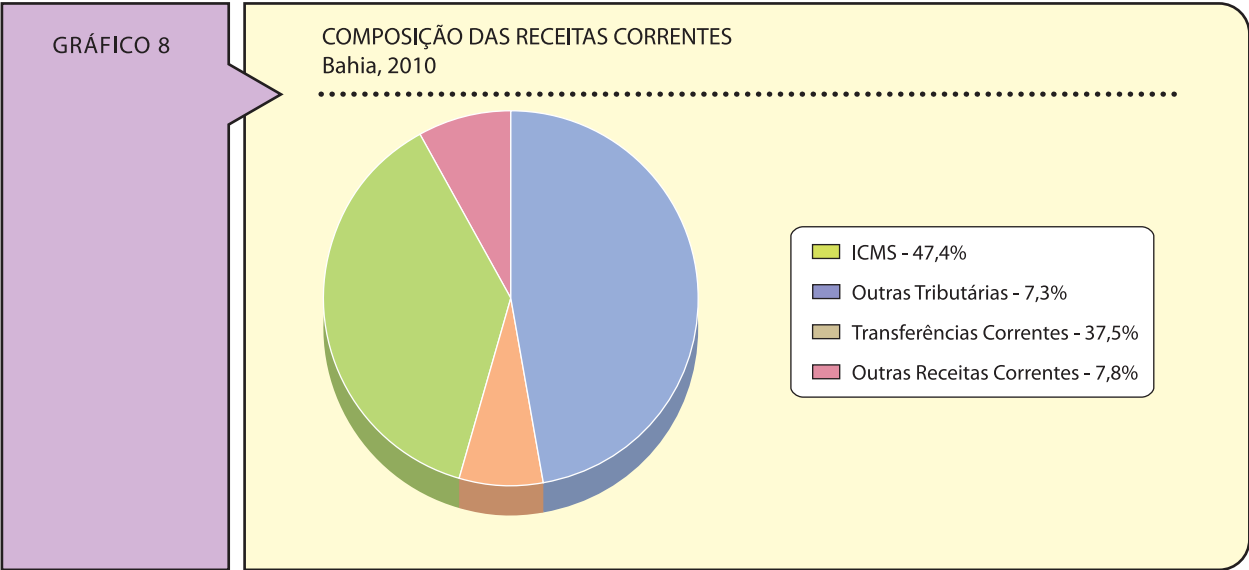
Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 86,6% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 11,2 bilhões no período. Este montante representa um crescimento nominal de 19,3% em comparação

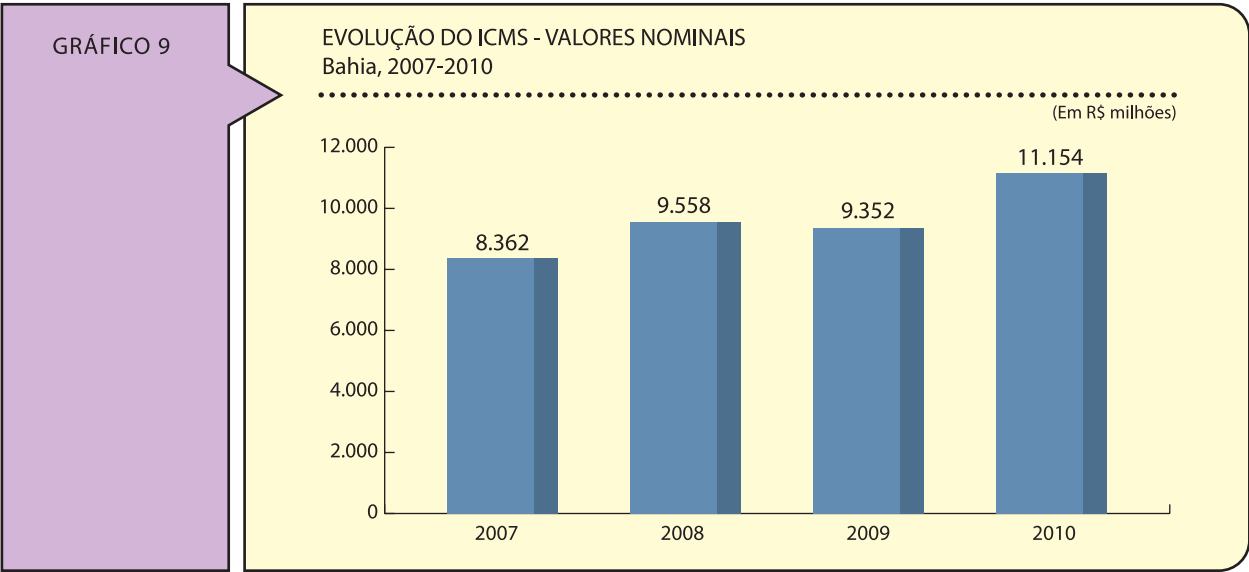
ao mesmo período do ano anterior. O Gráfico 9 mostra a evolução do ICMS no período 2007-2010.

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em diversos segmentos de mercado. O Gráfico 10 mostra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

Em 2010, ocorreu um crescimento de 30,9% no setor de comércio, de 14,2% na indústria e 12% no setor de serviços,



Fonte:SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

os quais contribuíram para um melhor desempenho da arrecadação do ICMS, quando comparado ao mesmo período de 2009. Na indústria, o segmento petróleo apresentou uma variação nominal positiva de 99%. No comércio, tanto o segmento varejista como o segmento atacadista obtiveram variações nominais positivas de 35,8% e 30,3%, respectivamente, comparado ao ano anterior.

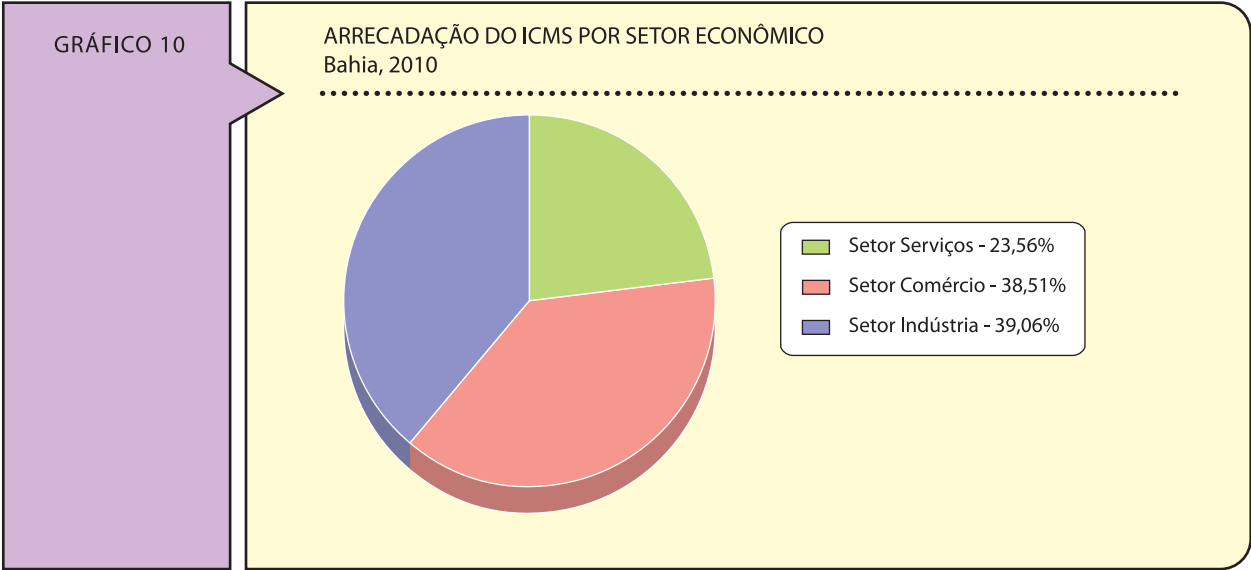
Arrecadação do IPVA

O IPVA apresentou uma variação nominal positiva de 10,5% se comparado ao realizado no mesmo período de 2009, sendo arrecadados R\$ 549,3 milhões, tradu-

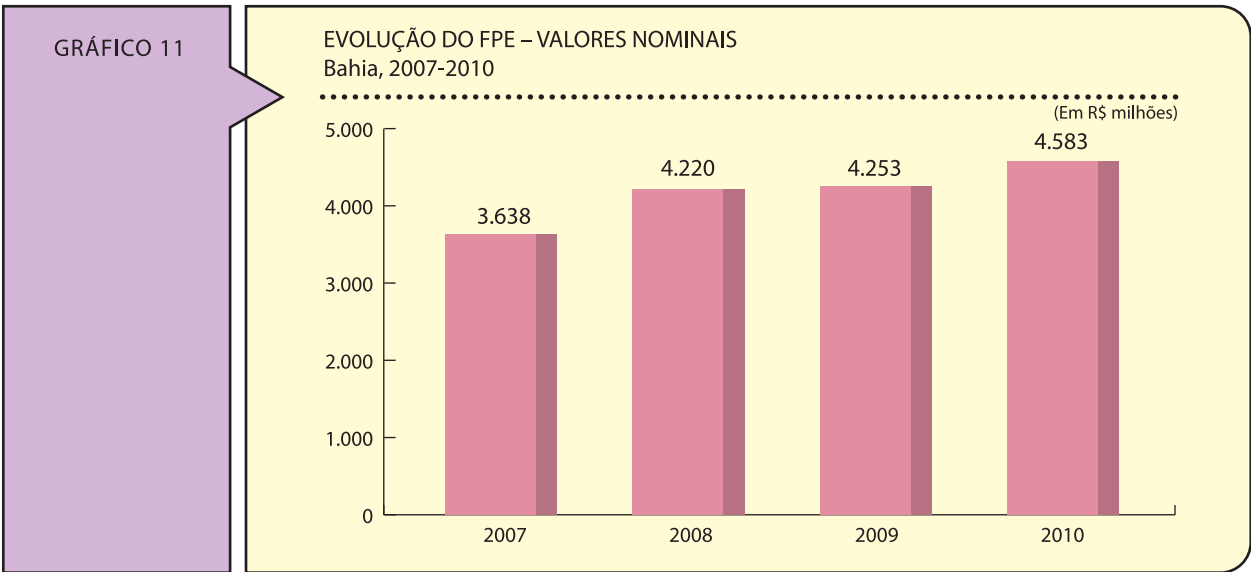
zindo os reflexos das medidas anticrise adotadas pelo Governo e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.

Receitas do Fundo de Participação dos Estados – FPE

As Transferências Correntes representam 37,5% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais da União, destacando-se o FPE que participa com 52% do total realizado e apresentou uma variação nominal positiva de 7,8% em relação ao mesmo período de 2009, atingindo o montante de R\$ 4,6 bilhões, conforme pode ser visualizado no Gráfico 11.



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf



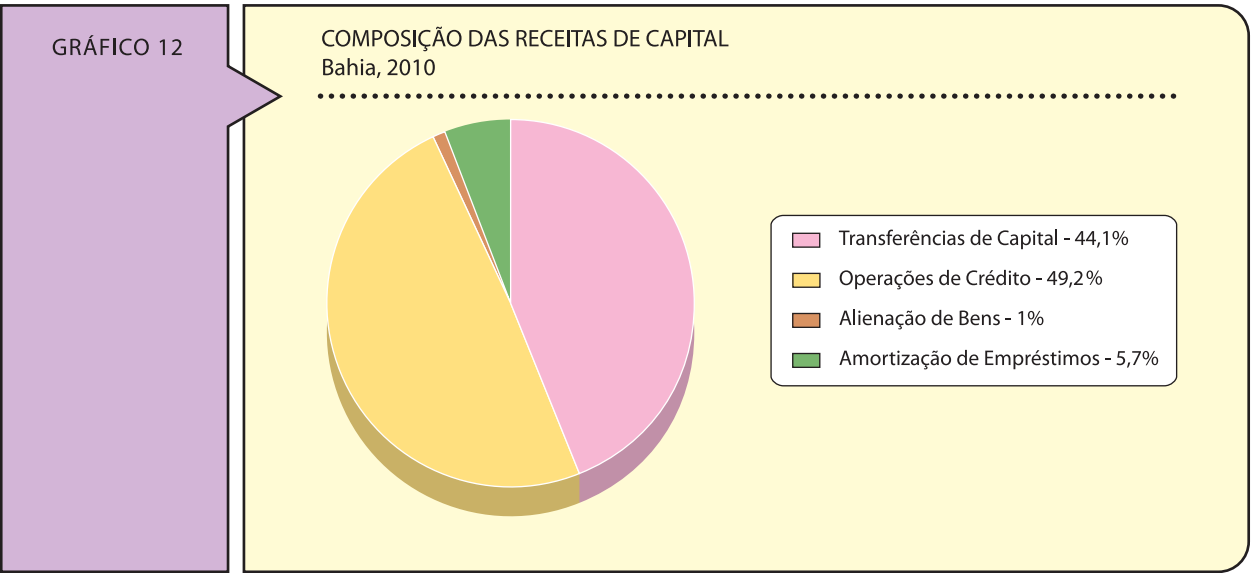
Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Receitas de Capital

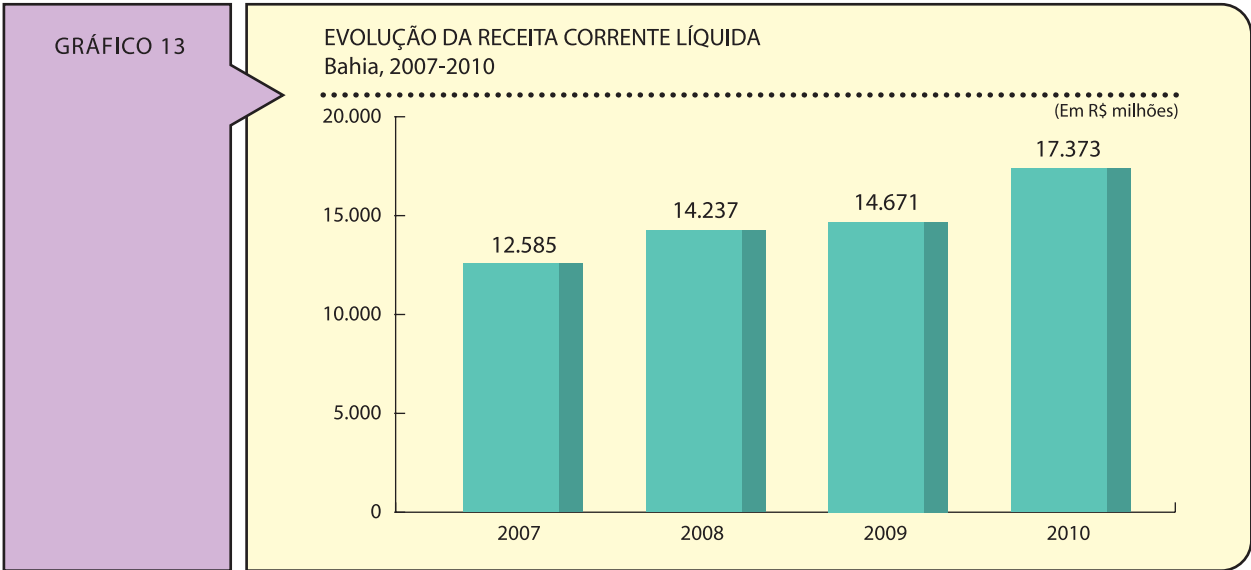
As Receitas de Capital totalizaram R\$ 1,3 bilhão dos quais R\$ 652,2 milhões referem-se aos ingressos das Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais; R\$ 12,7 milhões correspondem às Alienações de Bens; R\$ 75,7 milhões às Amortizações de Empréstimos e R\$ 585,2 milhões relativos às Transferências de Capital. Foi realizado nessa rubrica 58,4% da previsão anual. O Gráfico 12 detalha a Composição das Receitas de Capital referente a 2010.

Receita Corrente Líquida – RCL

A Receita Corrente Líquida – RCL é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e é sobre esse parâmetro que se calculam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. Em 2010, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 18,4% em relação a 2009, representando um montante de R\$ 17,4 bilhões. O Gráfico 13 mostra a evolução da Receita Corrente Líquida do Estado.



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado da Bahia no exercício de 2010 foi de R\$ 26,8 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 24,7 bilhões, o que representa uma realização de 92,1% e um crescimento de 15,4% se comparado ao mesmo período do ano anterior. A Tabela 5 detalha o balanço orçamentário das despesas do Estado no período 2007-2010.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. No período em análise, as despesas correntes atingiram o montante de R\$ 21,5 bilhões, representando 87,2% do total gasto pelo Estado em 2010, com realização de 95,6% do valor orçado anual.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 11,5 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totalizaram

R\$ 510 milhões e as Outras Despesas Correntes apontaram um total realizado de R\$ 9,5 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 3,2 bilhões em 2010, com uma realização de 74,1% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos com valor de R\$ 2,1 bilhões, seguida da Amortização da Dívida e Inversões Financeiras com R\$ 872 milhões e R\$ 248 milhões, respectivamente. O Gráfico 14 mostra a composição das despesas realizadas em 2010.

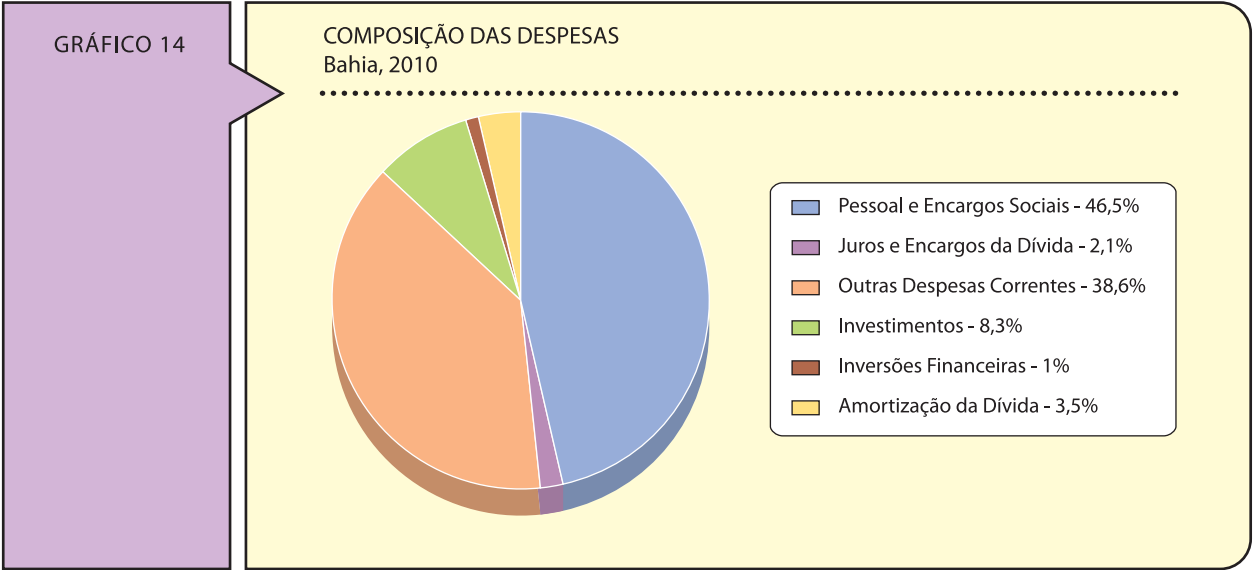
Para o Poder Executivo, a despesa total, prevista em 2010, foi de R\$ 24,4 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 22,4 bilhões, o que corresponde a uma realização de 91,5%. Desse total, as despesas Correntes totalizaram R\$ 19,3 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 3,1 bilhões. A Tabela 6 apresenta o balanço orçamentário da despesa do Poder Executivo no período 2007-2010.

TABELA 5

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA
Bahia, 2007-2010

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2010 (Em R\$ 1.000,00)	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)				REALIZAÇÃO % 2010	VAR. % 2010/2009
		2010	2009	2008	2007		
Despesas Correntes	22.491.105	21.502.299	18.534.874	17.002.090	14.779.486	95,60	16,01
Pessoal e Encargos Sociais	11.771.696	11.470.360	10.500.244	9.380.190	8.102.808	97,44	9,24
Juros e Encargos da Dívida	514.764	510.138	525.354	565.027	572.758	99,10	(2,90)
Outras Despesas Correntes	10.204.646	9.521.801	7.509.277	7.056.872	6.103.920	93,31	26,80
<i>Transf. Const. aos Municípios</i>	<i>3.261.301</i>	<i>3.225.227</i>	<i>2.699.221</i>	<i>2.750.143</i>	<i>2.407.160</i>	<i>98,89</i>	<i>19,49</i>
<i>Demais Despesas Correntes</i>	<i>6.943.345</i>	<i>6.296.574</i>	<i>4.810.055</i>	<i>4.306.729</i>	<i>3.696.759</i>	<i>90,69</i>	<i>30,90</i>
Despesas de Capital	4.271.039	3.165.694	2.840.059	2.872.939	2.150.893	74,12	11,47
Investimentos	3.044.606	2.046.146	1.329.025	1.217.185	825.136	67,21	53,96
Inversões Financeiras	353.923	247.641	245.310	198.000	93.098	69,97	0,95
Amortização da Dívida	872.510	871.906	1.265.724	1.457.755	1.232.659	99,93	(31,11)
Reservas de Contingência	19.000	–	–	–	–	–	–
TOTAL	26.781.144	24.667.993	21.374.934	19.875.029	16.930.379	92,11	15,41

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf



Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 6

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA – PODER EXECUTIVO
Bahia, 2007-2010

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2010 (Em R\$ 1.000,00)	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)				REALIZAÇÃO % 2010	VAR. % 2010/2009
		2010	2009	2008	2007		
Despesas Correntes	20.205.683	19.248.425	16.475.880	15.148.586	13.210.311	95,26	16,83
Pessoal e Encargos Sociais	9.834.337	9.540.830	8.748.020	7.777.807	6.775.014	97,02	9,06
Juros e Encargos da Dívida	514.764	510.138	525.354	565.027	572.758	99,10	(2,90)
Outras Despesas Correntes	9.856.582	9.197.457	7.202.506	6.805.752	5.862.539	93,31	27,70
Transf. Const. aos Municípios	3.261.301	3.225.227	2.699.221	2.750.143	2.407.160	98,89	19,49
Demais Despesas Correntes	6.595.281	5.972.230	4.503.285	4.306.729	3.696.759	90,55	32,62
Despesas de Capital	4.200.226	3.101.270	2.769.326	2.844.585	2.132.095	73,84	11,99
Investimentos	2.975.077	1.982.123	1.259.442	1.188.831	806.338	66,62	57,38
Inversões Financeiras	352.639	247.241	244.160	198.000	93.098	70,11	1,26
Amortização da Dívida	872.510	871.906	1.265.724	1.457.755	1.232.659	99,93	(31,11)
Reservas de Contingência	19.000	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	24.424.909	22.349.696	19.245.206	17.993.171	15.342.406	91,50	16,13

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em relação à Receita Corrente

Líquida, dos 12 últimos meses de 2010, abaixo do limite prudencial permitido pela LRF e do limite realizado no exercício de 2009, como está demonstrado na Tabela 7.

TABELA 7

DESPESAS DE PESSOAL x RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 Bahia, 2007-2010

PODER	% LIMITE PRUDENCIAL	% LIMITE MÁXIMO	% DESPESA DE PESSOAL REALIZADA/RCL			
			2010	2009	2008	2007
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	43,18	46,75	43,09	42,74

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf
 RCL 2010 = R\$ 17.372.551 mil

Aplicação de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, aquelas relativas à remuneração do magistério, à manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

Do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou, em 2010, um total de R\$ 3,7 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 26,6% destas receitas, superando, dessa forma, o limite legal de 25%. A Tabela 8 detalha como foram aplicados

os recursos em manutenção e desenvolvimento do ensino na Bahia, em 2010.

Aplicação de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde de aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram R\$ 1,9 bilhão, em 2010, correspondendo a 13,8% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, superando o limite de 12% estabelecido pela Emenda Constitucional nº. 29, como mostra a Tabela 9.

TABELA 8

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
 Bahia, 2007-2010

DESCRIÇÃO	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2010	2009	2008	2007	
Receita Líquida de Impostos	14.024.226	12.155.264	12.247.925	10.642.092	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	3.732.935	3.332.769	3.392.056	2.879.428	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	26,62%	27,42%	27,69%	27,06%	25,00%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

TABELA 9

APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE
 Bahia, 2007-2010

DESCRIÇÃO	REALIZADO (Em R\$ 1.000,00)				Limite Constitucional
	2010	2009	2008	2007	
Receita Líquida de Impostos	14.024.226	12.155.265	12.247.925	10.642.092	
Total das Despesas Próprias com Saúde	1.931.511	1.687.967	1.572.385	1.352.936	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	13,77%	13,89%	12,84%	12,71%	12,00%

Fonte: SEFAZ/Sicof/SAF/Copaf

Dívida Pública

Com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual dentro dos limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

A relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,5 em 2010, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de duas vezes a RCL. Observamos, também, a redução significativa do índice quando comparado ao obtido no final dos exercícios anteriores. A Tabela 10 apresenta dados sobre a relação da RCL no período 2007-2010.

A Tabela 11 indica a evolução anual referente aos prazos e taxas de dívidas externas e internas do Estado no Período 2003 a 2010.

TABELA 10		RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA/RCL Bahia, 2007-2010	
ANO		DÍVIDA/RCL	
2007		0,82	
2008		0,72	
2009		0,63	
2010		0,52	

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Copaf

Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. Em 2010, a Bahia obteve o resultado primário de R\$ 744,5 milhões, superior à meta estabelecida na LDO no valor de R\$ 345,4 milhões e da LOA estabelecida no valor de R\$ 474,9 milhões, conforme mostra a Tabela 12.

TABELA 11		EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS Bahia, 2003-2010							
-----------	--	---	--	--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
DÍVIDA EXTERNA								
Prazo Médio	11,8	11,1	11,7	11,2	10,5	9,9	12,9	12,5
Juros Médios	4,66%	4,21%	4,42%	4,72%	4,52%	4,00%	2,84%	2,48%
DÍVIDA INTERNA								
Prazo Médio	16,7	16,4	15,7	14,8	14,2	13,5	12,9	12,6
Juros Médios	5,69%	5,86%	5,96%	6,02%	5,79%	5,62%	5,69%	5,82%
DÍVIDA TOTAL								
Prazo Médio	15,8	15,5	15,1	14,3	13,6	12,8	12,9	12,5
Juros Médios	5,51%	5,58%	5,72%	5,81%	5,61%	5,33%	5,09%	5,15%

Fonte: SEFAZ/SAF/Depat/Copaf
OBS:
(1) Critério adotado através das médias ponderadas dos saldos devedores.
(2) Prazo em anos e taxa de juros anual.
(3) Período de 2003 a 2010 – mês base de referência dezembro.

TABELA 12		RESULTADO PRIMÁRIO Bahia, 2007-2010			
-----------	--	-------------------------------------	--	--	--

RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS (Em R\$ 1.000,00)			
	2010	2009	2008	2007
Receitas Fiscais Correntes	23.295.670	19.766.483	19.106.671	16.906.148
Receitas Fiscais de Capital	585.229	417.577	119.519	98.672
Receitas Fiscais	23.880.900	20.184.060	19.226.190	17.004.820

Continua

Continuação

DESPESAS FISCAIS	DESPESAS LIQUIDADAS			
	2010	2009	2008	2007
Despesas Fiscais Correntes	20.992.161	18.009.520	16.437.063	14.206.728
Despesas Fiscais de Capital	2.144.226	1.436.561	1.351.782	918.234
Reserva de Contingência		–	–	–
Despesas Fiscais	23.136.387	19.446.081	17.788.844	15.124.962
Resultado Primário	744.513	737.979	1.437.346	1.879.858

Fonte: SEFAZ/Sicof//SAF/Copaf

LDO – Meta do Resultado Primário para o ano de 2010 = R\$ 345.402 mil

LOA – Meta do Resultado Primário para o ano de 2010 = R\$ 474.937 mil

MODERNIZAÇÃO NA GESTÃO

Gestão Tributária

A Superintendência de Administração Tributária da SEFAZ encontra-se em fase final de redesenho. A partir da revisão de processos, sistemas e estrutura, espera-se chegar a um novo conceito de gestão tributária. O objetivo é romper com antigos paradigmas, gerando processos de trabalho inovadores, de forma a modernizar a máquina arrecadadora do Estado.

O Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças do Estado da Bahia – Fiplan, com tecnologia desenvolvida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Mato Grosso, está sendo adaptado para a Bahia, com o objetivo de permitir a execução orçamentária, financeira e a contabilização dos eventos no Estado em uma única plataforma e de forma integrada com a SEPLAN, substituindo diversos sistemas em uso nas Secretarias, órgãos e empresas públicas, garantindo maior controle sobre as questões orçamentárias.

Em julho de 2010, a Secretaria da Fazenda realizou o seminário de apresentação do sistema Business Intelligence – BI da Nota Fiscal Eletrônica, desenvolvido através de parceria com o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial – Etco, para subsidiar a extração de dados contidos nas Notas Fiscais Eletrônicas. A Bahia, por ser o Estado pioneiro no desenvolvimento do *software*, ficou responsável por disseminá-lo, de forma gratuita, a outras Secretarias de Fazenda do Brasil.

A SEFAZ disponibilizou o Sistema para Confirmação de Recebimento de Combustíveis, que tem como finalidade a ratificação do recebimento de gasolina e óleo diesel por contribuintes localizados em outros estados brasileiros. Este sistema garante que o combustível destinado a uma operação interestadual não seja desviado para um posto de dentro da Bahia ou de um outro estado que não corresponda ao que está descrito na nota fiscal eletrônica. O aplicativo se destina não só a garantir a idoneidade da transação comercial, como também permite uma maior segurança e agilidade nos processos de ressarcimento do ICMS sobre combustíveis devido às distribuidoras.

Visando à comodidade dos contribuintes, foi viabilizada a abertura de 16 postos de atendimento presencial da SEFAZ nos postos do SAC, de Santo Antônio de Jesus, Brumado e Irecê.

As equipes da Secretaria da Fazenda ganharam um importante reforço para a realização de seus trabalhos com o início da distribuição de 100 novos veículos para a sua frota. A quantidade de automóveis foi definida de acordo com a demanda de cada unidade, considerando-se a necessidade de substituição dos veículos danificados ou com mais de dez anos de uso e que devem ser recolhidos à SAEB, conforme determina a legislação vigente.

As Unidades Móveis de Fiscalização da Secretaria da Fazenda ganharam novas ferramentas de auxílio à fiscalização. Um total de 180 equipamentos, entre *notebooks* e *modems*, foram distribuídos para serem utilizados pelos

servidores do fisco. A medida visa modernizar a fiscalização no trânsito de mercadorias e aprimorar o combate à sonegação fiscal, além de oferecer melhores condições de trabalho aos servidores que atuam nas Unidades Móveis de Fiscalização.

Ações de Fiscalização

A SEFAZ, através da Inspeção de Fiscalização de Empresas de Grande Porte da Região Norte, concluiu a primeira etapa da operação “Tempo Presente”, direcionada a empresas dos segmentos de comércio atacadista, indústria metalúrgica, indústria da mineração e derivados e indústria de bebidas. Essa ação resultou em crédito reclamado de R\$ 16,3 milhões, com efetivo recolhimento de R\$ 10,7 milhões.

Foi realizada, em Feira de Santana, a Operação Corsários II, que teve como objetivo a retirada de circulação dos produtos de origem estrangeira sem comprovante de entrada no território nacional. Essa ação foi fruto da parceria entre a SEFAZ, a Receita Federal, a Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Militar.

A Secretaria da Fazenda do Estado deu início à Operação Salgadeiras, na região de Feira de Santana, com o objetivo de combater o comércio irregular de couro bovino. A ação tem como foco as empresas intermediadoras entre os abatedouros e os curtumes que sejam suspeitas de atuarem de forma clandestina com aquisição de produtos sem notas fiscais e sem o recolhimento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.

Também na região de Feira de Santana foi realizada a Operação Portal do Sertão, em regime de plantão de 24 horas, visando o efetivo controle da circulação de mercadorias nas vias de acesso à cidade. Foram lavrados 71 autos de infração, gerando R\$ 236,7 mil em crédito reclamado.

Na Operação Mimoso do Oeste II, realizada com o objetivo de controlar o escoamento da safra de grãos e a entrada e saída de mercadorias na região Oeste da Bahia, foram registrados mais de R\$ 2,8 milhões em créditos reclamados.

Desenvolvimento Organizacional

A Secretaria da Fazenda realizou uma série de cursos internos, destinados aos servidores das diferentes áreas fazendárias e aos servidores das áreas financeiras do Estado da Bahia. Foram realizados 200 eventos de capacitação, para 5.114 participantes, num total de 4.175 horas de trabalho voltadas para a valorização e o desenvolvimento dos servidores.

Com o objetivo de elevar os padrões de qualidade da gestão financeira do Estado, através da capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores da área financeira, tanto da SEFAZ quanto de outras Secretarias e órgãos do Estado, a Secretaria da Fazenda disponibilizou o curso de Especialização em Administração Financeira Governamental, ministrado pela Universidade Federal da Bahia – Ufba.

Também com o objetivo de capacitar e desenvolver profissionalmente seu quadro de gestores, foi firmado contrato com a Fundação Dom Cabral para a realização do Programa de Desenvolvimento Gerencial. Os módulos que compõem o programa oferecem conteúdos relacionados às áreas de gestão estratégica, gestão de pessoas, gestão do conhecimento, gestão de processos e projetos, entre outros, alinhando, assim, as ações gerenciais com as diretrizes estratégicas da organização para o alcance das suas metas.

EDUCAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Programa de Educação Tributária – PET-BAHIA

O Programa de Educação Tributária – PET-BA foi criado em 1999 com o objetivo de sensibilizar o cidadão para a função socioeconômica dos tributos, além de levar à população conhecimentos sobre administração pública, incentivar o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos e criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. Para tanto, esse Programa desenvolve ações através de quatro projetos: Educação Fiscal nas Escolas, Sua Nota é um Show, Sua Nota é um Show de Solidariedade e Faz Universitário.

Projeto Educação Fiscal nas Escolas – PEFE

Esse projeto, desenvolvido pela SEFAZ, SEC e Receita Federal, promove o processo de inserção e resgate de valores sociais, utilizando a educação fiscal para a formação de jovens estudantes a fim de que possam atuar como cidadãos participativos.

Em 2010, o PEFE ofereceu cursos à distância para Disseminadores em Educação Fiscal, buscando capacitar servidores públicos e educadores da rede pública de ensino. Foram treinados 374 servidores.

Projeto Sua Nota é um Show – SNS

Desenvolvido através de parceria entre a SEFAZ, a SECULT e a SETRE, o Projeto busca estimular o hábito de solicitar a nota ou cupom fiscal no ato da compra de mercadorias, utilizando os elementos centrais de interesse dos contribuintes, como a música, a arte e o futebol. Assim, o projeto Sua Nota é um Show, ao realizar educação fiscal, estimula também as atividades artísticas, culturais e esportivas.

Em 2010, o Governo do Estado firmou contrato com a Federação Baiana de Futebol – FBF, para apoio ao Campeonato Baiano da primeira divisão em 2010. Ao todo, foram trocados nesse campeonato 307.550 notas e/ou cupons fiscais, proporcionando ingressos a um público de 30.755 torcedores, nos 31 jogos em que houve a participação do Projeto Sua Nota é um Show.

Projeto Sua Nota é um Show de Solidariedade – SNSS

O Sua Nota é um Show de Solidariedade é um projeto desenvolvido pela Secretaria da Fazenda, em parceria com a SESAB e a SEDES, com o objetivo de conscientizar o cidadão sobre a função social do imposto e estimular o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos.

O projeto envolve a distribuição de prêmios em dinheiro, concedidos a partir dos resultados da captação de notas ou cupons fiscais doados pelos cidadãos a instituições da área social e de saúde, passando a fortalecer sua infraestrutura com a aquisição de equi-

pamentos e materiais permanentes, a realização de obras, reformas e ampliações de instalações, além de compras de bens duráveis e de consumo inerentes às suas finalidades.

Em 2010, foram beneficiadas, na 21ª etapa de apuração (janeiro a abril), 574 instituições da área de saúde e da área social em 185 municípios, sendo distribuídos R\$ 2,9 milhões em recursos públicos para investimentos sociais. Na 22ª etapa de apuração (maio a agosto), foram beneficiadas 573 instituições das áreas social e de saúde, em 188 municípios, sendo também distribuídos R\$ 2,9 milhões.

Faz Universitário

Criado no ano de 2002, visando auxiliar os alunos oriundos da rede pública de ensino a ingressar em faculdades, através da concessão de bolsas de estudo integrais, o Faz Universitário é um projeto que conta com a parceria entre as Secretarias da Educação e da Fazenda e faculdades privadas, já tendo beneficiado 4.334 alunos.

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO SOCIAL

A Secretaria de Relações Institucionais – SERIN deu prosseguimento, em 2010, ao seu papel de interlocutora do Governo do Estado com os diversos setores da sociedade, sempre buscando reforçar e consolidar as propostas e diretrizes da Administração Pública.

Cumprir destacar as ações do Conselho de Acompanhamento do Plano Plurianual – Cappa, entre as atividades que evidenciam a participação dos Territórios de Identidade nesse processo democrático.

Foi dada continuidade ao trabalho de monitoramento, subsídio e aconselhamento ao Governo do Estado para a execução do PPA 2008-2011. Nesse sentido, o Cappa realizou reuniões ordinárias para discutir as prioridades dos Territórios de Identidade dentro de cada Secretaria Estadual para integrá-las ao projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA de 2011.

A SERIN também integra o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter, fórum permanente de caráter consultivo, cuja finalidade é subsidiar a elaboração de propostas de políticas públicas e estratégias integrantes do Programa Territórios de Identidade. Além disso, cabe ao Conselho elaborar os critérios de agrupamento de municípios para a reformulação dos Territórios de Identidade e promover eventos que estimulem o debate e a difusão da abordagem territorial para o desenvolvimento da Bahia. A SERIN representa o poder público do Estado na Rede Nacional de Colegiados Territoriais, que é composta por todos os Colegiados Territoriais Brasileiros organizados em Redes Estaduais, cuja proposta é articular instâncias constituídas por organizações da sociedade civil e do poder público, no formato de rede de governança.

A participação na Sala de Situação da Agricultura Familiar constituiu-se em um dos focos de atuação. Esta ação resultará na elaboração de um relatório com indicações relevantes sobre a política da agricultura familiar na Bahia, buscando dar maior estabilidade institucional aos debates e às deliberações de médio e longo prazo. Após a conclusão parcial dos seus trabalhos, a Sala de Situação passará por uma transição e integrará o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, órgão colegiado da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI. Fazem parte dessa ação vários setores do governo e representações da sociedade civil.

A 1ª Feira de Agricultura Familiar, evento organizado pela Fetag, e a III Feira e Encontro da Agricultura Familiar do Estado da Bahia, organizado pela Fetraf, contaram com o apoio do Governo do Estado.

Também coube à SERIN a articulação e a implementação da política para Povos e Comunidades Tradicionais – PCT, com participação no grupo executivo para a criação do Comitê Estadual para Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais, em parceria com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e o Ministério do Meio Ambiente – MMA. Além disso, colaborou na elaboração do decreto, e na formulação do projeto executivo para o

I Encontro Estadual de PCT e pelo levantamento das ações do Plano Plurianual sobre o mesmo tema em cada Secretaria.

Foi feito ainda o acompanhamento do Grupo Executivo Intersetorial de Políticas para Povos Indígenas, participando na construção da minuta do Projeto de Lei do Conselho dos Povos Indígenas da Bahia e colaborando na elaboração do Plano Operativo Estadual de Políticas para Povos Indígenas. São 14 etnias reconhecidas e duas em processo de reconhecimento, totalizando 26 mil pessoas distribuídas em cerca de 82 povoados, em 25 municípios do Estado.

A SERIN trabalhou também no sentido da articulação, mobilização, acompanhamento, apoio logístico e financeiro às diversas conferências, seminários, conselhos, fóruns, feiras nacionais e programas, visando o fortalecimento da participação dos movimentos sociais.

A Secretaria das Relações Institucionais apoiou também o Fórum Social Mundial Temático, em parceria com representantes da sociedade civil baiana. Esse evento foi realizado em janeiro de 2010, em Salvador, e contou com a participação de cerca de dez mil pessoas, onde se definiu por uma agenda coletiva em torno do tema central “Da Bahia a Dakar: enfrentar a crise com integração, desenvolvimento e soberania”.

A SERIN teve, ainda, participação importante na Comissão Preparatória das III e IV Conferências Estaduais das Cidades e na construção do Projeto de Lei deste Conselho, tendo assento no mesmo e sendo membro da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão Territorial Urbana.

CONSELHOS

● Conselho Estadual de Juventude – Cejuve

A cidade de Salvador sediou a Pré-Conferência de Juventude das Américas, que reuniu representantes governamentais e da sociedade civil do Brasil e de outros 29 países. O evento, que antecede a Conferência Mundial de Juventude, debateu os avanços das políticas juvenis no continente e construiu uma pauta conjunta que foi levada ao



Foto: Ascom/SERIN

Conferência Cejuv

encontro mundial, que aconteceu no México, em 2010.

O Conselho Estadual da Juventude Bahia – Cejuve discutiu a realização de três eventos para definir a criação de uma Agenda de Desenvolvimento para a Juventude, definindo como eixos centrais a educação, o trabalho e a segurança. No decorrer de 2010, o Conselho realizou outras atividades, como as relacionadas a seguir:

- Conferência Livre de Juventude e Comunicação, na Biblioteca Central da Bahia;
- Promoção do Festival de Cultura e Juventude, em parceria com a Prefeitura Municipal de Camaçari;
- Lançamento da Campanha Juventude Viva, em parceria com a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos e de Políticas Públicas de Juventude da Assembléia Legislativa da Bahia e mais de 40 organizações sociais;
- Envio à Assembléia Legislativa pelo Governador do Estado do Projeto de Lei nº 18.532/2010 que trata do Plano Estadual de Juventude;
- Promoção do 1º Encontro Estadual de Gestores e Conselhos Municipais de Juventude;
- Promoção da Semana Municipal de Juventude, em Serrinha, numa parceria com a Prefeitura Municipal de Serrinha;

- Realização de Audiência Pública sobre o “Toque de Recolher”, em parceria com a Câmara Municipal de Feira de Santana;
- Promoção do Seminário “Juventude e Desenvolvimento”, em cooperação com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia – Codes;
- Promoção do Seminário “Agenda do Trabalho Decente para a Juventude Baiana”, em parceria com a SETRE.

● Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – Codes

Desde 2007 a Bahia vive um processo de mudança nas relações políticas entre o poder público e a sociedade, por meio de um conjunto de iniciativas entre as quais a principal característica é a participação da sociedade. Dentre estas, destaca-se o Codes. Constitui-se num órgão de assessoramento imediato do Governador, vinculado à SERIN e que tem por finalidade promover o debate, propor políticas públicas e diretrizes específicas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social do Estado.

● Reuniões Ordinárias do Pleno do Conselho

O 1º Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Bahia – Codes teve como tema de discussão “Desafios de 2010 – O ano de superação da crise”. Foram empossados no Conselho 45 representantes da sociedade civil com reconhecida representatividade setorial, para mandato de um ano. Deu-se início aos trabalhos de elaboração do documento “Agenda Baiana de Desenvolvimento”;

O 2º Pleno do Conselho discutiu os “Pontos Relevantes da Inserção da Bahia no Novo Ciclo Nacional de Desenvolvimento, em Articulação com o Pensar Bahia 2023”. Entre as ações realizadas, cabe citar as: reuniões dos Grupos de Trabalho, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Extremo Sul e o Projeto de Estudo Climático da Região da Costa da Baleia.

Foi realizada uma reunião extraordinária do Codes, na Associação Comercial da Bahia, entre representantes do Governo, do setor acadêmico, do empresariado, dos trabalhadores, de ONG, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil, para apresentação e discussão da Agenda Nacional para o Novo Ciclo de Desenvolvimento e o Pensar Bahia 2023.



Foto: Ascom/SERIN

Codes/Associação Comercial da Bahia

● Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM realizou, com a SEPROMI, o trabalho de mobilização para a instalação de novos Conselhos Municipais, que aumentaram de 24 em 2009, para 31 municípios em 2010. Ademais, tiveram ativa participação nas iniciativas para a formação do Fórum Estadual de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, bem como na edição de 2010 do Projeto Março Mulher, que tratou da temática Mais Mulheres no Poder.

● Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra – CDCN

O Conselho de Desenvolvimento da Comunidade Negra - CDCN teve atuação mais centrada na intermediação entre o movimento social e o Governo do Estado, no acompanhamento de casos de intolerância religiosa e em conflitos pela posse da terra em comunidades quilombolas. O CDCN também elaborou e encaminhou ao Governador a Recomendação nº. 001, de 16 de junho de 2010, sobre medidas jurídicas, políticas e administrativas emergenciais para conter a vitimização de pessoas negras por homicídio no Estado da Bahia.

● Reuniões Especiais (Seminários, Workshops)

O Seminário de Preparação do Projeto “Visão Costa da Baleia 2023” contou com a participação de Conselheiros do Codes, prefeitos municipais, representantes das empresas instaladas na região, da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – Fieb, da Universidade Federal da Bahia – Ufba e de diversas Secretarias do Governo.

APOIO À ORGANIZAÇÃO DE SEGMENTOS SOCIAIS

Juventude Negra

A SEPROMI tem participado dos esforços do Governo do Estado na formalização da Política Estadual de Juventude, em tramitação na Assembléia Legislativa. Ao longo de 2010, contribuiu na elaboração da minuta do Plano, o primeiro marco regulatório para a população jovem do Estado, no qual a juventude negra figura em um capítulo específico.

No que se refere à formação de jovens, desenvolveu e executou o Projeto de Inclusão Digital, parte do Programa Centro Digital de Cidadania – CDC da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI, em funcionamento no Centro de Promoção da Igualdade da SEPROMI, no Pelourinho. O projeto já atendeu a duas turmas, de 20 jovens cada uma, sendo que a meta é a formação de 200 jovens até janeiro de 2011.

APOIO A INICIATIVAS DA SOCIEDADE CIVIL

Encontro de Pescadoras do Sul da Bahia, em Canavieiras, parte do projeto Formação da Rede de Mulheres do Sul da Bahia, financiado pelo Unifem, em parceria com a Associação Mãe dos Extrativistas da Resex de Canavieiras e o Movimento de Pescadoras/es da Bahia – Mopeba em junho de 2010.

Reunião com Trabalhadoras Rurais e Educadoras do Programa Todos pela Alfabetização – Topa, em Inhambupe, organizada pelo Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais – MMTR, visando aprofundar a abordagem crítica pelos estudantes do Topa sobre o tema “Mulher e espaços de Poder”, em setembro de 2010.

Festival de Teatro do Subúrbio, que reúne jovens produtores culturais do subúrbio ferroviário de Salvador. Em sua segunda edição, o Festival contou com grupos e companhias teatrais comprometidas com o empoderamento juvenil por meio das artes cênicas, em setembro de 2010.

Oficina com jovens quilombolas, em Campo Formoso – promovida pela Associação de Animadores Leigos das Comunidades Eclesiais de Base – CEB, como trabalho formativo político-social no âmbito do Curso de Formação para Convivência com o Semiárido. Participaram 23 jovens das comunidades de Lages dos Negros, de Patos I e II, Alagadiço, Casa Nova dos Amaros, Casa Nova dos Marinos e Casa Nova dos Ferreiras, em outubro de 2010.

Em parceria com a Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia – Agecom, a SEPROMI realiza campanhas publicitárias em torno de datas de referência histórica, visando reforçar valores e o compromisso do Estado com a igualdade racial e de gênero.

ASSUNTOS LEGISLATIVOS

A SERIN trabalhou no cumprimento de seus objetivos, entre os quais o engajamento dos vários poderes. Nessa perspectiva, é justo destacar a grande importância do papel dos parlamentares na construção das políticas públicas participativas e democráticas.

Cumprindo o seu papel de interlocução entre o Poder Executivo e os Poderes Legislativos Federal, Estadual e municipais, a SERIN desencadeou ações para aperfeiçoar o relacionamento institucional do Governo Estadual com os senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores e os partidos políticos atuantes no Estado. Cumpre salientar os avanços e ações executadas pela Coal, em 2010:

- Assessoramento permanente aos parlamentares quanto a ações, programas e definições de governo;
- encaminhamento e acompanhamento dos pleitos dos parlamentares relativos a audiências com o

governador, Secretários de Estado e dirigentes de órgãos;

- encaminhamento e acompanhamento dos pleitos dos parlamentares sobre a realização de obras, serviços e informações das Secretarias e órgãos do Estado;
- acompanhamento dos projetos de lei encaminhados pelo Poder Executivo Estadual à Assembléia Legislativa;
- acompanhamento dos projetos de lei em tramitação na Assembléia Legislativa;
- organização e participação de reuniões periódicas com as bancadas, blocos ou outras representações partidárias.

RELAÇÃO FEDERATIVA

No âmbito da Coordenação de Assuntos Federativos, coube especial atenção as ações entre os entes federativos no estabelecimento de um canal permanente e contínuo de proximidade e de informação, em atendimento aos interesses da União, do Estado da Bahia e dos Municípios naquilo que diz respeito à satisfação das demandas sociais e ao crescente compromisso da relação institucional e política.

Nesse sentido, houve a participação no XI Congresso Brasileiro dos Municípios. No *stand* do Governo da Bahia no Congresso, os representantes municipais tiveram informações sobre a melhor forma de acesso aos projetos em vigor no Estado, além de participarem de treinamentos para a utilização do Sistema de Relações Institucionais.

Em 2010, a SERIN fez o assessoramento a 417 Prefeituras e o acompanhamento de 1.020 demandas do Executivo Municipal, em 169 municípios baianos. Também foi função da SERIN o acompanhamento da oferta pública estadual e federal na celebração de 3.279 convênios entre o Executivo Municipal e Organizações Não Governamentais, em

391 municípios do Estado. Além disso, elaborou 417 perfis institucionais e 321 cenários políticos das prefeituras, associações de prefeituras e consórcios municipais.

SISTEMA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL – SRI

A nova versão do Sistema de Relacionamento Institucional – SRI, lançada em 2010, otimizou várias telas atendendo a solicitações dos usuários e, principalmente, modificou sua arquitetura, criando hierarquias para o uso em toda a estrutura das Secretarias, órgãos e empresas públicas, como instrumento de gestão interna.

O protótipo do novo modelo de hierarquização no SRI foi implantado com a colaboração essencial da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração – SICM, proporcionando a adaptação às necessidades do órgão e, ao mesmo tempo, possibilitando a experimentação e otimização das novas funcionalidades do Sistema.

SRI em números:

- Membros do SRI com senhas ativas: 278 prefeitos, 49 deputados estaduais, nove deputados federais;
- O Sistema de Relacionamento Institucional registrou mais de 11.160 pleitos;

- Foram treinados 38 deputados e 135 prefeitos;
- Atendimentos do *Help Desk*: 307

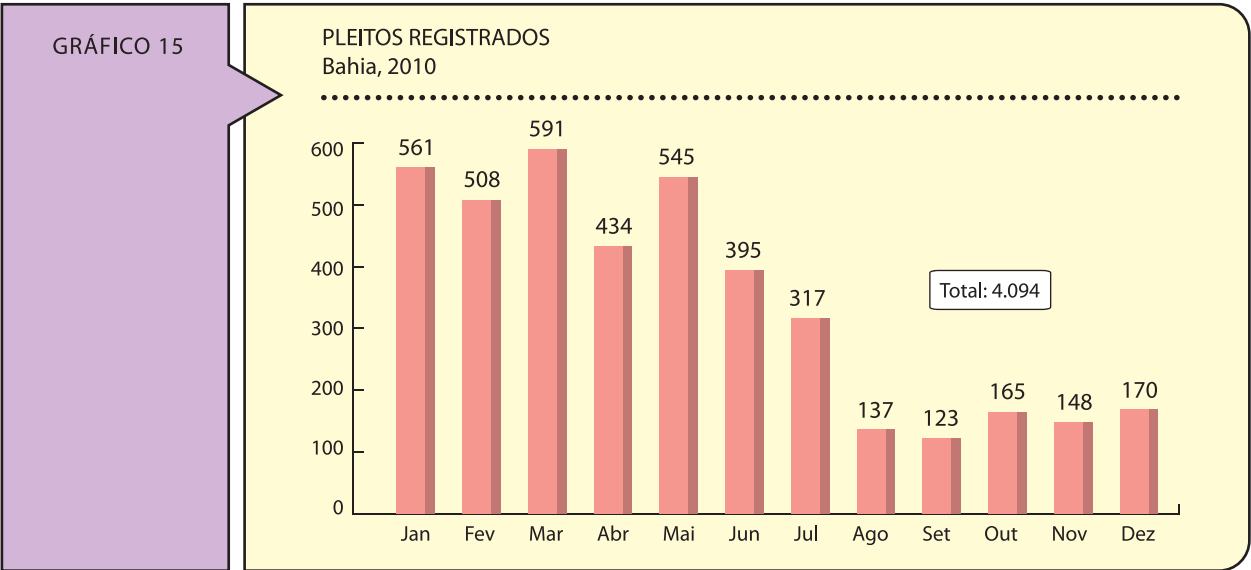
O Gráfico 15 mostra os pleitos realizados durante o ano de 2010.

DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

PLANO DIRETOR DE GESTÃO DO ESTADO DA BAHIA – PDG

O Plano Diretor de Gestão do Estado da Bahia – PDG vem sendo implementado desde 2007, é uma iniciativa que visa disseminar tecnologias de gestão adequadas à realidade de cada organização. Em 2010, foram favorecidos pela disseminação de ferramentas de gestão 19 órgãos e entidades, tendo sido aportadas, soluções de gestão como: o diagnóstico do sistema de gestão, através da autoavaliação com base no Modelo de Excelência em Gestão Pública, no Planejamento Estratégico, Sistemática de Monitoramento e Avaliação, na Metodologia de Pesquisa de Satisfação e na Metodologia de Gerenciamento de Projetos, totalizando 30 ações executadas.

Diversas ações foram empreendidas com o objetivo de agregar melhorias, mapeando e redesenhando os processos essenciais.



AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO EM 2010	
AÇÃO	INSTITUIÇÃO/INICIATIVA
Melhoria dos processos e indicadores de segurança pública: Crimes Violentos Letais e Intencionais – CVLI e Crimes Violentos contra o Patrimônio	Movimento Brasil Competitivo – MBC
	Instituto de Desenvolvimento Gerencial – INDG
Convênio para capacitação, mapeamento e redesenho de processos em oito órgãos	ABGC
11 ações de disseminação de tecnologias de gestão em nove órgãos adesos	Plano Diretor de Gestão
125 servidores de carreira de nível superior em capacitação	Rede de Consultores Internos

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

O objetivo do Programa é fomentar a publicização, isto é, a absorção da gestão de atividades e serviços públicos por organizações sociais, mediante contrato de gestão, baseado no propósito de que a gestão desses serviços por esse modelo tem a seu favor a flexibilidade administrativa na contratação de pessoal e aquisição de bens, assim como a possibilidade de captação de recursos extracontratuais, dentro de uma concepção administrativa que prioriza a definição de metas e o alcance dos resultados pactuados.

Na Bahia, o Programa Estadual de Organizações Sociais foi criado em 1997. Até o final de 2010, foram publicizados 15 serviços públicos geridos por 12 organizações sociais, das 39 entidades qualificadas, envolvendo recursos anuais de R\$ 307 milhões.

Cumpre observar que o modelo de Organizações Sociais possibilitou a operacionalização do maior centro pediátrico do Brasil, o Hospital Estadual da Criança, e além de viabilizar que a Orquestra Juvenil da Bahia – Yoba, realizasse intercâmbio na Europa, iniciando sua primeira apresentação em uma das salas de concerto mais prestigiadas da Europa, a Queen Elizabeth Hall, no Southbank Centre, em Londres.

A execução dos contratos de gestão por parte das Organizações Sociais é acompanhada e fiscalizada, principalmente no que diz respeito ao alcance das metas pactuadas, pela Secretaria de Estado contratante.

O Programa Estadual de Organização Social segue a sua trajetória não como uma alternativa ao Estado, mas como uma ferramenta complementar, no cumprimento da sua missão de bem servir à sociedade.

PROGRAMA ESTADUAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – RESULTADOS EM 2010		
AÇÃO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVOS
Celebração de novos contratos de gestão	Instituto Sócrates Guanaes	Gerenciamento do Hospital Estadual da Criança, em Feira de Santana
	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – Fapex	Gerenciamento da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde
Novas entidades foram qualificadas como organização social	Instituto Geraldo Leite	Gestão na área de saúde
	Instituto de Educação, Saúde e Tecnologia – IEST	
	Sociedade Médica de Promoção Humana Vida por Vidas	
	Biofábrica Moscamed Brasil	Gestão na área da agricultura

Continua

Continuação

PROGRAMA ESTADUAL DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – RESULTADOS EM 2010		
AÇÃO	INSTITUIÇÃO	OBJETIVOS
Proposta de nova legislação que rege o Programa Estadual de Organizações Sociais	Contribuição de diversos órgãos e PGE	Fortalecimento do Conselho de Gestão das Organizações Sociais, que passa a ter, além da representação da sociedade civil, a representação das organizações sociais, assim como um membro da PGE;
		Ampliação do prazo máximo de vigência do contrato de cinco para dez anos;
		Inclusão de audiência pública prévia ao edital de seleção da organização social, a fim de evitar impugnações, redundando na celeridade das demais fases do processo;
		Consignação de um capítulo próprio para o monitoramento e avaliação dos contratos de gestão, com base na Sistemática de Monitoramento e Avaliação do Programa Estadual das Organizações Sociais (Sisma/Peos).

METAS ALCANÇADAS POR UNIDADES GERIDAS POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS – 3º TRIMESTRE 2010				
SETORIAL	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	UNIDADE		% DE ALCANCE DAS METAS
SESAB	AOSID	HOSPITAL	EURÍDICE SANTANA	168
	MONTE TABOR		DEPUTADO LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	137
	AOSID		DO OESTE	132
	AOSID		SÃO JORGE	130
	MONTE TABOR		DANTAS BIÃO	129
	SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	MATERNIDADE DE REFERÊNCIA PROF. JOSÉ MARIA DE MAGALHÃES NETTO		121
	ISG	HOSPITAL	ESTADUAL DA CRIANÇA	118
	IFF		SANTO ANTÔNIO DE JESUS	111
	FUNDAÇÃO JOSÉ SILVEIRA		SANTA TEREZA	109
	APMI		CASTRO ALVES	101
	IMIP		DE JUAZEIRO	93
SECULT	AOJIN	NEOJIBÁ		92

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E A CAPACIDADE DE GESTÃO			
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	UNIDADE GERENCIADA	% ALCANÇADO NA AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GESTÃO	NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO DA CAPACIDADE DE GESTÃO ALCANÇADO
MONTE TABOR	HOSPITAL DEP. LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	75,50%	ALTO
SANTA CASA DE MISERICÓRDIA	MATERNIDADE DE REF. PROF. JOSÉ MARIA DE MAGALHAES NETTO	90,70%	ALTO
INSTITUTO BIOFÁBRICA DE CACAU	BIOFÁBRICA DE CACAU	85,60%	MÉDIO

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – PNAGE

Esse programa tem o objetivo de auxiliar os governos estaduais e o Distrito Federal, em termos financeiros e administrativos, através da implementação de políticas de gestão pública, bem como o de melhorar a efetividade e transparência institucional da administração estadual. O Programa é gerido na Bahia pela SAEB e pela SEPLAN, envolvendo recursos de R\$ 17,3 milhões, dos quais 37,5% relativos à contrapartida do Estado. Desde o início do projeto, em 2007, foram aplicados cerca de R\$ 8,1 milhões em iniciativas que visam modernizar a gestão pública.

No exercício de 2010, a Secretaria do Planejamento investiu, por meio do Pnage, em diversas ações, entre as quais merecem destaque: o desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão e Acompanhamento do PPA – SIGA PPA; a contratação de consultorias para atender o projeto de redesenho do Sistema Estadual de Planejamento – SEP, assim como o desenvolvimento e implantação de meto-

dologia para monitoramento e avaliação de programas de governo. Esse Programa também financiou a implantação de infraestrutura informacional para Banco de Dados Geoespaciais, com a compra de equipamentos especializados para atender à Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, vinculada à SEPLAN.

SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO

Visando à correção de fragilidades gerenciais nos processos da Administração Pública, será implementado um novo modelo de gestão, com otimização de fluxos e fortalecimento das atividades-meio, mediante o redesenho do Sistema Estadual de Administração – SEA. O Sistema tem por finalidade básica a definição, o planejamento, a coordenação e a execução de ações de administração.

O Governo do Estado concluiu o mapeamento de 104 processos administrativos vinculados aos segmentos de Recursos Humanos, Material, Patrimônio, Licitação e Transparência e Participação Social, e ainda estão pendentes os segmentos de Modernização Administrativa e Serviços Gerais. Para tanto, encontra-se em curso a contratação de consultoria, por intermédio do Pnage, com

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E DO PLANEJAMENTO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – PNAGE	
INICIATIVAS IMPLEMENTADAS EM 2010	IMPACTO SISTÊMICO
Rede do Plano Diretor de Gestão	Formação da rede de consultores internos que possibilita a ampliação da capacidade do Estado em disseminar ferramentas de gestão adequadas à realidade de cada organização estadual.
Macropolítica de Gestão e das Políticas de Recursos Humanos, Logística de Suprimento, Patrimônio, Transparência Administrativa, Ética e Participação Social	Formulação de macropolíticas e políticas de gestão para resgate do papel sistêmico da SAEB, visando nortear as decisões da alta administração e a concepção de um novo modelo de gerenciamento das atividades-meio do Poder Executivo.
Sustentabilidade	Concepção e implementação de políticas e medidas para compras governamentais centradas na promoção do consumo e produção sustentáveis.
Descarte de Pneus	Construção de ponto de coleta de pneus da frota estadual inservíveis, objetivando dar a destinação correta e produtiva, visando à preservação do meio ambiente e contribuição para a manutenção da saúde pública.
Tecnologia da Informação	Capacitação de profissionais de TI, proporcionando o fortalecimento da cultura de gestão e uso da tecnologia no Estado.

vistas à análise e redesenho do SEA, bem como de todos os processos já mapeados que o compõem.

COMPROMISSO BAHIA

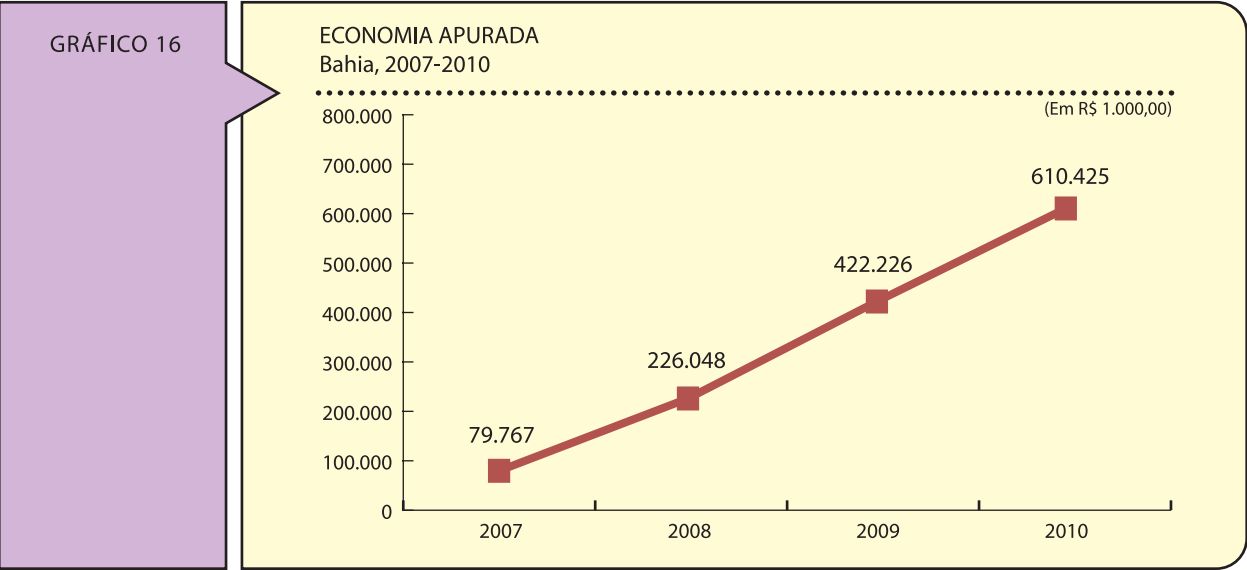
O Programa Compromisso Bahia foi instituído em 2007 e agregou conceitos integrados como bom desempenho, economia de recursos e satisfação dos usuários, além de englobar uma série de ações administrativas em torno de um objetivo comum: criar uma cultura de eficiência e controle gerencial no sistema público estadual. Até 2010, foram economizados cerca de R\$ 610,4 milhões, conforme pode ser observado no Gráfico 16.

A proposta do Programa rompe com um hábito na administração pública que vinculava estratégias de

economia a cortes pontuais e não planejados. Para aperfeiçoar esse sistema, o Compromisso Bahia introduziu valores e ferramentas que otimizaram a revisão de processos, a avaliação de resultados e o desempenho funcional. Para tanto, o Compromisso Bahia trabalha no desenvolvimento e implementação de algumas ferramentas, conforme quadro a seguir.

O Governo do Estado da Bahia estabeleceu prioridades em relação a três tipos de gastos: custeio, licitações e folha de pagamento. Os recursos economizados com as estratégias de combate ao desperdício são reinvestidos nas Ações Prioritárias de Governo. Em 2010, o Programa Compromisso Bahia superou em R\$ 117,9 milhões a meta prevista para o período de 2007–2010, que era de R\$ 492,5 milhões, conforme observado na Tabela 13.

FERRAMENTAS DO COMPROMISSO BAHIA
Monitoramento e avaliação do gasto público, dando visibilidade à relação custo x resultado;
Orientação à administração para a necessidade de reestruturação e aperfeiçoamento dos processos;
Distribuição da informação para o público em geral sobre a quantidade e a qualidade do gasto;
Criação de um ambiente que estimule a necessidade de inovação organizacional e tecnológica.



SISTEMA DE CORREIÇÃO

Com o intuito de reforçar o controle interno e evitar possíveis irregularidades vinculadas ao funcionalismo estadual, o Governo da Bahia criou, em 2007, a Corregedoria Geral do Estado – CGR, que em pouco mais de dois anos já alcançou resultados expressivos na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão e na defesa do patrimônio público, principalmente na redução do desperdício na área de pessoal.

O plano de ação da Corregedoria prevê a execução continuada de operações correicionais, principalmente, a partir de pesquisas e análises de informações estratégicas, visando à identificação de fragilidades e riscos da prática de ilicitudes. O produto da inspeção contém recomendações e medidas de gestão a serem adotadas

com o propósito de evitar reincidência no cometimento de irregularidades. A Tabela 14 apresenta a síntese das 33 operações realizadas em todo o Estado, no período de 2008 a 2010, que resultaram em 1.463 exonerações, demissões e distratos.

GESTÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DE SALÁRIOS

Desde 2007, o Governo do Estado vem atuando fortemente na qualificação dos gastos públicos, principalmente no que diz respeito ao controle da folha de pagamento de salários, a fim de garantir a fidedignidade das informações e combater o desperdício. Nesse sentido, cabe destacar as ações de validação do quadro, recadastramento e operações correicionais, que em 2010 representaram uma economia de R\$ 28,2 milhões, como mostra a Tabela 15.

TABELA 13

ECONOMIA APURADA
Bahia, 2007–2010

ÁREA DE ATUAÇÃO	2007- 2010		%	
	VALOR R\$1.000,00		REALIZADO META 2010	REALIZADO ÁREA DE ATUAÇÃO
	META	REALIZADO		
Gestão de Pessoas	122.461	142.836	117	23
Licitações	220.000	160.856	73	26
Custeio	150.000	306.733	204	50
TOTAL	492.461	610.425	124	100

Fonte: SAEB

TABELA 14

SÍNTESE DAS AÇÕES CORREICIONAIS
Bahia, 2008–2010

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	TOTAL
	QUANTITATIVO			
Servidores Públicos Ativos Inspeccionados	31.375	27.312	24.762	83.449
Suspensão Preventiva de Pagamento	178	848	785	1.811
Exonerações, Demissões e Distratos	48	738	677	1.463
Órgãos e Entidades Inspeccionados	349	477	333	1.159
Processos Administrativos Disciplinares Instaurados	22	347	83	452

Continua

Continuação

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	2010	TOTAL
	QUANTITATIVO			
Cruzamento de dados entre o Estado da Bahia e a União, Estados e Municípios e demais entes federativos	9	3	6	18
Consultas submetidas à orientação técnico-jurídica da Procuradoria Geral do Estado – PGE	–	14	4	18
Análise técnica de Processos Administrativos Disciplinares instaurados por outras Secretarias de Estado	–	78	112	190
Denúncias Recebidas	–	65	84	149

Fonte: SAEB

TABELA 15

ECONOMIA NAS DESPESAS COM PESSOAL ATIVO
 Bahia, 2007–2010

EVENTO		2007	2008	2009	2010
CONTROLE SISTEMÁTICO DA FOLHA DE PAGAMENTO					
Servidores	Já falecidos, que por motivos diversos não foram retirados de folha anteriormente	31.375	27.312	24.762	83.449
	Recebendo créditos inconsistentes ou sem embasamento legal	178	848	785	1.811
	Percebendo, cumulativamente, adicionais de insalubridade e periculosidade	48	738	677	1.463
	Com crédito do abono de permanência sem previsão legal	349	477	333	1.159
Acumulação	Illegal de cargo	22	347	83	452
	Com excesso de carga horária				
TOTAL (A)		8.289.244	15.570.441	16.311.267	17.263.438
VALIDAÇÃO DO QUADRO					
Suspensão de pagamento a servidores ativos que não fizeram a validação de quadro		267.062	159.847	539.118	329.386
TOTAL (B)		267.062	159.847	539.118	329.386
CONCESSÃO DE BENEFÍCIO					
Aplicação rigorosa dos critérios médicos e legais, concernentes à avaliação e concessão dos benefícios previstos no Estatuto do Servidor		5.705.668	1.561.330	625.931	–
Readaptação funcional de servidores ativos		1.114.161	1.056.529	128.112	–
TOTAL (C)		6.819.829	2.617.859	754.043	-
RECADASTRAMENTO					
Suspensão de pagamento a servidores	Ativos que não realizaram o cadastramento	–	81.817	66.720	36.655
	Inativos que não realizaram o cadastramento	–	2.969.569	3.492.798	121.124
TOTAL (D)		–	3.051.386	3.559.518	157.779
AÇÕES CORREICIONAIS					
Servidores Exonerados, Demitidos e Distratados		–	–	2.934.725	10.441.784
TOTAL (E)		–	–	2.934.725	10.441.784
TOTAL GERAL (A + B + C + D + E)		15.376.135	21.399.533	24.098.671	28.192.387

Fonte: SAEB

VALIDAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Em continuidade ao Programa de Validação do Quadro de Pessoal, iniciado em 2008, foi instituído, em 2010, o “Programa Permanente de Validação do Quadro de Pessoal e dos Dados Funcionais”, voltado para servidores e empregados públicos ativos da Administração Direta e Indireta do Estado. O objetivo é comprovar o efetivo exercício do cargo, bem como prestar declarações e informações acerca da lotação e exercício funcional.

Em julho de 2010, foi executada a primeira fase do Programa, na qual foram incluídos os locais de trabalho e os órgãos e entidades que não concluíram ou apresentaram dificuldades no primeiro Programa desenvolvido entre 2008–2009, bem como os servidores que não tiveram o seu exercício funcional atestado nesse período. A Tabela 16 apresenta os resultados desta fase do Programa.

COMPRAS PÚBLICAS

A modalidade licitatória pregão, tanto eletrônico como presencial, foi criada pela Lei Federal nº 10.520/2002, com o objetivo de ampliar a disputa licitatória, permitindo a participação de várias empresas de outros estados, na medida em que dispensa a presença de concorrentes. Essa modalidade é utilizada pela Administração Pública

para realizar contratos administrativos de bens e serviços comuns, independentemente do valor estimado, tornando mais eficiente e barato o processo licitatório, além de simplificar as etapas burocráticas que tornavam morosa a contratação com a Administração.

Desde 2007, o Governo do Estado vem adotando como modalidade preferencial na realização de licitações o pregão, especialmente o eletrônico. Uma evidência da vantagem que representa a utilização dessa modalidade nas compras públicas é o aumento expressivo do uso dos pregões eletrônicos na atual gestão. Em 2006, apenas 5% das compras públicas eram feitas através do pregão eletrônico, percentual que chegou a 83% no exercício de 2010, gerando uma economia da ordem de R\$ 47 milhões somente este ano.

O advento da Lei Estadual nº 11.619/2009, estabeleceu o tratamento diferenciado para Micro e Pequenas Empresas – MPE nas licitações realizadas pelo Governo do Estado, aumentando a participação dessas empresas nas compras públicas. Foram realizados *workshops* visando à capacitação de fornecedores para participarem de licitações – estratégia realizada em parceria com o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, através das Oficinas do Empreendedor, nos municípios de Juazeiro, Santo Antônio de Jesus, Itabuna, Brumado, Paulo

TABELA 16

PROGRAMA DE VALIDAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DO ESTADO
Bahia, 2010

UNIDADE	QUANTITATIVO	SERVIDORES VALIDADOS	% VALIDADOS	% NÃO VALIDADOS
SEC	1.394	614	44,0	56,0
SESAB	2.469	2.180	88,3	11,7
SSP	794	642	80,9	19,1
SEPLAN	318	318	100	–
SAEB	85	85	100	–
SEAGRI	11	–	–	–
DETRAN	4	4	100	–
TOTAL	5.075	3.843	75,7	24,3

Fonte: SAEB

Afonso, Teixeira de Freitas, Alagoinhas, Jequié, Vitória da Conquista e Camaçari.

A SAEB deu início a 48 processos de licitações, para os quais estão previstas as participações exclusivas de micro e pequenas empresas na capital e em nove regiões do interior do Estado. Em 2010, foram realizadas 46 licitações exclusivas, resultando no montante de R\$ 872,5 mil.

Em 2010, foi disponibilizado um curso na modalidade de Educação à distância, além da oferta de nove cursos presenciais, voltados para a reciclagem dos servidores já capacitados. Em 2010, 1.224 servidores participaram dos diversos cursos promovidos, conforme a Tabela 17.

GESTÃO DAS CONTAS DE CONSUMO

Implantado em 2007, a Gestão das Contas de Consumo tem como objetivo dotar a Administração Pública de uma sistemática de controle centralizado de gastos e economia para expurgar os desperdícios com energia elétrica, água e telefonia.

Na área de energia elétrica, cerca de R\$ 27 milhões foi a redução obtida no período de 2008 a 2010, sendo neste último ano economizado R\$ 9 milhões.

Em 2010, o Programa de Eficiência Energética atuou no Museu de Arte da Bahia, no Museu de Arte Moderna da Bahia e na Biblioteca Pública dos Barris, com a substituição de lâmpadas e aparelhos de ar-condicionado por outros de consumo mais eficiente.

Já no que se refere à telefonia fixa foram economizados, de abril de 2009, até dezembro de 2010, cerca de R\$ 2,8 milhões, resultantes do monitoramento das linhas localizadas no Centro Administrativo da Bahia – CAB.

O Programa de Racionalização dos Recursos Hídricos e Energéticos, iniciado em 2008, por meio de contrato com a Ufba, aumentou sua área de atuação para 28 prédios públicos instalados no CAB, além do Instituto de Radio-difusão Educativa da Bahia – Irdeb, Instituto do Meio Ambiente – IMA, Instituto de Gestão das Águas e Clima – Ingá e o Palácio de Ondina. As demais unidades utilizarão o sistema de monitoramento, que também permite um melhor controle de desperdícios e redução nos gastos.

GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS

Abastecimento

Para controlar e acompanhar os gastos com abastecimento da frota de veículos em uso no serviço público

TABELA 17 CURSOS SOBRE LICITAÇÕES Bahia, 2010	
CURSOS OFERTADOS	QUANTITATIVO
Preparatório para Pregoeiros	251
Funções Específicas de Equipe de Apoio	84
Noções Básicas de Licitação	144
Elaboração de Termo de Referência	315
Avançado para Pregoeiros	63
Avançado em Licitação	86
Lei 11.619/2009 – Tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas	225
Elaboração de Editais	56
TOTAL	1.224

Fonte: SAEB

estadual, na Região Metropolitana de Salvador, Alagoinhas, Feira de Santana e Santo Amaro, o Governo da Bahia dispõe do Sistema de Controle Total da Frota – CTF, uma ferramenta de controle de abastecimento automático e inteligente que registra, sem a interferência humana, a quilometragem do veículo e a quantidade e o valor do combustível abastecido. O Gráfico 17 demonstra que, apesar do aumento do quantitativo de veículos abastecidos, o consumo se manteve estável.

Manutenção

Diante da necessidade de ter um efetivo controle e acompanhamento da manutenção da frota estadual, foram implementadas iniciativas como o Sistema de Manutenção de Veículos – SMV, que permite o gerenciamento dos gastos com a manutenção e maior interatividade com as oficinas. Para utilização do sistema, implantado em todas as unidades da capital e Região Metropolitana de Salvador, foram capacitados 677 profissionais, entre 2009 e 2010, que atuam na área de transporte de 201 órgãos do Estado, 65 oficinas prestadoras de serviços, além de 54 servidores para atuarem como avaliadores de orçamentos e dos serviços mecânicos executados pelas oficinas contratadas.

PESQUISA DE PREÇOS

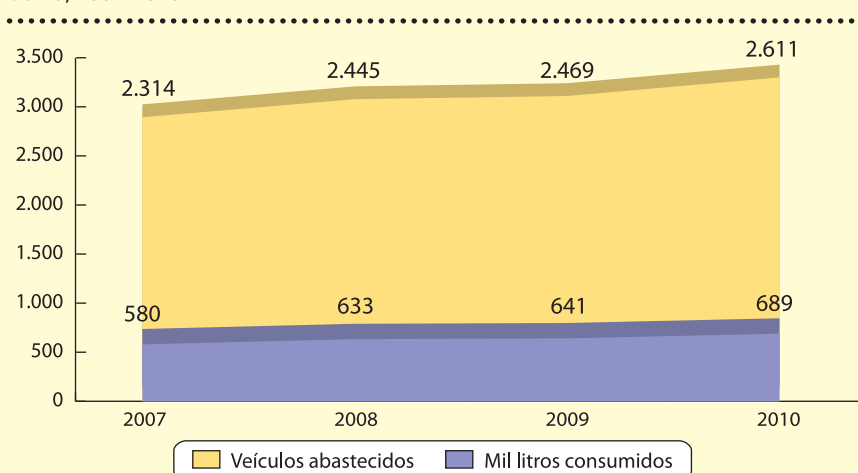
Objetivando garantir preços mais justos nas compras públicas através da sistemática de Registro de Preços, o Governo da Bahia firmou, em 2009, contrato com a Fundação Getúlio Vargas – FGV para a realização de estudos mercadológicos visando compor a tabela de preços de materiais e serviços do sistema de compras da Administração Estadual. Com os resultados dos primeiros estudos, foi procedida a negociação de alguns itens que se encontravam com valores superiores aos valores referenciais. Apenas com a negociação de preços de oito itens, o Estado obteve uma economia de R\$ 828,8 mil.

REGISTRO DE PREÇOS

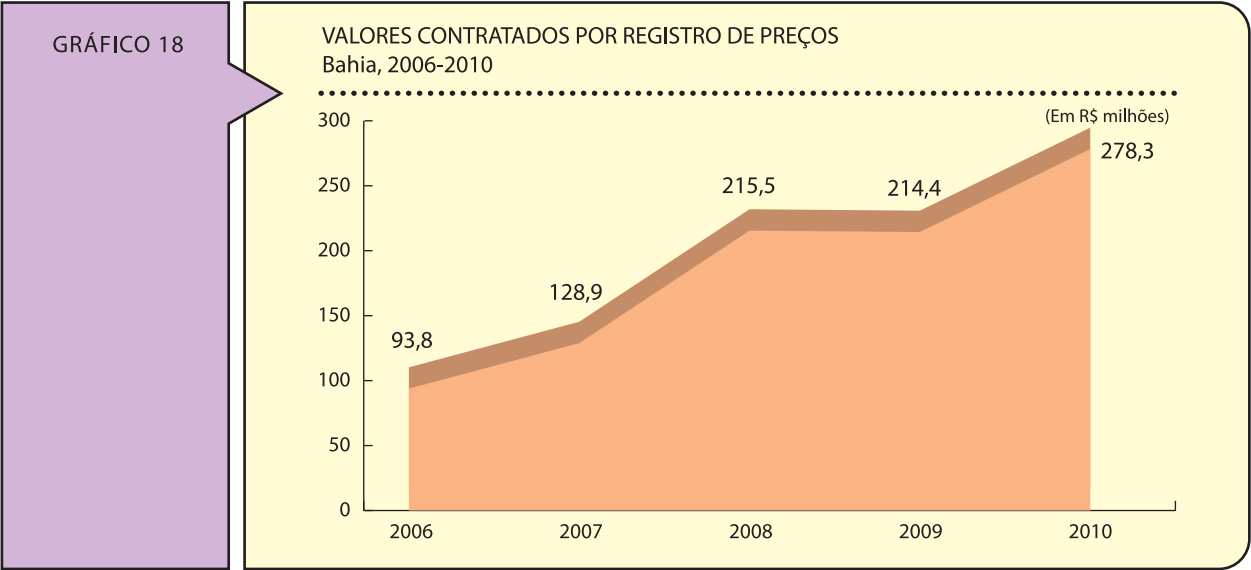
A compra através do Registro de Preços – RP foi introduzida na Administração como forma de racionalizar o processo de compra de materiais e serviços. O Gráfico 18 mostra como a sistemática vem se revelando uma importante ferramenta gerencial. As compras por meio do Registro de Preços revelaram uma expansão significativa na atual gestão. Em 2006, foram adquiridos por essa modalidade bens e serviços cerca de R\$ 94 milhões, enquanto que, em 2010, essa cifra alcançou mais de 278 milhões.

GRÁFICO 17

MÉDIA MENSAL DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
Bahia, 2007-2010



Fonte: SAEB



Fonte: SAEB

COMPRAS SUSTENTÁVEIS

Compras públicas sustentáveis buscam integrar critérios ambientais, sociais e econômicos a todos os estágios do processo de licitação.

O Governo do Estado introduziu as compras sustentáveis na área de eficiência energética e redução de consumo de água, no descarte de pneus inservíveis, na orientação para abastecimento da frota de veículos públicos com álcool e na realização de registro de preços para materiais reciclados.

Aliada a essas ações, a SAEB, contratou consultoria com a proposta de introduzir, paulatinamente, uma prática de aquisições que incluía preocupações socioambientais, permitindo que o Estado se valha do seu poder de compra para promover o desenvolvimento sustentável. No primeiro momento, foram identificados para implementação seis produtos relevantes: cadeiras universitárias de madeira, copos descartáveis, sacos de plásticos de lixo, canetas esferográficas, papel A4 e camisas.

RECOLHIMENTO E LEILÃO DE BENS MÓVEIS DESATIVADOS

Para atender à demanda das unidades administrativas do Estado em relação ao recolhimento de bens

não mais utilizados pela Administração, além de possibilitar a desocupação de imóveis que são utilizados como depósito de bens em desuso, merece destaque a realização de dois leilões no exercício de 2010, que resultaram em uma arrecadação de R\$ 4,7 milhões, dos quais R\$ 3,4 milhões foram destinados à renovação de frota, em cumprimento ao Decreto nº 11.335/08.

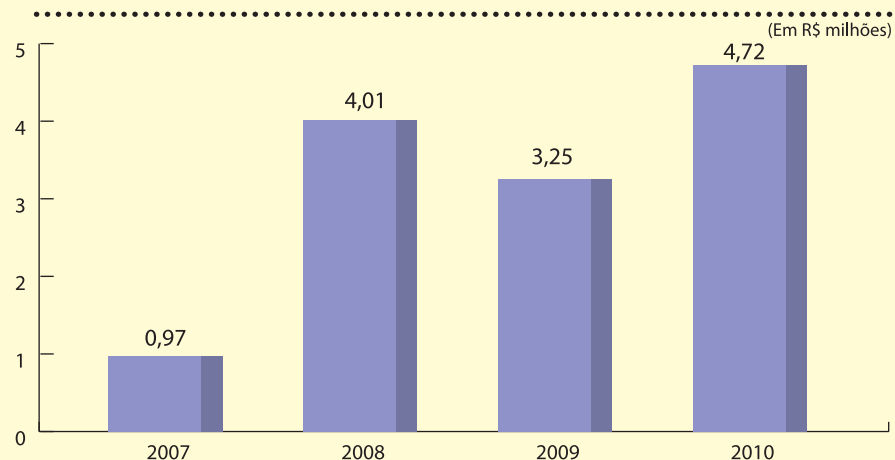
Em 2010, foram recolhidos e leiloados 25.559 bens desativados das unidades escolares, assim como 213 veículos com mais de dez anos de uso baixados da frota e diversas sucatas de veículos. O Gráfico 19 mostra os valores arrecadados com a realização de leilões no período de 2007 a 2010.



Leilão de bens e móveis desativados

Foto: Ascom/SAEB

GRÁFICO 19

ARRECADADAÇÃO DOS LEILÕES
Bahia, 2007-2010

Fonte: SAEB

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Com o objetivo de tornar mais eficiente a política de gestão do patrimônio público, corrigir falhas de procedimentos e deficiências no controle interno, o Governo do Estado intensificou, em 2010, as iniciativas de controle e acompanhamento.

DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

- Instrução de 599 processos administrativos que objetivam a detenção da propriedade de imóveis pendentes de legalização;
- 40 imóveis regularizados;
- 51 imóveis avaliados;
- 46 imóveis aptos para alienação em 2010;
- 3.006 vistorias realizadas, identificando a situação de ocupação e conservação de imóveis;
- Levantamento planimétrico de lotes em Jardim Armação e no Loteamento Miragem;
- Integrações em Andamento – Simov x Informs (Sistema de Informações Geográficas Urbanas - Conder), e Simov X SAI (Sistema Integrado de Acompanhamento – Sucab)

INFOVIA CAB

Com o intuito de atender à demanda por rede de banda larga com velocidade de até 1 *Gigabit* – Gb para uso exclusivo do Governo do Estado da Bahia (intranet governamental), foram realizadas duas ações de melhoria de cunho corporativo: a primeira consistiu na ampliação da garantia de acessibilidade da rede, que desenvolveu, contratou e implantou solução de contingência com a utilização de *links* de rádio e uma estação fixa na Prodeb, cobrindo a área do CAB e instalações de rádios móveis nas pontas remotas (órgãos instalados no CAB), garantindo a continuidade do serviço em caso de eventuais interrupções dos *links* ópticos que compõem a Infovia CAB. A segunda medida foi a expansão física da rede, que foi interligada à Infovia CAB utilizando a infraestrutura de 106 quilômetros do anel óptico da já instalada Rede Metropolitana de Alta Velocidade de Salvador – Remessa.

PARCERIA COM A SECOPA

A Prodeb assinou, em novembro de 2009, Protocolo de Intenções com a SECOPA com o objetivo de promover cooperação técnica, intercâmbio tecnológico e de recursos humanos visando à implementação de ações conjuntas para a Copa do Mundo de 2014, com o uso de soluções de Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.

O plano de tecnologia terá duas dimensões. A primeira é de gestão, que visa facilitar as ações de integração gerencial coordenadas pela SECOPA, e a outra é a dimensão operacional, que é o aporte de tecnologias nos serviços oferecidos durante o período do evento. Entre as ações, destaca-se a construção de um Portal na *Internet* com todas as informações sobre os investimentos e os projetos do Governo Estadual em função da Copa de 2014.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Estado desenvolveu em 2010, no campo da Tecnologia da Informação, ações estruturadas em grandes grupos: Normas e Padrões, Padronização de Compras e Serviços, Capacitação, Sistemas e Projetos.

Dentre as Normas e Padrões desenvolvidos, o Modelo de Segurança da Informação para o Estado e a Metodologia de Gerenciamento de Projetos do Estado foram as mais significativas. A Segurança da Informação proporcionará confidencialidade, integridade e disponibilidade das in-

formações no âmbito da Administração Pública Estadual. A Metodologia de Gerenciamento de Projetos permitirá a redução dos riscos de insucesso dos projetos, possibilitando maior controle do escopo, do custo, do prazo e da qualidade, disponibilizando documentação que facilitará as estimativas de futuros projetos.

A Padronização de Compras e Serviços viabiliza a aquisição de diversas soluções tecnológicas, através do Registro de Preços. O Banco de Ponto por Função – FPA tem como objetivo proporcionar maior segurança e qualidade dos produtos e sistemas adquiridos e possibilita a mensuração dos gastos destinados a esses serviços de forma fácil e confiável.

Foram promovidas, também, ações de capacitação específicas em Tecnologia de Informação, contemplando o Gerenciamento de Projetos, Gestão de TI e Segurança da Informação para 295 servidores. Visando aprimorar o suporte de algumas atividades do governo foram realizados projetos de desenvolvimento de vários sistemas.

ESTÁGIO DE IMPLANTAÇÃO DOS SISTEMAS			
RESPONSÁVEL	DISCRIMINAÇÃO DOS SISTEMAS		SITUAÇÃO
Coordenação de Tecnologia de Gestão – CTG	Gestão de Instrutoria Interna – Sigi	Implantado e disponível em ambiente de produção	
	Pesquisa Salarial		
	Integrado de Documentos – Sidoc.BA	Implantado e utilizado por vários órgãos	
	Controle de Bens Imóveis – Simov.web	Disponibilizadas novas funcionalidades	
	Banco de Práticas	Em andamento	42%
	Gestão da Despesa de Pessoal – SGDP		62%
	Informações Organizacionais do Poder Executivo Estadual – Siorpe		Em implantação
	Banco de Talentos	Em fase de	Implantação
	Controle de Frequência com Banco de Horas		Levantamento de funcionalidades
	Monitoramento e Avaliação de Organizações Sociais – Sisma		Levantamento de processos e requisitos
	Integrado de Material Patrimônio e Serviços – Simpas	Em andamento 24%, em fase de migração para a linguagem web	
	Indicadores do Compromisso Bahia	Homologado e em implantação	
	Contas de Consumo – GCC	Implementada integração com Sicof	
Prodeb	Sustentabilidade ao Programa Estadual de Inserção de Jovens no Mundo do Trabalho – Trilha	Implantado	
	Informação da Fundação Pedro Calmon	Em andamento	80%
	Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças – Fiplan		18%
	Estadual de Informações Ambientais – Seia		15%
	Único de Agenda do Governador – Siag	Concluído o desenvolvimento, em fase de homologação e implantação	

Em 2010 foi disponibilizada a versão 2.0 do Expresso.BA, agregando novas funcionalidades à ferramenta, com a implementação de 4.131 novas contas em dez novos clientes, atingindo 23.713 contas em 61 órgãos e instituições do Estado. Foram realizados também diversos projetos para atender às demandas de Tecnologia de Informação do Governo do Estado da Bahia.

INTERCÂMBIO DE INOVAÇÕES

O intercâmbio de inovações tem contribuído de modo significativo para uma melhor gestão nos diversos setores da Administração Pública. Na Bahia, o Centro Internacional de Inovação e Intercâmbio em Administração Pública – CIIAP, fruto de uma parceria entre o Governo do Estado e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais – Undesa, organismo que faz parte das Nações Unidas, tem exercido papel preponderante no intercâmbio de inovações relacionadas aos modelos de gestão.

O Governo da Bahia participou do XV Congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento – Clad, realizado na República Dominicana em 2010, onde foram apresentadas as experiências exitosas do SAC e do Sistema Estadual de Correição.

Os representantes baianos participaram com a Palestra: Simplificação do Atendimento ao Cidadão, correspondente à área: *La gestión de la calidad en la Administración Pública Ibero-Americana para un desarrollo al servicio de los ciudadanos*, e com três palestras completas sobre o tema: Modernização, Inovação e Impactos na Melhoria da Gestão no Estado da Bahia.

OUVIDORIA GERAL DO ESTADO DA BAHIA – OGE

PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADANIA

Na Ouvidoria Geral do Estado da Bahia – OGE, os cidadãos podem registrar denúncias, reclamações, elogios e sugestões e solicitar informações sobre o serviço público estadual, o que torna a OGE um canal importante para promover a participação do cidadão na administração pública, fortalecendo o diálogo entre os gestores e a sociedade.

As manifestações recebidas pela Ouvidoria fornecem indicadores analíticos do prognóstico e diagnóstico da gestão pública. A Ouvidoria Geral do Estado da Bahia re-

CIIAP	
INICIATIVAS	DISCRIMINAÇÃO
Formalização de Protocolo de Intenções em Montevidéo	Interlocutor de boas práticas em Administração Pública entre a Organização Latino-Americana de Governos Intermédios – Olagi e os demais estados brasileiros, visando o compartilhamento de troca de experiências.
Parceria com a Fundação Odebrecht	Articulação a fim de promover o intercâmbio de práticas bem-sucedidas, com foco na Governança Participativa e em mecanismos para financiar o desenvolvimento de atividades econômicas e sustentáveis em comunidades situadas em ambientes frágeis.
Tradução dos cursos online da United Nations Public Administration Network – Unpan	Disponibilizar para toda a comunidade de língua portuguesa os cursos na área de Governo Eletrônico, Gestão para Resultados, Qualidade Aplicada à Gestão Pública, Gestão do Conhecimento, Monitoramento e Avaliação na Implementação das Metas do Milênio
Parceria com a República Dominicana	Cooperação técnica que visa à implantação e extensão da rede SAC no âmbito internacional

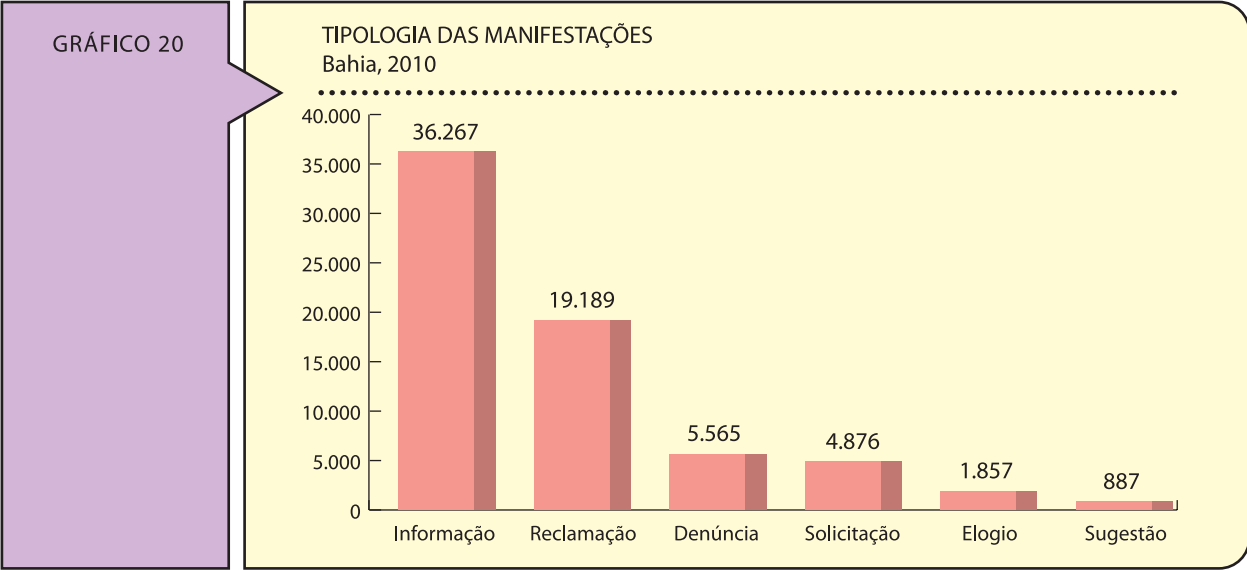
cebeu 73.774 manifestações, no exercício de 2010, referentes aos serviços públicos estaduais. Desse total, 67.707 foram encerradas, o que representa 91,8% do total.

No que tange ao tempo em que o registro levou para ser respondido, nota-se que 63% das manifestações foram respondidas em até sete dias, portanto, dentro do prazo estabelecido pela Ouvidoria Geral como um dos avaliadores de eficácia de funcionamento do serviço. As perguntas que ultrapassaram 15 dias para serem respondidas são manifestações classificadas como reclamações e/ou denúncias, que demandam maior período de investigação e/ou apuração. Em relação à tipologia

das manifestações os dados encontram-se detalhados no Gráfico 20.

A tipologia informação lidera o *ranking* das manifestações registradas em 2010 pela Ouvidoria Geral, com 52,8%, o que indica que a OGE não é apenas um “canal de recebimento de problemas”, mas sim, uma ferramenta fundamental para a interlocução com os cidadãos baianos.

Em 2010, a *Internet* foi o principal meio de comunicação utilizado pelos cidadãos para entrar em contato com a Ouvidoria Geral do Estado. O Quadro 4 sintetiza as principais ações da OGE no ano.



Fonte: Ouvidoria Geral do Estado da Bahia

QUADRO 4

PRINCIPAIS AÇÕES DA OUVIDORIA GERAL

Bahia, 2010

AÇÃO	DESCRIÇÃO
SAC Móvel	Visita a 196 municípios do Estado da Bahia em 2010. A visita interiorizou o serviço de Ouvidoria do Governo do Estado, aproximando o cidadão da administração pública e promovendo a cidadania
Visitas técnicas a Ouvidorias Especializadas	Visita a 52 Ouvidorias Especializadas com o objetivo de debater estratégias de atuação e alternativas para melhorar o atendimento ao cidadão
Ouvidoria da Polícia Militar do Estado da Bahia – PM	Descentralização do serviço de Ouvidoria para 20 Comandos e/ou Batalhões. Nas unidades da PM o cidadão pode registrar sua reclamação, denúncia, elogio ou sugestões referentes aos serviços públicos estaduais
Nova versão do Sistema de Ouvidoria do Estado da Bahia – TAG	A Ouvidoria Geral do Estado lançou a versão 2.0 do Sistema de Ouvidoria e Gestão Pública – TAG, <i>software</i> responsável pela integração da Rede de Ouvidorias do Estado da Bahia, atendimento, acompanhamento e resposta às manifestações, bem como a elaboração de relatórios gerenciais

Fonte: Ouvidoria Geral do Estado da Bahia

GESTÃO DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DO GOVERNO

A Agecom divulga notícias de todos os setores do Poder Executivo. Boletins diários e permanentes com matérias jornalísticas e fotografias são enviados sistematicamente para veículos de comunicação e sucursais. Produz, ainda, matérias de televisão e rádio e mantém um programa radiofônico diário com as principais notícias da Administração.

PUBLICAÇÕES IMPRESSAS

Revista Bahia Terra de Todos Nós

A revista “Bahia Terra de Todos Nós” surgiu da necessidade do Governo do Estado em prestar contas à sociedade, não da forma tradicional, através de relatórios exclusivamente técnicos, mas de uma maneira agradável e capaz de proporcionar o prazer da leitura. Dessa forma, a “Bahia Terra de Todos Nós” cumpriu o dever mais importante da Comunicação do Estado: informar a população baiana sobre o que o Governo fez e está fazendo, desde janeiro de 2007. A publicação, de periodicidade anual, tem como base o relatório da Casa Civil e reúne matérias das diversas áreas de atuação do Governo do Estado. Em 2010, a publicação teve uma tiragem de 100 mil exemplares, que foram distribuídos a partir do mês de março, gratuitamente, para todo o Estado, pelos órgãos governamentais.

Jornal de Todos Nós

O “Jornal de Todos Nós” procura retratar, de maneira jornalística, as principais ações do Governo da Bahia. O jornal é trabalhado com uma linguagem acessível ao grande público, tem uma tiragem de 120 mil exemplares e é impresso em policromia. Em 2010, por conta das restrições da legislação eleitoral, o “Jornal de Todos Nós” teve somente uma edição publicada e distribuída gratuitamente, 150 mil exemplares em todos os Territórios de Identidade da Bahia. A linha editorial enfatizou os principais projetos e resultados das ações do Governo.

CADERNO NOTICIÁRIO DO DIÁRIO OFICIAL

A Agecom é responsável pela cobertura, apuração, produção, diagramação e editoração de matérias sobre as ações, programas e projetos realizados pelo Governo do Estado, por intermédio de suas secretarias e outros órgãos governamentais, sendo todo esse material publicado no caderno “Noticiário” do Diário Oficial do Estado. O conteúdo também é acessado gratuitamente pela Internet, no endereço eletrônico <http://flip.egba.ba.gov.br/> reader, onde podem ser encontradas, de forma digitalizada, as edições desde março de 2007.

INTERNET

Em 2010, a Agecom ampliou sua presença na Internet. No mês de março, foi lançado o novo portal de notícias, que, além de apresentar melhorias técnicas, como o aproveitamento de *layout* e visualização do conteúdo multimídia, trouxe também novidades que ajudam a imprensa e o público em geral a acompanhar todas as atividades governamentais. Uma delas foi a criação do espaço “Agenda do Governador”, onde são postados, diariamente, os compromissos oficiais do governador.

Em relação às redes sociais, a Agecom participa, hoje, com perfis oficiais no Twitter, Orkut, SlideShare, Flickr e Youtube, com o objetivo de manter o diálogo com a população de forma mais ágil, proporcionando também o fortalecimento da relação com a imprensa. Pensando ainda numa divulgação mais ampla das notícias, o portal disponibiliza um mecanismo que permite aos usuários enviar notícias, fotos ou vídeos para amigos, compartilhando todo o conteúdo produzido.

POLÍTICAS PÚBLICAS

A Agecom mantém diálogo permanente com a sociedade civil organizada e os movimentos sociais, na discussão do encaminhamento de políticas públicas e da democratização da comunicação. Em 2010, coordenou o Grupo de Trabalho para elaboração do anteprojeto de lei para

regulamentação do Conselho Estadual de Comunicação Social. O Grupo foi instituído no âmbito da etapa estadual da Conferência Nacional de Comunicação, realizada nos dias 14 e 15 de novembro de 2009.

Fórum Social Mundial Temático da Bahia

A Agecom apoiou a realização do Fórum Social Mundial Temático da Bahia, através da criação do plano de mídia, suporte e divulgação do evento, que reuniu cerca de 10 mil pessoas, em Salvador, entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2010.

Formação de Radiocomunicadores

Através de uma parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco e com uma ONG, a Agecom realizou uma oficina de formação de comunicadores de rádios comunitárias em 12 Territórios de Identidade do Estado. A primeira etapa havia sido realizada em 2009 e a segunda etapa ocorreu em abril de 2010, com a participação de 25 radiocomunicadores.

Treinamento de Mídia

A Assessoria Geral de Comunicação do Estado – Agecom realizou, em 2010, em parceria com a Embasa, a segunda etapa do *media training*. O treinamento de mídia é uma das ferramentas de comunicação mais importantes da atualidade, porque oferece maior conhecimento das regras do jogo nos bastidores do jornalismo, a fim de deixar aqueles que se expõem nos veículos de comunicação aptos a lidar com as diversas situações. Em turmas divididas por grupos setoriais do governo, foram capacitados gestores e assessores de comunicação das áreas de Cultura, Segurança Pública, Educação, Saúde e da própria Embasa. No total, cerca de 200 pessoas participaram do treinamento, que teve carga horária de 20 horas semanais.

CAMPANHAS PUBLICITÁRIAS

A Agecom coordena e assessora todas as secretarias e órgãos da Administração Estadual na concepção e planejamento das campanhas de publicidade. Em 2010, ocor-

reram campanhas importantes que marcaram a atuação da Agecom, com destaque para a série “Depoimentos”, vencedora dos prêmios Profissionais do Ano da Região Nordeste e Bahia Recall 2010, marcando a comunicação do Governo da Bahia no período de novembro de 2009 a junho deste ano. Destaque também para a campanha “Agora Tem”, que prestou contas à sociedade das principais ações do governo em todo o Estado.

EXPANSÃO DA TELECOMUNICAÇÃO NO ESTADO

Operação do Sistema de Telefonia do Centro

Administrativo da Bahia – CAB

A Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA tem a atribuição de prover a operação e a manutenção do sistema de comunicações do Centro Administrativo da Bahia – CAB. Para avaliar o desempenho do sistema, são adotados quatro Indicadores de Qualidade e Desempenho Operacional similares aos utilizados por grandes empresas do setor e sugeridos pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel. Com esse monitoramento, é possível programar as intervenções preventivas e manter a qualidade no serviço.

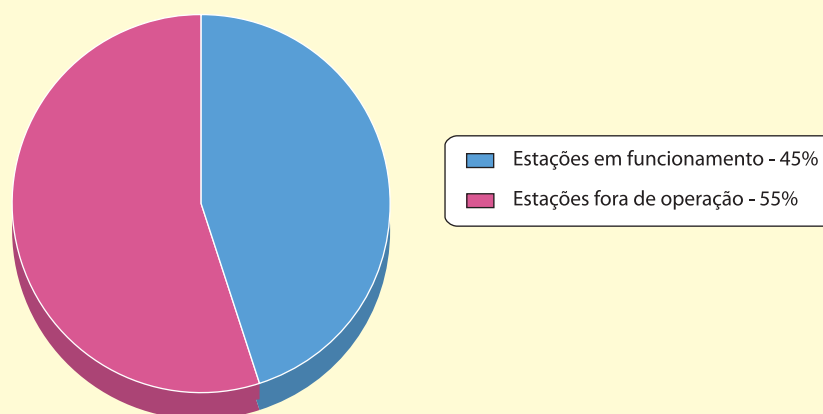
O Sistema de Comunicações do CAB possui 8.940 acessos ativados, estando com a capacidade de ramais no limite e apresentando congestionamento por falta de rotas de saída. Para solucionar esses problemas, a SEINFRA deu início a dois processos: um para contratar a ampliação e atualização tecnológica do sistema e outra para contratar a operação e manutenção das redes associadas.

Ampliação, Operação, Recuperação e Manutenção das Estações de Retransmissão do Sinal da TV Educativa

Com o propósito de manter a continuidade da distribuição do sinal da TVE, foram adquiridos novos equipamentos, destinados à recuperação de 55 estações que se encontravam fora de operação há mais de dois anos, e de mais 80 estações, após a recuperação física das instalações, prevista para 2011, conforme demonstram os gráficos 21 e 22

GRÁFICO 21

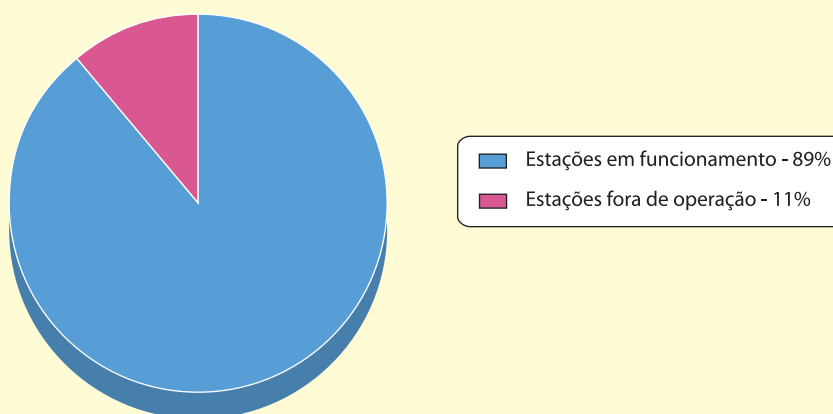
ESTAÇÕES DE RETRANSMISSÃO DO SINAL DA TV EDUCATIVA
SITUAÇÃO ENCONTRADA EM 2007
Bahia, 2010



Fonte: SEINFRA/Supec/Dicom

GRÁFICO 22

ESTAÇÕES DE RETRANSMISSÃO DO SINAL DA TV EDUCATIVA
SITUAÇÃO ATUAL
Bahia, 2010



Fonte: SEINFRA/Supec/Dicom

ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS, DECRETOS, PROJETOS DE LEI E OUTROS

No exercício de 2010, a Coordenação de Assuntos Administrativos – Coasa, da Casa Civil, desenvolveu, em articulação com a Procuradoria Geral do Estado, medidas para a preparação da Administração Pública, em face das vedações legais incidentes no ano eleitoral. Na execução das atividades, conforme detalhamento apresentado na Tabela 18, foram analisados 2.338 processos, classificados em seis tipos.

Ainda em termos quantitativos, em 2010, foram conferidos 9.674 Atos do Poder Executivo.

Marcos Institucionais e Regulatórios mais Relevantes em 2010

Em 2010, a Coasa contribuiu na edição das leis e decretos, conforme detalhado no Quadro 5.

É importante destacar a redução do índice de retificações no Diário Oficial, o que atesta o correto e eficiente tratamento das publicações do Governo do Estado.

TABELA 18

PROCESSOS ANALISADOS POR TIPO DE DOCUMENTO
Bahia, 2009-2010

PROCESSOS ANALISADOS	2009	2010	VARIAÇÃO (%)
Anteprojeto de Lei	72	56	-22,2
Atos Administrativos	1.934	1.934	0,0
Autógrafos	76	57	-25,0
Convênios	125	65	-48,0
Emendas	147	199	35,4
Projetos de Lei	24	27	12,5
TOTAL	2.378	2.338	-1,7

Fonte: SAEB

QUADRO 5

LEIS E DECRETOS
Bahia, 2010

DIREITOS HUMANOS
DECRETO Nº 12.018, DE 22 DE MARÇO DE 2010 – Aprova o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos da Bahia – PEEDHU
DECRETO Nº 12.019, DE 22 DE MARÇO DE 2010 – Aprova o Plano Estadual de Direitos Humanos da Bahia – PEDH
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CONTENÇÃO DE GASTOS
LEI Nº 11.903, DE 23 DE ABRIL DE 2010 – Cria a Cadeia Pública e seu Anexo, o Conjunto Penal Feminino, o Presídio de Jovens e Adultos e os Presídios de Eunápolis, Vitória da Conquista e Barreiras; altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, da Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza e da Secretaria de Promoção da Igualdade
PROMOÇÃO DA IGUALDADE
LEI Nº 11.897, DE 16 DE MARÇO DE 2010 – Cria o Conselho Estadual dos Direitos dos Povos Indígenas do Estado da Bahia – Copiba
SAÚDE
DECRETO Nº 11.935, DE 19 DE JANEIRO DE 2010 – Dispõe sobre a Política Estadual de Assistência Farmacêutica
SEGURANÇA, SISTEMA PENITENCIÁRIO E PREVENÇÃO AO CRIME, AO USO DE DROGAS E À VIOLÊNCIA
DECRETO Nº 12.247, DE 08 DE JULHO DE 2010 – Aprova o Estatuto Penitenciário do Estado da Bahia
TRANSPORTE, INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL
DECRETO Nº 12.354, DE 25 DE AGOSTO DE 2010 – Institui o Programa Territórios de Identidade
OUTROS ATOS NORMATIVOS
LEI Nº 11.901, DE 20 DE ABRIL DE 2010 – Institui o Hino ao Dois de Julho como Hino Oficial do Estado da Bahia
LEI Nº 11.902, DE 20 DE ABRIL DE 2010 – Institui a Ordem 02 de Julho – Libertadores da Bahia

Fonte: Casa Civil/Coasa

GESTÃO PÚBLICA MODERNA E TRANSPARENTE

A Empresa Gráfica da Bahia – Egba, vinculada à Casa Civil, procurou colocar em prática, em 2010, programas empresariais de responsabilidade social. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se:

SISTEMA DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A Egba concluiu, em 2010, o processo de implantação do serviço de emissão de Certificados Digitais, obtendo as condições e autorização de operação no padrão da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP Brasil. Dessa forma, foi atendido o Decreto nº 10.473, de 27/09/2007, que determinou a instituição e operacionalização do Certificado Digital, que será coordenado pela Egba, com o acompanhamento da Casa Civil.

Para operacionalizar o serviço de Certificação Digital da Egba, a Empresa celebrou contrato de prestação de serviços técnicos especializados com o Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro, entidade certificadora de primeiro nível, que atua dentro das especificações e normas do ICP Brasil / Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. A Autoridade de Registro Egba – AR Egba atualmente conta com quatro Agentes de Registro – AGR, para atender às demandas do Governo do Estado, fornecendo certificados digitais para pessoas física, jurídica e servidor *web*.

INVESTIMENTO NO PARQUE GRÁFICO

No último trimestre de 2010 foi finalizada a instalação dos equipamentos denominados “Computer to Plate – CTP” e treinados os operadores na nova tecnologia, que é compatível com todas as impressoras *off-set* do parque gráfico da empresa. Em três meses serão eliminadas a geração de fotolitos, a montagem e a gravação manual de chapas, racionalizando e tornando totalmente digital o processo de pré-impressão. Representa um investimento de R\$ 2,3 milhões.

NÚCLEO DE GESTÃO DOCUMENTAL/OBRAS E REFORMAS

Estão em fase final as obras de construção de dois galpões de aproximadamente três mil metros quadrados, destinados à guarda de documentos de terceiros na sede da Egba. Essa obra vai possibilitar um incremento do Núcleo de Guarda de Documentos – NGD, ao obter uma capacidade de armazenamento de 1 milhão de caixas-box, reduzindo custos com a manutenção de aluguel, além de contribuir para agregar toda a equipe de trabalho da área de Gestão de Documentos. Atualmente, encontram-se armazenadas no NGD-Egba, cerca de 228 mil caixas-box, o que equivale a 4,5 milhões de documentos.

ÁREA DE ARTES GRÁFICAS

A Egba atendeu às solicitações de serviços gráficos do Governo, sobretudo às demandas mais urgentes, com destaque para as seguintes encomendas gráficas produzidas: Balanço Eleitoral e Balancinho (Casa Civil); recibos da Embasa, que são distribuídos para todo o Estado (Prodeb); Revista Bahia de Todos os Cantos, Balanço do Governo, Lei Orçamentária (SEPLAN); Cartilha Campanha Educação para o Trânsito (Detran); Agenda Cultural do Estado (Fundação Cultural do Estado – Funceb), entre outras.

CONSTRUÇÃO DE IMAGEM INSTITUCIONAL POSITIVA COM A COMUNIDADE DO ENTORNO

A Egba implementou ações de responsabilidade social e de apoio na busca de soluções conjuntas para as questões sociais da Fazenda Grande do Retiro, bairro onde se situa a Empresa. Sensível às solicitações da população do bairro, a Egba, em parceria com a Casa Civil, identificou, juntamente com representantes e lideranças da comunidade local, uma área examinada por técnicos da Conder, propícia a receber investimentos em equipamentos públicos de cultura, esporte e lazer, através do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 2, cujo processo de desapropriação por interesse público já foi concluído.

A Egba tornou-se responsável pela realização de um curso de Inclusão Digital, segundo as diretrizes da Gerência de Educação Ambiental e Formação da Consciência Ecológica, que envolverá 50 pessoas por ano, durante dois anos, para famílias moradoras da Fazenda Grande do Retiro. A Empresa manteve o projeto social Programa Círculo da Leitura Infantil e apoiou o Projeto Lanterninha, voltado para o incentivo à cultura e o debate de temas relevantes como cidadania, direitos humanos e ecologia, entre outros.

GESTÃO DE PESSOAS

Garantir aos servidores públicos as condições necessárias para que apoiem efetivamente o Estado no atendimento às demandas da sociedade tem sido o eixo central da política de pessoal do Governo, conduzido pela SAEB. Foi implantado um novo modelo participativo de gestão de pessoas participativo, com foco no mérito e na reestruturação das carreiras, assegurando ao servidor espaço para crescer e noção clara das suas perspectivas profissionais.

Nessa direção, o Governo da Bahia consolidou, em 2009, o Programa Você Servidor, reunindo um conjunto de iniciativas voltadas para promover a valorização do funcionalismo por meio de ações direcionadas para qualidade de vida, saúde, aposentadoria, melhores práticas e capacitação profissional. O Você Servidor implementou uma série de inovações. Na área de saúde, destaque para o resgate da credibilidade do Planserv e a ampliação da sua rede. Em capacitação, os cursos da Universidade Corporativa do Servidor. No quesito qualidade de vida, atividades ligadas à promoção da saúde e do bem-estar reunidas no Programa Bem Viver.

O Estado da Bahia reúne 174.179 servidores ativos, 76.028 inativos e 18.600 pensionistas, gerindo, no total, 268.807 pessoas. Em termos setoriais, o maior grupo é o de profissionais da Educação, que totalizam 61.306, seguida pela Segurança Pública 41.605 e pela Saúde com 29.398 profissionais.

MESA DE NEGOCIAÇÃO

A criação da Mesa de Negociação, instância que reúne gestores e trabalhadores a fim de tratar dos conflitos inerentes às relações de trabalho insere-se em um contexto de democratização das relações trabalhistas no Estado, nas quais a participação do servidor é entendida como fundamental para o exercício dos direitos de cidadania, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão.

As mudanças introduzidas em 2009 pelo Governo do Estado, pelo processo de reestruturação de carreiras, principalmente no que tange à implantação de uma política salarial com reajustes específicos para cada categoria, foi continuada em 2010 com a abertura da Mesa Setorial, com as representações dos professores das universidades estaduais.

Os professores universitários tiveram incorporados aos seus salários a última parcela da gratificação específica e o reajuste linear concedido aos demais servidores. O acordo firmado com essa categoria prevê efeitos econômicos a partir de 2011. Aliado a isso, foi aprovada a ampliação do quadro de professores efetivos, criando condições para aumentar a produção científica e a consequente aplicação do conhecimento ao desenvolvimento social do Estado. Além dos ganhos reais decorrentes da reestruturação das diversas carreiras, foi concedido a todos os servidores, em 2010, um reajuste linear de 4%.

CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO

Para adequar a gestão das consignações em folha de pagamento às demandas atuais, o Governo do Estado instituiu o Decreto nº 12.225/10, estabelecendo novo regulamento para normatizar as consignações, de modo a proteger a remuneração dos servidores.

Dentre as alterações, cabe destacar a definição do índice de 30% como limite de comprometimento mensal

do salário para pagamento de prestação de empréstimo e a determinação de que o empréstimo só poderá ser depositado na conta salário do servidor. O novo modelo garante o depósito do dinheiro apenas em contas utilizadas pelo servidor, o que, na prática, vai desestimular a ação de fraudes.

EDUCAÇÃO CORPORATIVA

Envolvendo as competências individuais e organizacionais, aliadas à gestão de pessoas e do conhecimento, a Educação Corporativa é bem mais do que qualificação profissional, trata-se de um processo de inovação nas entidades, traduzido em uma melhor prestação de serviços ao cidadão.

Na implementação do Programa de Educação Corporativa, o Governo do Estado adotou duas premissas básicas: a valorização dos talentos internos e a orientação especial para contratação de serviços de capacitação. Com isso, desde 2007, foi implantado o Programa de Formação de Instrutores Internos, iniciando o processo de formação do quadro de instrutores, com 684 servidores preparados para esta função até 2010. Foi celebrada, ainda, uma parceria com a Escola Nacional de Administração Pública – Enap, para difusão de conhecimento.

Em 2010, a Universidade Corporativa do Servidor – UCS promoveu 363 eventos, nas modalidades: presencial e a distância, nos quais foram capacitados 8.991 profissionais do serviço público estadual.

PROVIMENTO DE PESSOAL

A política de contratação de pessoal adotada pelo Governo da Bahia nos últimos quatro anos vem dedicando especial atenção para as áreas de Segurança Pública, Saúde e Educação, definidas como prioritárias para a oferta adequada de serviços públicos.

Como pode ser observado na Tabela 19, no período 2007 a 2010, a Administração Pública Estadual foi reforçada

com a admissão de 16.328 novos servidores efetivos. Para as áreas prioritárias foram 15.992 profissionais, dos quais 7.988 foram recompor o efetivo policial destinado às ações de Segurança Pública, sendo 6.848 policiais militares, 360 investigadores de polícia, 546 peritos, 164 escrivães e 70 delegados, além da convocação de 128 agentes penitenciários para a realização de exames pré-admissional. O quadro de servidores da Polícia Militar, que em 2007 era de 28.965 servidores, aumentou para 31.951 policiais, em 2010, representando um crescimento de 10,3%.

TABELA 19

PROVIMENTO DE PESSOAL
Bahia, 2007-2010

ÁREA	2010	2007-2010
Segurança Pública	1.131	7.988
Educação	939	4.442
Saúde	874	3.562
Outras	29	336
TOTAL	2.973	16.328

Fonte: SAEB

No mesmo período foram admitidos 4.442 novos servidores para a área de Educação. Em 2010 foi lançado o edital de concurso público para a seleção de mais 3.200 profissionais, o que totaliza 7.642 contratações no segmento. No campo da Saúde, em função da abertura de novas unidades hospitalares, ingressaram, em 2010, 420 profissionais de nível médio e 454 de nível superior.

PROGRAMA MAIS FUTURO

Com o propósito de oferecer a oportunidade do primeiro emprego para jovens de baixa renda, na faixa etária dos 14 aos 24 anos, foi lançado em 2008 o Programa Mais Futuro. Com o apoio das Voluntárias Sociais, os jovens são selecionados e participam de treinamento teórico, que inclui disciplinas como: qualidade no atendimento, administração pública, informática e noções de empreendedorismo.

Foto: Ascom/SAEB



Programa Mais Futuro



Dos 3.074 jovens selecionados pelo Programa, 651 já estão trabalhando em Postos SAC, no Instituto do Meio Ambiente – IMA, na Procuradoria Geral do Estado – PGE, no Instituto Baiano de Metrologia e Qualidade – Ibame-tro, e em diversas unidades médicas vinculadas à Secretaria de Saúde – SESAB.

SAÚDE OCUPACIONAL

Lançado em 2009, o Programa Bem Viver tem como objetivo a institucionalização de uma política pública de gestão de pessoas especificamente voltada para a preservação da saúde, integridade e valorização do servidor. Sua área de atuação está voltada para as seguintes correntes: Preservação e Promoção da Saúde, Promoção da Qualidade de Vida e Recuperação da Saúde.

Com a finalidade básica de desenvolver uma política de lazer e incentivo à prática de esporte no funcionalismo estadual, foi celebrada uma parceria com a SETRE e a

Sudesb, sendo oferecidas cerca de mil vagas para servidores ativos e inativos participarem de aulas de natação, hidroginástica, ginástica geral e dança de salão, além das modalidades judô, karatê, natação e futebol, para seus dependentes. Outra iniciativa foi a realização da Copa do Servidor, que contou com a participação de 53 times de futebol, distribuídos em três categorias, reunindo cerca de 1.300 servidores.

PRÊMIOS – SERVIDOR CIDADÃO E BOAS PRÁTICAS

Em sua oitava edição, o Prêmio Servidor Cidadão, que tem como objetivo estimular as ações de solidariedade entre os servidores dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado, além de valorizar e estimular a cultura do voluntariado nas organizações, distribui anualmente uma premiação de R\$ 42 mil entre os vencedores e a instituição assistida.

Já o Prêmio de Boas Práticas destaca as inovações promovidas por iniciativa dos servidores no ambiente de trabalho que tenham contribuído para o aperfeiçoamento da gestão de recursos e qualidade na prestação dos serviços à população. São premiados os dez melhores relatos com a participação em congressos, eventos, visitas técnicas, cursos ou outros eventos que caracterizem situação de aprendizagem. Os vencedores de 2009 foram premiados com a participação nos cursos Gestão de Pessoas, Fundamentos e Tendências e Gerenciamento de Projetos, em outubro de



2010, ministrados em Brasília, na Escola Nacional de Administração Pública – Enap.

A solenidade de premiação dos vencedores, que este ano contou com 179 trabalhos inscritos, sendo 110 no Boas Práticas e 69 no Servidor Cidadão, aconteceu no “Dia Você Servidor”, idealizado para reconhecer o trabalho dos servidores que contribuíram com ações no seu ambiente de trabalho e na sua comunidade.

O evento reuniu, na sede da Associação Atlética Banco do Brasil – AABB, cerca de duas mil pessoas, entre servidores, familiares e amigos, que tiveram acesso a diversas atividades.

REESTRUTURAÇÃO DA JUNTA MÉDICA

O Governo da Bahia vem promovendo, nos últimos quatro anos, diversas modificações estruturais na Junta Médica do Estado, a fim de melhorar o gerenciamento da concessão de licenças médicas e demais benefícios, como também para proporcionar mais conforto e agilidade no atendimento aos servidores.

Para alcançar o resultado desejado, além de reforçar o quadro de peritos médicos, redesenhar processos e adequar a estrutura à demanda, era necessário investir em

ATENDIMENTOS 2010

- 13.104 Licenças Médicas Concedidas
- 3.516 Laudos de Insalubridade
- 811 Readaptações Funcionais
- 306 Aposentadorias
- 199 Processos de Reversão e Revisão de Aposentadoria
- 2.564 Exames Pré-Admissionais

tecnologia da informação. Para tanto, foi desenvolvido, em 2009, o Sistema de Perícias Médicas – SPM, ferramenta de automação que possibilita o cruzamento de informações com SIRH, o Planserv, o INSS e a Corregedorias. O Sistema foi implantado em fase experimental em 2009,

na versão cliente-servidor, e atualmente permite o levantamento de dados epidemiológicos das diversas patologias que acometem os servidores, principalmente as relacionadas ao trabalho.

Após a revisão e padronização de rotinas e fluxos de atendimento e funcionamento, foi elaborado, em 2010, o escopo do projeto de descentralização da Junta Médica, com a criação de oito unidades regionais: em Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Ilhéus, Jequié, Barreiras, Juazeiro e Teixeira de Freitas. Para viabilização operacional do projeto, está em curso a implantação da versão *web* do SPM.

ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR

O sistema de assistência à saúde, gerido pelo Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos Estaduais – Planserv, encerra 2010 com 464 mil beneficiários, com expansão em relação a 2009, quando o número de usuários do Plano era de 437 mil. O aumento de beneficiários reflete uma avaliação positiva quanto à qualidade dos serviços, pois ninguém é obrigado a se associar ou a se manter vinculado ao Planserv.

Assim, só se inscrevem e permanecem nos quadros do Planserv os servidores, dependentes e agregados que enxergam no Sistema a melhor opção no campo da saúde suplementar, considerados seus custos e benefícios.



Foto: Ascom/SAEB

Atendimento Médico Pelo Planserv

Outra confirmação da evolução do Planserv está na diminuição radical do número de reclamações que, antes frequentes nos meios de comunicação, praticamente desapareceram.

Na origem da melhoria do Planserv estão as mudanças iniciadas em 2007, como o aperfeiçoamento da gestão, que resultou em uma economia significativa de recursos, permitindo, assim, que fossem reinvestidos em melhoria no atendimento aos servidores públicos e seus dependentes.

GESTÃO DO PLANSERV

O Planserv encerra mais um ano com todas as contas pagas rigorosamente em dia e com manutenção dos prazos de pagamento de faturas abaixo de 30 dias, resultado de todo o esforço feito no sentido de equilibrar receitas e despesas e recuperar a imagem do Plano, que até 2006 era visto como financeiramente instável. O Planserv conta, hoje, com uma reserva técnica financeira capaz de absorver integralmente dois meses de despesas médicas, independentemente de repasses de contribuições patronais e dos servidores. Isso faz dele uma das mais respeitadas organizações que atuam no mercado de saúde suplementar da Bahia e dá aos usuários, médicos, clínicas e hospitais, a segurança de trabalhar com uma instituição sólida.

Rede de Prestadores de Serviços

Por meio do credenciamento, processo no qual todos os prestadores que atendem aos requisitos técnicos, fiscais e financeiros estabelecidos em edital são incorporados à rede Planserv, centenas de clínicas, laboratórios e hospitais foram incorporados ao sistema de atendimento do Plano, que atingiu 1.423 unidades, em 2010.

Esses números mostram um crescimento de mais de 55%, entre 2007 e 2010, lastreado em 11 editais de credenciamento que, se por um lado permitiram o ingresso de novos prestadores de serviços, por outro serviram também para excluir da rede aqueles que objetivamente e por meio de documentos não conseguiram

comprovar que possuíam condições técnicas adequadas ao atendimento dos beneficiários do Planserv.

Tabela Sintética para Hospitais

Para substituir o antigo e contraprodutivo modelo das chamadas “contas hospitalares abertas”, o Planserv elaborou uma Tabela Sintética, na qual as diárias englobam taxas de uso por equipamentos, materiais e medicamentos simples. Com a Tabela Sintética, ganha mais quem racionaliza suas despesas, ao contrário do sistema anterior, em que prestadores de serviços eram remunerados com percentuais sobre os gastos que promovessem.

A utilização da tabela melhorou a remuneração dos hospitais, sem aumentar as despesas do Planserv, contribuindo para reduzir o desperdício de material e, assim, remunerar melhor as diárias e os procedimentos efetivamente realizados.

Identificação Biométrica

No início de 2010 foi concluída a aquisição dos *softwares* do projeto de Biometria para identificação dos beneficiários, e ao longo do ano, após testes em cinco prestadores de serviços que funcionaram como pilotos, o sistema foi sendo estendido à rede de atendimento, gradativamente, de modo a cobrir todos os municípios do Estado até o mês de dezembro. Ao final de 2010, 1.016 prestadores de serviços já usavam o sistema. Os impactos financeiros desse projeto ocorrerão em 2011, quando serão eliminadas por completo as possibilidades de utilização indevida do Planserv por pessoas que não sejam os próprios beneficiários.



Identificação Biométrica

Foto: Ascom/SAEB

Recadastramento

Iniciado em outubro de 2009, o recadastramento geral de beneficiários do Planserv visou ao saneamento definitivo de sua base de dados, por meio da identificação e correção de situações de duplo vínculo – com contribuição sobre apenas um – ou dependência indevida, além da atualização de endereços, inclusive eletrônicos. Os frutos desse trabalho já estão sendo colhidos pelo Plano, sob a forma de aumento do rigor para alterações cadastrais, especialmente inclusões, melhor comunicação com os beneficiários e inibição de fraudes na forma de “empres- timos de carteiras”.

Ao final de 2010, dos 464 mil beneficiários do Planserv, apenas 63.264 não haviam realizado o seu recadastra- mento, menos de 15% do total. Entre os recadastrados, foram identificadas, até aquele mês, 1.867 situações em que os beneficiários não reuniam condições para fazer parte do Plano, sendo excluídos, e seguiam em análise documentos de 259 mil servidores, dependen- tes e agregados.

Alteração na Legislação

Em 2010, a Lei nº 11.615, aprovada em 2009, começou a produzir efeitos, permitindo a inclusão dos netos dos titulares como beneficiários do Plano, assim como empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive inativos. Atendeu-se, assim, a uma antiga reivindicação dos servidores públicos e, com o registro de 20.500 adesões, foram superadas as mais otimistas expectativas de crescimento da carteira do Planserv, consolidando sua posição de maior insti- tuição pública de saúde suplementar do Nordeste. A possibilidade de inclusão de netos, garantida pela nova lei, contribuiu para diminuir a média de idade de bene- ficiários do Sistema de Assistência, tornando-o atuarial- mente mais equilibrado.

OFERTA DE CRÉDITO A PRESTADORES

Modernização das clínicas e hospitais conveniados e compra de equipamentos médicos para melhoria nas condições de operação da rede Planserv no Estado.

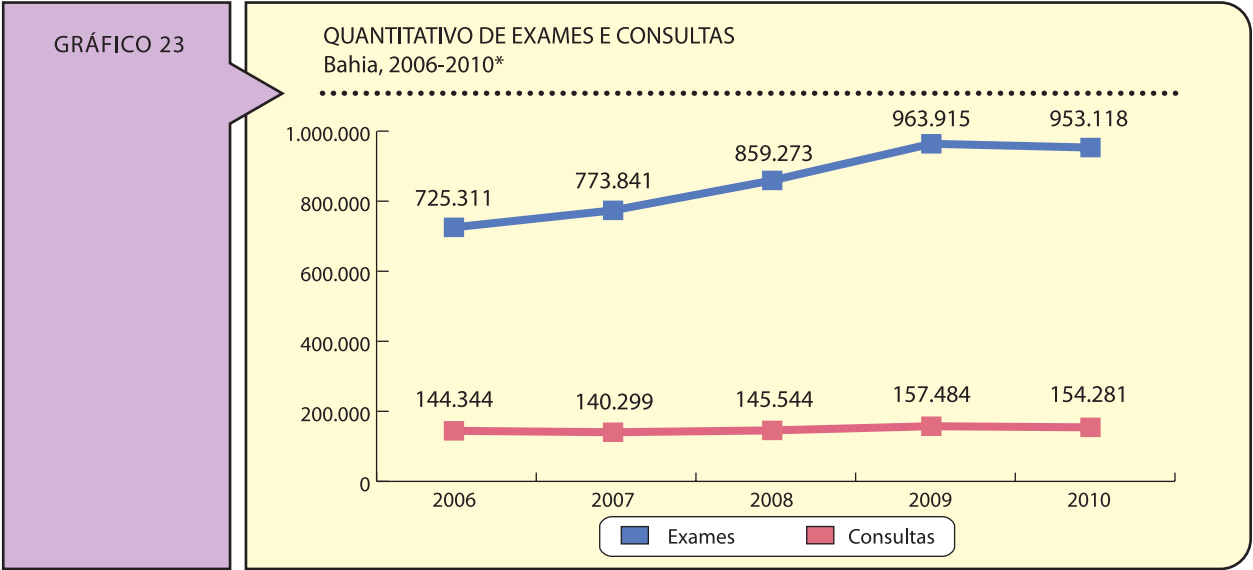
Estes são alguns dos investimentos que poderão ser viabilizados por meio do acordo de cooperação fir- mado em 2010, entre a SAEB e a Agência de Fomen- to do Estado da Bahia – Desenbahia. O documento representa uma iniciativa pioneira no país e estabe- lece regras de concessão de crédito em condições especiais para hospitais e clínicas credenciadas ao Planserv.

Pelo teor do acordo, as linhas de financiamento dis- ponibilizadas pela Desenbahia terão juros reduzidos, utilizando como garantia os recebíveis da assistência médica estadual junto às clínicas e hospitais creden- ciados. A concessão de crédito para capital de giro vai fixar juros na casa dos 1% ao mês, no período de até 36 meses. No caso de financiamentos para inves- timento fixo, as taxas chegam a pouco mais de 7% anuais, com prazo máximo de 12 anos. As parcelas do financiamento poderão absorver até 30% do fa- turamento médio mensal das prestadoras. As linhas de financiamento também permitem a aquisição de móveis, utensílios administrativos, equipamentos de informática e ambulâncias, entre outros itens.

Outra consequência direta é a possibilidade de fomen- tar ainda mais o interesse pelo credenciamento da rede privada junto ao Planserv. O acordo de coopera- ção tem validade de 60 meses, atendendo também à legislação e normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central.

Oferta e Realização de Serviços

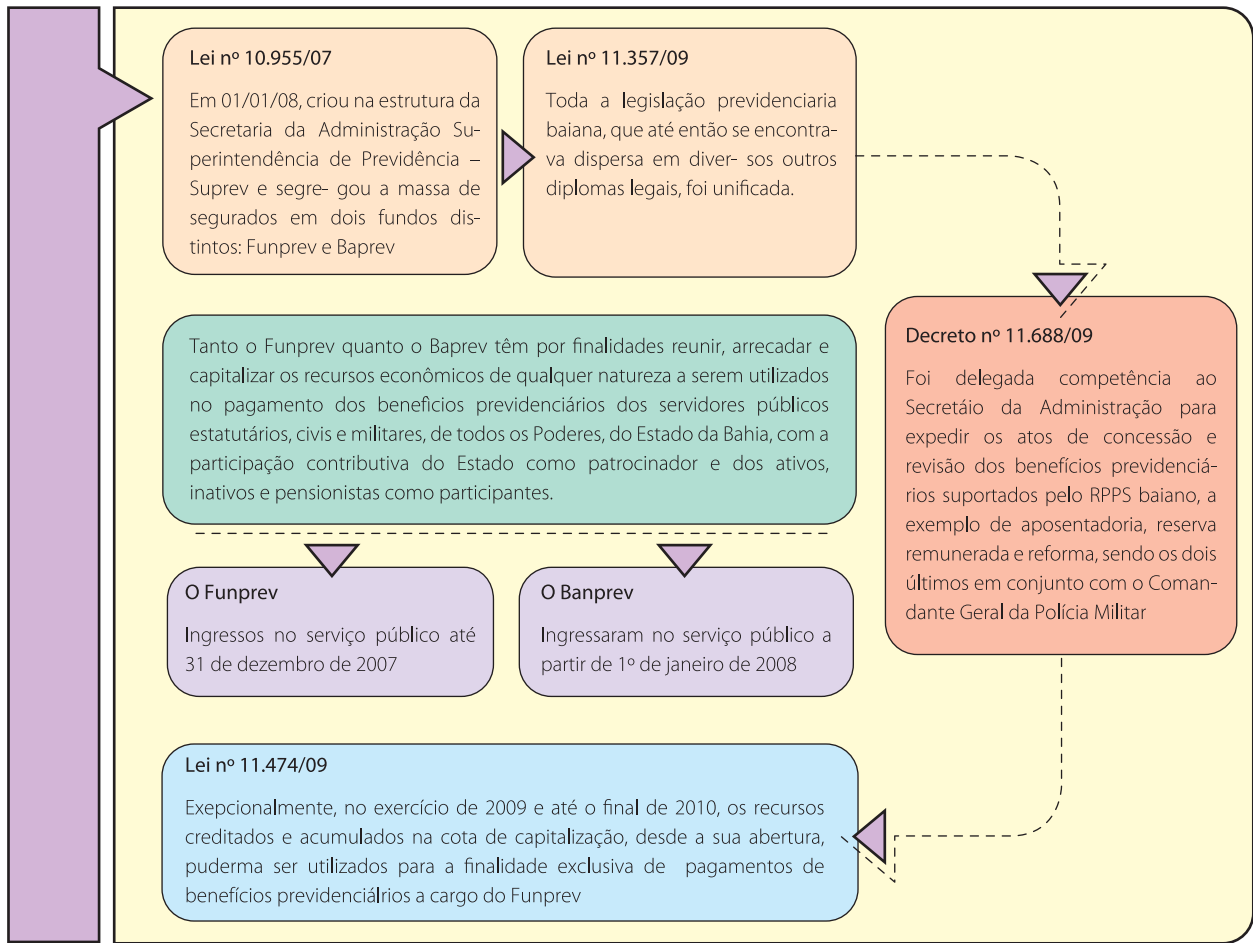
O volume de consultas e exames realizados pelos beneficiários do Planserv estabilizou-se no mesmo patamar verificado em 2009, após três anos de cres- cimento. Depois de uma expansão de 50% na quan- tidade de prestadores de serviços, não há demanda não atendida ou dificuldades de acesso. O Gráfico 23 compara a média mensal de exames e consultas re- alizados de 2006 a 2010, apontando para um cresci- mento de 10% na quantidade de consultas, e de 23% no volume de exames.



Fonte: SAEB
* Dados de dezembro estimados

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

HISTÓRICO



FUNDO PREVIDENCIÁRIO – FUNPREV

O Funprev conta em seu quadro de segurados, com 161.962 ativos, 76.028 inativos e 18.600 pensionistas, perfazendo um total de 256.590 segurados.

Funprev Capitalizável

A conta capitalizada do Funprev é composta de 2% da contribuição do Estado (patronal) e pela receita decorrente da compensação financeira entre regimes de previdência, no particular, dos valores repassados mensalmente pelo INSS. Nos anos de 2009 e 2010 foram utilizados R\$ 124,4 milhões e R\$ 148,4 milhões, respectivamente, para pagamento de benefícios.

Compensação Previdenciária

A Compensação Previdenciária obteve, em 2010, a exemplo do que ocorreu no ano anterior, um resultado expressivo na arrecadação de recursos provenientes do INSS, tendo arrecadado R\$ 128,5 milhões, o que representou um incremento de 23% em relação ao ano anterior.

FUNDO FINANCEIRO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO ESTADO DA BAHIA – BAPREV

O Baprev apresenta resultados financeiros e atuarias dentro das expectativas traçadas quando da sua criação. A terceira avaliação atuarial demonstrou um superávit técnico total de R\$ 90,6 milhões, contando em seu quadro de contribuintes com 12.217 segurados. No ano de 2010 foram arrecadados R\$ 100,2 milhões, a título de receita de

contribuições previdenciárias. Os recursos encontram-se integralmente aplicados no Banco do Brasil S.A., conforme saldo demonstrado na Tabela 20.

PREPARE-SE

Foi implementado pela SAEB o Programa de Preparação do Servidor para a Aposentadoria – “Prepare-se”, visando suprir uma lacuna nessa etapa de transição na vida funcional do pré-aposentado. A partir de palestras, *workshop* e feira de serviços, os servidores estaduais em vias de aposentadoria recebem informações sobre os seguintes temas: direitos e deveres em relação à Previdência, política estadual voltada para o idoso, envelhecimento saudável e alternativa de atividades a serem exploradas com o fim da dedicação funcional,

DIA A DIA DA PREVIDÊNCIA – TEMAS TRATADOS

- Consolidação dos procedimentos empregados pela Suprev nas unidades de atendimento previdenciário;
- Pensão por morte, reversão da quota e auxílio-reclusão – abordagens com base na Lei 11.357/09, imunidade previdenciária e abono de permanência;
- Aspectos financeiros da Previdência;
- Inativações por invalidez – reversão, reversão e retroatividade do laudo; processos administrativos de cassação de aposentadoria e efeitos das reestruturações de carreiras nos proventos de aposentadorias e pensões com paridade;
- Aposentadoria – modalidades e regras de cálculo.

a exemplo do trabalho social voluntário e do empreendedorismo. Desde a implementação do Programa já foram realizadas seis edições do Prepare-se, sendo duas em 2010, em Salvador e em Vitória da Conquista.

CONTROLE INTERNO

O objetivo do Controle Interno é auditar os benefícios previdenciários já concedidos, averiguando a perma-

TABELA 20	
BAPREV – COMPOSIÇÃO DO SALDO Bahia, 2008-2010	
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ 1.000,00)
Operações Compromissadas	111.570
Fundo RPPS Conservador	80.277
Renda Fixa Conservador	40.937
Atuarial Conservador	39.340
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	191.847

Fonte: SAEB

nência das condições que ensejaram tais concessões no passado, com vistas a preservar os recursos do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – RPPS.

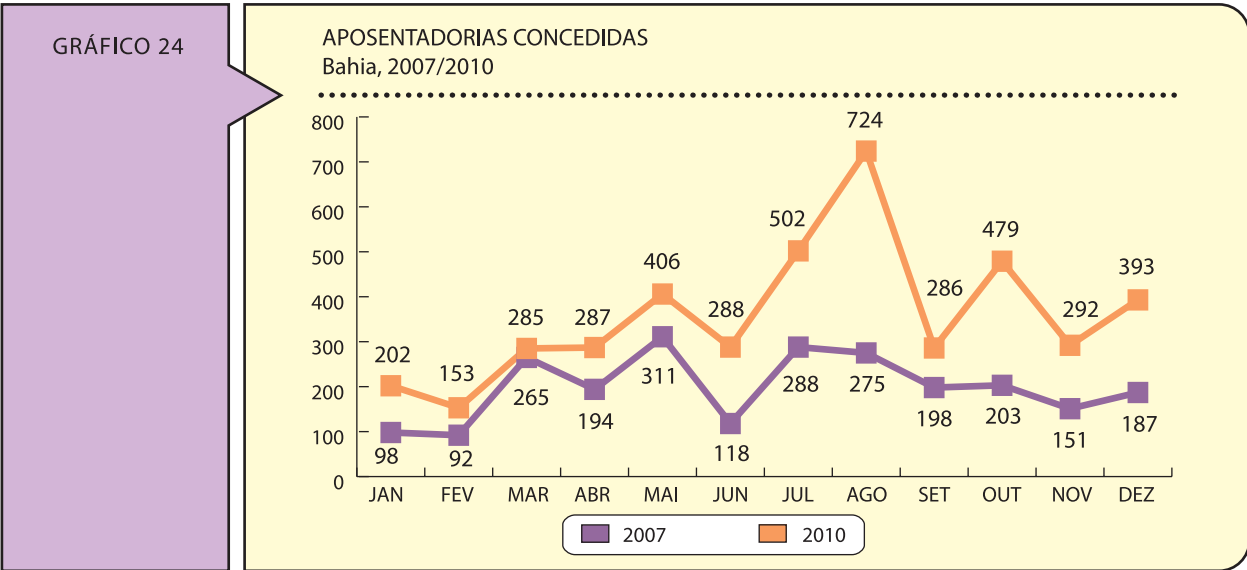
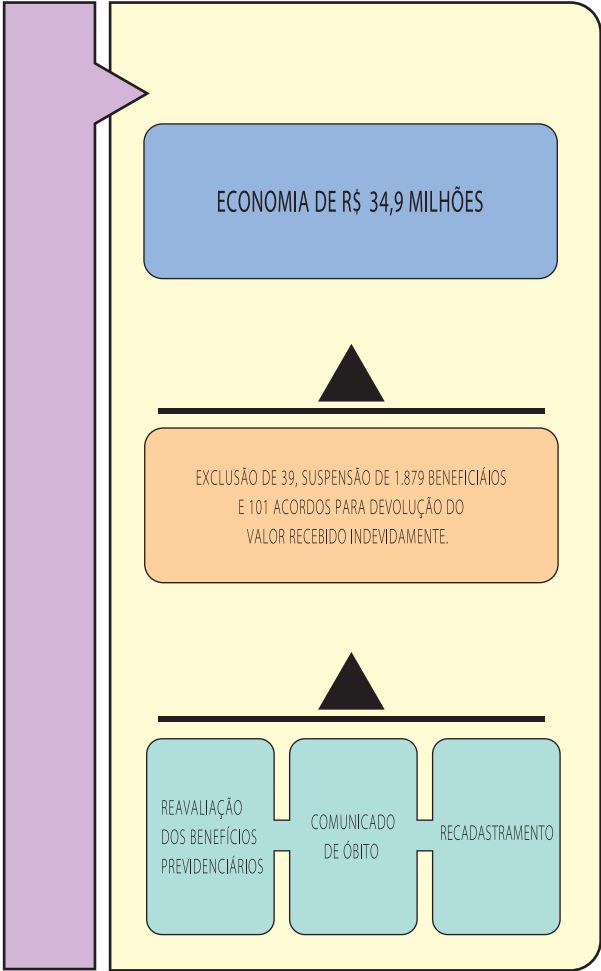
CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Aposentadoria

Em 2010, a concessão de aposentadorias no Poder Executivo destacou-se em relação aos períodos anteriores, já tendo sido publicados 4.297 atos aposentadores, cujos números são expressivos se comparados ao ano de 2007, que registrou 1.839, conforme o Gráfico 24.

Pensão Previdenciária

Em 2010 foram analisados 1.426 requerimentos de pensão por morte, sendo 1.240 benefícios deferidos e 186 indeferidos, o que representa um incremento de 16% em relação ao ano anterior.



Fonte: SAEB